



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**HEGEMONIA, ORDEM MUNDIAL E OPERAÇÕES DE PAZ:
UMA ANÁLISE DA MINUSTAH SOB AS LENTES DA TEORIA CRÍTICA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Lucas Duarte Vitorino de Paula Xavier Guerra

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**HEGEMONIA, ORDEM MUNDIAL E OPERAÇÕES DE PAZ:
UMA ANÁLISE DA MINUSTAH SOB AS LENTES DA TEORIA CRÍTICA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Lucas Duarte Vitorino de Paula Xavier Guerra

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu
2017

LUCAS DUARTE VITORINO DE PAULA XAVIER GUERRA

**HEGEMONIA, ORDEM MUNDIAL E OPERAÇÕES DE PAZ:
UMA ANÁLISE DA MINUSTAH SOB AS LENTES DA TEORIA CRÍTICA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
UNILA

Prof. Dr. Fernando José Ludwig
UFT

Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

A todas as forças, processos e pessoas que me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Duarte Guerra e Luciana Vitorino pelo apoio moral, afetivo e financeiro que sempre prestaram ao meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Mais que isso, agradeço-lhes pelo exemplo de vida que representam para mim.

Gostaria também de expressar minha gratidão ao Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas, cuja orientação foi essencial para que se chegasse ao resultado aqui apresentado. Grato pelos conselhos, críticas, recomendações, oportunidades e pela frutífera relação acadêmica que temos construído nos últimos anos. Por extensão, agradeço a todo o corpo discente do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA pela contribuição inestimável para a minha formação.

Não poderia deixar de prestar meus agradecimentos aos amigos que, novos ou antigos, de perto ou a distância, manifestaram seu apoio e companheirismo ao longo desses árduos anos de graduação. Mônica Karla Lima, Igor Chehouan Fischer, Gustavo Luiz Frisso, Talhia Mendez Reinoso, Eduardo Vera, Vitória Leopoldina, Stephanie Medeiros, Taís Mueller, dentre tantos outros, meu muito obrigado à presença de vocês.

Por fim, agradeço aos professores Fernando José Ludwig e Lucas Ribeiro Mesquita pela paciência e disponibilidade apresentados para a avaliação deste trabalho.

*Os “ricos” querem a paz para continuarem ricos. Nós
queremos a paz para continuarmos vivos...*

**Inscrição encontrada em muro do Morro Dona Marta –
Rio de Janeiro (RJ)**

GUERRA, Lucas D. V. P. X. **Hegemonia, ordem mundial e operações de paz: uma análise da MINUSTAH sob as lentes da Teoria Crítica das Relações Internacionais.** 2017. 142 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo central a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação de *peacebuilding* enviada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao Haiti em 2004 com o objetivo de solucionar a situação de conflito violento vivenciado pelo país naquele momento. Mais especificamente, o trabalho tem como seu objetivo geral a análise da MINUSTAH a partir das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Nesse sentido, o trabalho se orienta para a resposta da seguinte questão-problema: de que maneira a MINUSTAH está relacionada com a perpetuação da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal? A hipótese inicialmente formulada foi a de que a Missão consiste em uma ferramenta de perpetuação de um modelo específico de governança política e econômica favorável à legitimação ideológica e disseminação material do neoliberalismo em escala global: a democracia representativa orientada para o livre mercado avançada de acordo com os princípios normativos da paz liberal. As organizações internacionais exercem um papel fundamental nesse processo, visto que são as diretrizes propostas por elas que promovem a adequação dos Estados pós-conflito – especificamente neste caso o Haiti – aos parâmetros da ordem mundial neoliberal. O trabalho avança uma investigação dividida em três seções: na primeira, se apresentam os conceitos centrais da Teoria Crítica das Relações Internacionais utilizados para a análise; no segundo, faz-se uma contextualização acerca do estado da arte em torno dos estudos das operações de paz, inclusive das perspectivas da Teoria Crítica a essas operações; a terceira, por fim, une ambas as perspectivas anteriores na construção de uma análise da MINUSTAH a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Para o avanço desse estudo de caso, optou-se por uma metodologia essencialmente qualitativa, com ênfase para o estudo de fontes primárias emitidas pelas principais organizações internacionais atuantes sob o âmbito da MINUSTAH, notadamente o Sistema ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Fontes secundárias também foram consultadas para a realização da análise. Como resultado, verificou-se a veracidade da hipótese formulada. A análise das propostas da MINUSTAH ao Haiti possibilitou a constatação de que estas apresentam um viés notadamente favorável à adequação do país aos modelos de governança política e econômica exigidos pela economia internacional capitalista, servindo à legitimação ideológica e disseminação material da hegemonia da ordem mundial neoliberal atualmente vigente. Destaca-se ainda que esse processo traz uma série de consequências sociais negativas para a população do país, como a expropriação de camponeses de suas terras, exploração da mão de obra extremamente barata do país, altos índices de desemprego e subemprego e intensificação das desigualdades sociais verificadas no Haiti desde o início da Missão.

Palavras-chave: MINUSTAH. Operações de Peacebuilding. Paz Liberal. Hegemonia. Teoria Crítica das Relações Internacionais.

GUERRA, Lucas. **Hegemony, world order and peace operations: an analysis of MINUSTAH through the lens of the Critical Theory of International Relations**. 2017. 142 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ano.

ABSTRACT

The present work has as its central object the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH), a peacebuilding operation sent to Haiti in 2004 with the objective of resolving the situation of violent conflict experienced by the country at that time. More specifically, the work has as its general objective the analysis of MINUSTAH from the contributions of the Critical Theory of International Relations. In this sense, the paper focuses on the answer to the following question: how is MINUSTAH related to the perpetuation of the hegemony of a neoliberal world order? The hypothesis initially formulated was that the Mission consists of a tool for perpetuating a specific model of political and economic governance favorable to the ideological legitimization and material dissemination of neoliberalism on a global scale: representative democracy oriented towards the advanced free market according to the normative principles of liberal peace. International organizations play a key role in this process, since it is the guidelines proposed by them that promote the adequacy of post-conflict states - specifically Haiti in this case - to the parameters of the neoliberal world order. The work advances an investigation divided into three sections: in the first, we present the central concepts of the Critical Theory of International Relations used for the analysis; in the second, a contextualization is made about the state of the art around the studies of peace operations, including the perspectives of the Critical Theory to these operations; the third, finally, unites both previous perspectives in the construction of a MINUSTAH analysis based on the Critical Theory of International Relations. In order to advance this case study, an essentially qualitative methodology was chosen, with an emphasis on the study of primary sources issued by the main international organizations operating under MINUSTAH, namely the UN System, the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. Secondary sources were also consulted for the analysis. As a result, the veracity of the hypothesis was verified. The analysis of MINUSTAH's proposals to Haiti has made it possible to verify that these have a bias that is strikingly favorable to the country's suitability for the political and economic governance models required by the international capitalist economy, serving the ideological legitimization and material dissemination of the current hegemony of the neoliberal world order in force. It is also noted that this process has a series of negative social consequences for the country's population, such as the expropriation of peasants from their lands, exploitation of the country's extremely cheap labor force, high unemployment and underemployment, and intensification of social inequalities in Haiti since the beginning of the Mission.

Key words: MINUSTAH. Peacebuilding operations. Liberal Peace. Hegemony. Critical Theory of International Relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFIs	Instituições Financeiras Internacionais
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIs	Organizações Internacionais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PADPA	Plataforma Haitiana de Luta por um Desenvolvimento Alternativo
PARDH	Plano de Ação para a Recuperação Nacional e Desenvolvimento do Haiti
POHDH	Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
1.1 O QUARTO DEBATE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	17
1.2 A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	23
CAPÍTULO 2: AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E SUAS PRINCIPAIS CRÍTICAS.....	43
2.1 AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU: DO MODELO TRADICIONAL AO MULTIDIMENSIONAL.....	44
2.2 O ENQUADRAMENTO NORMATIVO DAS OPERAÇÕES DE <i>PEACEBUILDING</i> CONTEMPORÂNEAS: DEMOCRATIZAÇÃO E LIBERALIZAÇÃO NOS DITAMES DA PAZ LIBERAL.....	56
2.3 PERSPECTIVAS CRÍTICAS ÀS OPERAÇÕES DE <i>PEACEBUILDING</i> CONTEMPORÂNEAS.....	62
2.3.1 As críticas procedimentais.....	62
2.3.2 As críticas estruturais: Teoria Crítica.....	65
2.3.3 Outras perspectivas críticas estruturais.....	72
CONCLUSÃO.....	75
CAPÍTULO 3: UM ESTUDO DE CASO DA MINUSTAH.....	77
3.1 UM BREVE HISTÓRICO DO HAITI.....	78
3.1.1 Colonização e Independência.....	78
3.1.2 Ingerências externas, intervenção estadunidense (1915-1934) e ditadura militar (1957- 1986).....	80
3.1.3 A difícil tentativa de redemocratização.....	83
3.2 A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH).....	86
3.2.1 Antecedentes ao envio da MINUSTAH.....	87
3.2.2 Principais características da MINUSTAH.....	88
3.2.3 A atuação da MINUSTAH.....	91

3.3 A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH) SOB AS LENTES DA TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	94
3.3.1 As diretrizes da MINUSTAH na esfera econômica.....	95
3.3.2 As diretrizes da MINUSTAH nas esferas política e institucional.....	109
CONCLUSÃO.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
A. FONTES PRIMÁRIAS.....	128
B. FONTES SECUNDÁRIAS.....	130

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objeto de estudo central a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação de paz enviada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao Haiti em 30 de abril de 2004. Inicialmente, a MINUSTAH foi criada para auxiliar na resolução do conflito civil e da situação de notável instabilidade política, social e econômica verificada no país naquele momento (VALLER FILHO, 2007, p. 159). Para tanto, a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) n. 1542/2004, que deu origem à Missão, determinava uma atuação voltada para a promoção da segurança pública, apoio ao reestabelecimento da democracia e defesa dos direitos humanos no Haiti (S/RES/1542 [2004], p. 2-3). Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de alta intensidade atingiu Porto Príncipe, capital do Haiti. Como resultado, cerca de 300 mil pessoas morreram, 1,3 milhão ficaram desabrigadas e grande parte da já precária infraestrutura pública do país ficou totalmente destruída (DESROCHES et. al., 2011, p. S1; SEITENFUS, 2016, p. 256). A partir de então, abriu-se espaço para uma atuação mais acentuada da MINUSTAH e das organizações internacionais (OIs) atuantes sob sua esfera – como o Sistema ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – em diversas dimensões da reconstrução do Haiti, dentre as quais aqui destacam-se a econômica e a política/institucional.

Por apresentar como principal objeto de estudo uma operação de paz, destaca-se que dentro da ampla abrangência da disciplina de Relações Internacionais, este trabalho se situa mais especificamente na subárea dos Estudos de Segurança Internacional, especialmente no campo de Estudos para a Paz (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 170). Ainda situando mais precisamente a seara na qual essa monografia se insere, destaca-se que a perspectiva aqui apresentada faz parte das vertentes dos Estudos Críticos de Segurança (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 17). Isso porque a análise da MINUSTAH avançada ao longo dos capítulos se dá principalmente a partir das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais.

Nesse sentido, justifica-se a relevância do trabalho pelo ineditismo da utilização desta perspectiva teórica para a construção de uma análise acerca da MINUSTAH. De fato, especialmente na academia brasileira de Relações Internacionais, nota-se o predomínio de estudos focados nos impactos da Missão para a inserção internacional brasileira, tendo em vista principalmente a liderança do Exército Brasileiro sobre as tropas

militares da MINUSTAH. Análises a partir desse enfoque podem ser verificadas, por exemplo, em Guilherme Abreu (2006, p. 108-140); Marcel Biato (2011, p. 191-204); Djuan Bracey (2011, p. 323-328); Eugênio Diniz (2005, p. 303-337); Fábio Pacheco e Eduardo Mignon (2013, p. 131-137); Lucas Rezende (2012, p. 168-173); Antônio Rocha (2009, p. 153-155); entre outros.

Por outro lado, verifica-se também uma série de estudos acadêmicos críticos à atuação da MINUSTAH, desde diversas perspectivas e abordagens. Ana Elisa Santiago (2017, p. 11), por exemplo, traz uma crítica especialmente focada no uso excessivo da violência das tropas da Missão contra a população do Haiti. Já Natália Fontoura (2009, p. 135-141) e Renée Vezina (2012, p. 439-440) apresentam um enfoque na denúncia de abusos sexuais perpetrados pelos soldados da operação de paz contra mulheres e crianças haitianas. José Luis Patrola e Thalles Gomes (2011, p. 149), por sua vez, expõem a contaminação de centenas de milhares de pessoas em um surto de cólera disseminado pelas forças da ONU presentes no Haiti, decorrendo na morte de milhares de haitianos sem que a organização fosse oficialmente responsabilizada por isso. Beverley Mullings, Marion Werner e Linda Peake (2010, p. 283-285) denunciam a lógica racista de contenção e desempoderamento da população negra haitiana presentes em algumas das diretrizes da MINUSTAH.

De maneira distinta, a análise crítica que se busca avançar ao longo dessa monografia não possui o seu enfoque em aspectos específicos da incidência da MINUSTAH no terreno haitiano. Pelo contrário, o objetivo aqui, a exemplo de autores como Ian Taylor (2010, p. 170), Michael Pugh (2004, p. 40) e Oliver Richmond (2010, p. 21-23) ao tratarem das operações de paz contemporâneas de maneira geral, é identificar como a Missão reflete imperativos presentes no contexto mais amplo de uma determinada ordem mundial, buscando adequar o Haiti aos princípios presentes nesta ordem. Adianta-se que, seguindo as contribuições de Paul Cammack (2006, p. 4), Robert Cox (1999, p. 12) e Stephen Gill (1995, p. 412), categoriza-se a ordem mundial que apresenta hegemonia no cenário internacional contemporâneo como uma ordem mundial neoliberal. Ainda de acordo com os autores, a configuração política e econômica própria dessa ordem são as democracias liberais representativas e a governança econômica orientada para o livre mercado (idem).

Ademais, tanto Robert Cox (2007, p. 120) quanto Paul Cammack (2006, p. 1-6) e Stephen Gill (1995, p. 412-415) apontam que as organizações internacionais possuem um papel fundamental na legitimação ideológica desta ordem mundial hegemônica e na perpetuação do modelo de governança favorável a ela em escala global. Nesse contexto, Paul Cammack (2006, p. 1), Michael Pugh (2004, p. 40-41) e Ian Taylor (2010, p. 169-170)

argumentam que as operações de paz da ONU são os instrumentos desta legitimação e perpetuação especificamente em direção às sociedades devastadas por conflitos, principalmente a partir do modelo normativo da “paz liberal”, baseado na promoção de democracias liberais orientadas para o livre mercado como processo essencial para a construção da paz (PARIS, 2002, p. 639).

Tendo em vista essa contextualização, a pergunta que se posiciona como problema a ser respondido ao longo da monografia é: de que maneira a MINUSTAH está relacionada com a perpetuação da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal? A hipótese desenvolvida para responder a essa questão foi a de que a MINUSTAH, especificamente por intermédio das organizações internacionais que a compõem, é um instrumento de disseminação das diretrizes políticas e econômicas da paz liberal, a saber: a promoção da democracia representativa liberal e da abertura econômica de sociedades devastadas por conflito, sendo este um modelo favorável à legitimação ideológica e configuração material (forma de organização do Estado e da produção) da ordem mundial neoliberal. Nesse sentido, argumenta-se que ao difundir a paz liberal, as operações de paz contemporâneas em geral e a MINUSTAH em específico, exercem uma função disciplinadora sobre os países em que atuam, adequando-os aos padrões políticos e ao modo de organização da produção internacionalmente estabelecidos de acordo com os moldes neoliberais.

Seguindo essa argumentação, o objetivo geral do trabalho é fazer uma análise da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) a partir das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais, de modo a promover uma compreensão acerca da relação desta operação de paz com a legitimação ideológica e perpetuação da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal. Ademais, estabelecem-se também os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar os principais conceitos, perspectivas e debates, tanto no interior da Teoria Crítica das Relações Internacionais e perspectivas semelhantes quanto nos estudos acerca das operações de paz, que possam contribuir para a análise da MINUSTAH; (2) traçar uma breve contextualização da história do Haiti, de modo a contribuir para o entendimento das raízes estruturais dos problemas políticos, sociais e econômicos que culminaram na situação de vulnerabilidade externa e grave instabilidade interna que levaram à ativação da MINUSTAH; (3) tecer uma crítica às diversas consequências negativas da atuação da Missão em terreno haitiano, em especial no que diz respeito a sua incidência danosa sobre os setores mais pobres da população do país.

Para a realização da pesquisa resultante nesta monografia, optou-se por uma metodologia essencialmente qualitativa. Nesse sentido, foi realizada a análise de diversas

fontes primárias, notadamente documentos, relatórios e planos de ação das principais organizações internacionais atuantes sob o âmbito da MINUSTAH, com ênfase para o Sistema ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além de documento emitido pelo próprio Governo Haitiano. Houve também uma ampla revisão bibliográfica de fontes secundárias, dentre as quais artigos científicos, seções de livros e obras completas que abordam os temas aqui trabalhados. Além disso, adotou-se como método de análise da relação entre as operações de paz contemporâneas e a atual ordem mundial neoliberal um estudo de caso da MINUSTAH. A escolha especificamente deste caso justifica-se por três motivos principais. Primeiramente, denota-se que através do estudo dos principais documentos contendo as orientações centrais para a atuação da Missão, verifica-se desde a sua fundação o comprometimento com os princípios normativos da paz liberal. Em segundo lugar, conforme anteriormente mencionado, a grande devastação causada pelo terremoto de janeiro de 2010 exigiu um processo de verdadeira “reconstrução” do Estado haitiano. Nesse contexto, abre-se uma perspectiva de maior incidência das diretrizes políticas e econômicas propostas ao país pelas organizações internacionais sob o âmbito da MINUSTAH, de modo a facilitar a sua verificação e análise. Finalmente, destaca-se que a Missão no Haiti é um dos únicos casos que possibilita a compreensão e reflexão acerca dos impactos das operações de paz contemporâneas em um país latino-americano e caribenho.

Feita a contextualização acerca do tema da monografia, de seu objeto central de estudo, da pergunta e da hipótese que motivaram a pesquisa, de seus objetivos geral e específicos, da metodologia utilizada para a sua realização e do marco teórico a partir do qual se desenvolve a análise, cabe agora apresentar como se dá a estruturação do trabalho. Nesse sentido, ressalta-se que o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro deles se dedica à exposição do marco teórico utilizado para realizar o estudo de caso proposto. Assim, inicialmente o primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização da tradição de “debates teóricos” no interior da disciplina de Relações Internacionais (RI), culminando na exposição do que consideramos o “Quarto Debate” da disciplina. Originado entre as décadas de 1980 e 1990, o “Quarto Debate” é sobretudo caracterizado pela emergência de perspectivas teóricas questionadoras ao *mainstream* positivista à época dominante nos estudos das Relações Internacionais.

Dentre essas novas perspectivas emergentes na disciplina, destaca-se no capítulo a Teoria Crítica das Relações Internacionais. Nesse sentido, apresentam-se os principais referenciais e influências da teoria, notadamente do pensamento político e social da Escola de Frankfurt e de Antonio Gramsci. Em seguida, enfatizam-se as contribuições de

Robert Cox (1981; 1996; 1999; 2007) à Teoria Crítica das RI, com especial atenção aos conceitos de “hegemonia”, “ordem mundial”, “organização do Estado e da produção” e à análise do papel hegemônico exercido pelas organizações internacionais. Acrescentam-se ainda abordagens complementares à estrutura analítica desenvolvida por Cox.

O segundo capítulo, por sua vez, dedica-se a uma contextualização e discussão acerca das operações de paz das Nações Unidas. Nesse sentido, apresentam-se as origens desse tipo de operação, seus objetivos centrais e seu respaldo jurídico diante do direito internacional. Outro aspecto destacado no capítulo são as diferentes configurações que essas operações assumem de acordo com distintos contextos internacionais, com ênfase para as mudanças de perfil das operações de paz “tradicionais” do período da Guerra Fria para as “multidimensionais” verificadas especialmente após o término do conflito bipolar. Com relação às operações de paz do período pós-Guerra Fria, destacam-se as diferenças entre as operações de *peacemaking*, *peace-enforcement*, *peacekeeping*, e *peacebuilding*. Analisam-se ainda as origens dos princípios normativos da paz liberal e sua incidência especialmente nas operações de *peacebuilding* contemporâneas. Também no segundo capítulo, apresentam-se algumas das principais críticas direcionadas às operações de paz contemporâneas, dando destaque àquelas realizadas a partir do marco teórico da Teoria Crítica das Relações Internacionais.

Finalmente, o Capítulo 3 é especificamente destinado à análise da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Inicialmente, o capítulo apresenta uma breve contextualização acerca da história do Haiti, desde a colonização até a crise política e socioeconômica que culminou na eclosão de um conflito civil violento no país, tendo como consequência o envio da MINUSTAH. Em seguida, apresentam-se os antecedentes da Missão, as principais atribuições determinadas a ela pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e algumas das características de seus componentes civil e militar. Algumas considerações também são feitas a respeito das diretrizes de atuação verificadas nos primeiros anos da presença da MINUSTAH no Haiti, bem como das mudanças apresentadas no perfil da Missão após o terremoto de janeiro de 2010. Há ainda a análise das principais diretrizes propostas pelo Sistema ONU, pelo FMI e pelo Banco Mundial sob o âmbito da MINUSTAH ao Haiti a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais, de modo a demonstrar como as recomendações destas organizações internacionais avançam um modelo de governança política e econômica favorável aos imperativos de uma ordem mundial neoliberal, de maneira benéfica às elites nacionais e transnacionais envolvidas com o Haiti e especialmente danosa às camadas mais pobres da população do país.

CAPÍTULO 1: A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais¹, enquanto disciplina acadêmica, emerge com a fundação da Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, fundada na Universidade de Aberystwyth em 1919 (BARBÉ, 1995, p. 28). Em um contexto imediatamente pós Primeira Guerra Mundial, a disciplina se consolidou como um esforço interdisciplinar de identificar as causas das guerras e as melhores estratégias possíveis para evitá-las e construir a paz no cenário internacional (RODRÍGUEZ, 2013, p. 86). Nesse sentido, diversas abordagens teóricas se desenvolveram em seu interior, muitas vezes com perspectivas opostas entre si. Sendo assim, convencionou-se explicar a evolução da disciplina a partir dos “debates” que ocorreram ao longo de seu processo de consolidação² (SODUPE, 2003, p. 15). O mais recente desses debates teve início entre as décadas de 1980 e 1990, sendo marcado por abordagens fortemente questionadoras dos modos de produzir conhecimento em Relações Internacionais vigentes até então (SMITH, 2008, p. 12). Uma das principais perspectivas teóricas emergentes desse debate foi a Teoria Crítica das Relações Internacionais. A contribuição da mesma é notadamente marcada pela ressignificação do papel atribuído às próprias teorias da disciplina, bem como pela complexificação e ampliação de alguns de seus conceitos centrais (DEVETAK, 2005, p. 160).

Tendo em vista os elementos destacados, o presente capítulo dedica-se à contextualização teórica da análise aqui avançada, dividindo-se em duas seções. A primeira traz um breve recorrido da trajetória de debates convencionalmente utilizada para explicar a evolução teórica da disciplina de Relações Internacionais. Nesse percurso, enfatiza-se o assim chamado Quarto Debate da disciplina, fundamentalmente caracterizado pela inclusão de perspectivas ontológicas, epistemológicas e metodológicas que contribuem para um questionamento ao *mainstream* teórico das Relações Internacionais, representado pelas abordagens neorrealistas e neoliberais. A segunda seção, por sua vez, apresenta a Teoria Crítica das Relações Internacionais a partir das contribuições de Robert W. Cox, precursor dessa perspectiva teórica aplicada à disciplina. A partir da utilização do materialismo histórico como método de análise, o pensamento do autor acrescenta uma série de questões para a reflexão e análise das dinâmicas do cenário internacional. Nesse sentido, destacam-se por

¹ Por uma conveniência didática, por Relações Internacionais, com iniciais maiúsculas, referimo-nos à disciplina acadêmica que estuda os diversos fenômenos internacionais. Por relações internacionais, com letras minúsculas, nos referimos aos processos e dinâmicas que se verificam no cenário internacional.

² A divisão das Relações Internacionais em “grandes debates” também é uma conveniência didática para explicar a “evolução” da disciplina, sendo questionada por parte da literatura sobre o tema. Para uma perspectiva questionadora ver, por exemplo, (ASHWORTH, 2002, p. 33-35)

exemplo a concepção de hegemonia, o protagonismo atribuído às forças sociais e a consideração do papel central exercido por ideias e instituições na conformação de uma ordem mundial. Por essas contribuições, entende-se a Teoria Crítica das Relações Internacionais proposta por Robert Cox como a perspectiva teórica mais adequada para a discussão e análise que aqui se pretende realizar.

1.1 O QUARTO DEBATE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme exposto acima, convencionou-se explicar a evolução das Relações Internacionais, enquanto disciplina acadêmica, a partir de uma série de debates teóricos internos em torno de qual seria a maneira adequada de construção de conhecimento na disciplina (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3). Nesse sentido, apontam-se quatro principais debates: (1) liberalismo e realismo; (2) tradicionalismo e behaviorismo; (3) realismo, liberalismo e marxismo e (4) positivismo e pós-positivismo (SODUPE, 2003, p. 15-16). Antes de abordar propriamente o “Quarto Debate” das Relações Internacionais, do qual emerge a Teoria Crítica, cabe uma breve apresentação das características centrais dos três debates predecessores³.

O Primeiro Debate, emergente no contexto imediatamente pós I Guerra Mundial, buscava justamente a construção de um conhecimento que possibilitasse compreender as causas das guerras em ordem de evitá-las (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3). De um lado, autores liberais – como Norman Angell (2002), David Mitrany (1948), Hans Kelsen (2000) e o próprio presidente dos Estados Unidos (1913-1921) Woodrow Wilson – defendiam uma natureza humana ontologicamente boa, que se refletiria no comportamento dos Estados no sistema internacional (RODRÍGUEZ, 2013, p. 86). Assim, as relações internacionais tenderiam a se dar de maneira moral e racional, orientadas para dinâmicas de cooperação e regulação por intermédio do direito internacional e das organizações internacionais (RODRÍGUEZ, 2013, p. 86-87). A isso se somariam valores universais – como a democracia e o livre comércio – que propiciariam uma crescente união e interdependência entre as nações, evitando assim a eclosão de conflitos e guerras entre elas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 62-66).

Os realistas – dentre os quais se destacam Edward Carr (2001) e Hans Morgenthau (2003) –, por outro lado, concebem a natureza humana como ontologicamente

³ Para uma apresentação mais detalhada dos três primeiros debates das Relações Internacionais, ver (RODRÍGUEZ, 2013, p. 85-126).

egoísta e auto interessada, fator que igualmente se refletiria no comportamento dos Estados (PECEQUILO, 2012, p. 119). Dentre as características centrais da perspectiva realista, Nogueira e Messari (2005, p. 23) enfatizam a centralidade do Estado, compreendido como ator unitário dotado de racionalidade própria, enquanto ator protagonista das relações internacionais. Outro importante elemento ressaltado pelos atores é a busca pela garantia da sobrevivência via maximização do poder enquanto objetivo central da atuação internacional dos Estados no cenário internacional (idem). Destaca-se ainda o conceito de autoajuda, isto é, a percepção de que na busca por esse objetivo, os Estados só poderiam contar com suas próprias capacidades, uma vez que seus pares são vistos como ameaças potenciais (idem).

Na perspectiva realista, haveria pouca margem para a cooperação e regulação por normas e instituições internacionais preconizadas pelos idealistas, uma vez que os Estados buscariam constantemente a maximização de seu próprio poder como estratégia de sobrevivência (RODRÍGUEZ, 2013, p. 93). Desse modo, o sistema internacional anárquico seria inerentemente conflituoso, e a estratégia ideal para garantir a paz seria a manutenção do equilíbrio de poder entre as grandes potências na política internacional (PECEQUILO, 2012, p. 122). De fato, o advento da II Guerra Mundial em 1939 evidenciou a falha da Liga das Nações e do direito internacional em evitar conflitos na ordem anárquica do sistema internacional, de modo que as diversas vertentes do realismo alcançaram predominância nos estudos de Relações Internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 35).

Mesmo com a consolidação do realismo enquanto perspectiva teórica dominante nas Relações Internacionais durante as décadas da Guerra Fria, outro debate emergiu no interior da disciplina a partir da década de 1950. Trata-se do Segundo Debate, que opôs tradicionalistas e behavioristas, perspectivas distintas quanto à metodologia ideal para a produção do conhecimento em Relações Internacionais (BURCHILL; LINKLATER, 2005, p. 22). De um lado, os autores tradicionalistas defendiam um enfoque analítico voltado para os processos históricos internacionais e suas especificidades, perspectiva adotada pelas Escolas Inglesa e Francesa de Relações Internacionais⁴ (SARFATI, 2005, p. 302).

Em oposição à perspectiva tradicionalista, a virada behaviorista nas Ciências Sociais estadunidenses a partir de 1950 teve grande impacto nas Relações Internacionais, de modo que autores dessa perspectiva passaram a reivindicar métodos analíticos próprios das Ciências Naturais na produção de conhecimento da disciplina (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 37). Assim, os behavioristas, como J. David Singer (1961, p. 78-82) e Morton

⁴ Para mais sobre as Escolas Inglesa e Francesa de Relações Internacionais, ver (CANESIN, 2008, p. 123-136).

Kaplan (1966, p. 2-3), sustentavam a aplicação de métodos quantitativos e modelos matemáticos, a busca de evidências empíricas e a formulação de leis científicas universais na construção de conhecimento em Relações Internacionais (RODRÍGUEZ, 2013, p. 99).

Já o ‘Terceiro Debate’ das Relações Internacionais – ou debate inter-paradigmático – ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 e dividiu a comunidade acadêmica da disciplina em três grupos principais: o estatocêntrico, o globalista e o estruturalista⁵ (SODUPE, 2003, p. 36). Cada um desses grupos – ou ‘paradigmas’ – estaria mais diretamente vinculado a uma determinada perspectiva teórica das Relações Internacionais. Assim, no paradigma estatocêntrico prevalecem os enfoques realistas, no globalista os liberais e no estruturalista os marxistas e neomarxistas⁶ (VIOTTI; KAUPPI, 2010, p. 11). Destarte, o Terceiro Debate foi marcado pelo reconhecimento da pluralidade teórica inerente às Relações Internacionais. Nas palavras de Ole Wæver (2008, p. 155, tradução nossa, grifo do autor), “a própria disciplina *era* o debate”⁷.

Não obstante, no cenário de diversidade teórica inaugurado pelo debate inter-paradigmático na disciplina, prevaleceram abordagens caracterizadas por uma crescente aproximação entre realismo e liberalismo (mais notadamente entre o neorealismo de Kenneth Waltz e o neoliberalismo de Robert Keohane e Joseph Nye)⁸ (POWELL, 1994, p. 313). Trata-se da denominada “Síntese Neo-Neo” (WAEVER, 2008, p. 163). Esta tem como característica central a forte influência behaviorista presente na composição de suas análises (SODUPE, 2003, p. 56). Michael Nicholson (2008, p. 129) sustenta que o behaviorismo é a manifestação por excelência do positivismo nas Relações Internacionais. Vista desse ângulo, entende-se que a “Síntese Neo-Neo” dá continuidade à tradição de epistemologias e metodologias notadamente positivistas observadas na teorização *mainstream* de Relações Internacionais desde o início das formulações teóricas na disciplina (SMITH, 2008, p. 12).

Seguindo a categorização proposta por Steve Smith (2008, p. 35), entende-se por positivismo nas Relações Internacionais uma forma de construção do conhecimento estruturada em torno de quatro pressupostos fundamentais: o naturalismo, o empiricismo, o objetivismo e o behaviorismo. O naturalismo é a concepção genérica de que o “mundo natural” e o “mundo social” fazem parte de uma mesma totalidade, de modo que um único

⁵ Outras nomenclaturas também poder ser encontradas na literatura da disciplina. Gilberto Sarfati (2005, p. 37), por exemplo, fala respectivamente em Realismo, Pluralismo e Globalismo.

⁶ Para uma análise mais aprofundada acerca de cada um dos paradigmas, sugere-se a leitura de (SODUPE, 2003, p. 33-38).

⁷ No original: “[...] the discipline *was* the debate” (WAEVER, 2008, p. 155).

⁸ Para mais acerca das principais características do neorealismo e do neoliberalismo, bem como da aproximação entre ambas as perspectivas, ver (NYE, 1988, p. 158-179).

método científico – próprio das Ciências Naturais – poderia ser utilizados para a análise de ambos (HOLLIS, 2008, p. 304). Tal método se sustentaria em uma epistemologia empiricista, isto é, na crença de que o conhecimento, para ser válido, deveria ser justificado a partir da observação (SMITH, 2008, p. 35-36). De maneira complementar, o objetivismo é caracterizado pela noção de que esta observação deve ser feita de maneira objetiva, neutra, sem a influência de aspectos subjetivos do observador na interpretação do objeto (HOLLIS, 2008, p. 304). A isso se soma o behaviorismo, unindo as características anteriormente mencionadas em busca da construção de uma abordagem propriamente “científica” das Relações Internacionais, baseada na observação de regularidades e na formulação de leis universais acerca do comportamento dos Estados no sistema internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 37-38).

Um claro exemplo da aplicação dos pressupostos positivistas pode ser verificado, por exemplo, no neorrealismo de Kenneth Waltz. O autor defende que uma investigação efetivamente científica das Relações Internacionais só seria possível a partir da aplicação do método analítico da física clássica (exame empírico dos atributos e interações entre variáveis) e de ferramentas estatísticas, devendo estar igualmente orientado para a identificação de leis gerais que expliquem o funcionamento do sistema (WALZ, 2011, p. 28). Assim, a concepção central do neorrealismo waltziano de que o comportamento conflituoso dos Estados é resultante da busca racional por sobrevivência destes em um sistema internacional estruturalmente anárquico se apresenta como científica, uma vez que empiricamente verificável em diversos momentos da história, supostamente configurando, portanto, uma lei geral das Relações Internacionais (LITTLE, 2008, p. 79). Tal concepção sistêmica é compartilhada pelos neoliberais, que buscam, então, formular hipóteses e encontrar regularidades empiricamente verificáveis capazes de explicar a formação de instituições e dinâmicas de cooperação na estrutura anárquica e frequentemente conflituosa do sistema internacional (KEOHANE, 1988, p. 392).

É justamente em um posicionamento contrário ao positivismo presente nestas abordagens teóricas *mainstream* de Relações Internacionais que vai convergir a crítica das diversas novas teorias emergentes a partir do “Quarto Debate” da disciplina (SMITH, 2008, p. 12). Este colocou em oposição um grupo de teóricos positivistas – abarcando os autores neorrealistas e neoliberais – e um grupo de teóricos pós-positivistas, composto por autores de tendências diversas – como o construtivismo, o feminismo, o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo e a teoria crítica – e influenciados por movimentos presentes nas Ciências Sociais de maneira geral (SODUPE, 2003, p. 60-61). Trata-se de um debate essencialmente

metateórico, isto é, referente ao próprio processo de teorização em Relações Internacionais (SODUPE, 2003, p. 61).

Assim, os princípios ontológicos – referentes à essência do que seria o “mundo real” – e epistemológicos – ou seja, referentes às formas como um conhecimento válido e verdadeiro acerca desse “mundo real” pode ser obtido – das teorias *mainstream* passam a ser questionados no interior da disciplina (SODUPE, 2003, p. 62). De fato, conforme aponta Yosef Lapid (1989, p. 236), as próprias noções de realidade, verdade, racionalidade e objetividade passam por um crivo crítico a partir da década de 1980, com o início da influência de teorias filosóficas e sociais nos estudos da disciplina. Quanto ao aspecto ontológico, Alexander Wendt (1999, p. 1) identifica duas tendências compartilhadas pelas diversas teorias sociais aplicadas aos estudos das relações internacionais, ambas relacionadas à transição da essência do que explicaria o “mundo real” de fatores materiais para aspectos subjetivos. Destarte, a primeira tendência seria a concepção das estruturas de associação humanas (como o Estado e a sociedade) como determinadas primariamente pelo compartilhamento de ideias, mais do que por aspectos materiais (WENDT, 1999, p. 1).

Na perspectiva de Sodupe (2003, p. 63), trata-se de uma divergência quanto ao materialismo típico das teorias *mainstream*, isto é, a percepção destas teorias de que os elementos materiais (econômicos, militares, geográficos etc.) seriam o principal fator explicativo das dinâmicas internacionais. O idealismo pós-positivista, em oposição, é uma perspectiva que sustenta que o campo das ideias e da atribuição intersubjetiva de significados comporia a essência das relações internacionais (SODUPE, 2003, p. 63). Ora, a própria significação dos recursos materiais e da forma de organização e instrumentalização deles seria resultante da significação social intersubjetiva que se lhes atribui a partir das interações e percepções verificadas entre os atores no cenário internacional (*idem*). Consequentemente, as identidades e interesses dos atores (Estados, indivíduos, instituições, coletividades) são socialmente construídos através do compartilhamento de ideias, e não ‘dados’ por natureza (WENDT, 1999, p. 1). Não haveria, portanto, uma racionalidade própria dos Estados, constante e natural a eles, capaz de moldar sua atuação no sistema internacional em busca da maximização de ganhos frente a uma estrutura anárquica – aspecto defendido pelas perspectivas neorrealistas e neoliberais (SODUPE, 2003, p. 67).

Quanto ao eixo epistemológico deste debate, Lapid (1989, p. 239) nota duas características centrais: o perspectivismo e o relativismo. Por perspectivismo, entende-se uma negação dos pressupostos positivistas de neutralidade e objetividade na relação entre observador e objeto durante o processo de teorização (HOLLIS, 2008, p. 304). Nesse sentido,

Burchill e Linklater (2005, p. 17) indicam que fatores como experiências de vida, nacionalidade, religião, cultura, etnia, gênero e classe social moldam as formas de os teóricos interpretarem o mundo, tendo grande influência nas teorias desenvolvidas por eles. Logo, toda produção de conhecimento acerca de um objeto, especialmente um objeto social, neste entendimento, é enviesada de acordo com um conjunto de crenças e pressuposições culturais inerentes ao observador e resultantes de sua trajetória histórica e social (BURCHILL; LINKLATER, 2005, p. 17).

Por relativismo, compreende-se o questionamento da existência de uma forma única, ahistórica e universal, de construir conhecimento – compreendido como uma “verdade absoluta” – acerca da realidade internacional (LAPID, 1989, p. 243). Os próprios conceitos de “realidade” e “verdade” são colocados em xeque pelas teorias pós-positivistas, que os apontam como construções abstratas descoladas do tempo e do espaço concreto no qual são desenvolvidos (idem). Trata-se, portanto, de uma negação tanto da aplicação do método científico das Ciências Naturais, quanto da busca de padrões regulares e leis gerais enquanto epistemologias válidas para a construção do conhecimento em Relações Internacionais (idem).

Uma alegação central compartilhada pelas teorias pós-positivistas é a constante mutabilidade histórica e social da “realidade” internacional (LAPID, 1989, p. 243). Dessa forma, os pós-positivistas rejeitam a possibilidade de construção de um conhecimento universalmente válido, baseado em um método monista, nas Relações Internacionais (idem). Em seu lugar, propõem um pluralismo de valores, técnicas, perspectivas e abordagens metodológicas na construção de conhecimento na disciplina, de modo a dar voz a distintas visões, interpretações e entendimentos de diferentes aspectos componentes do todo complexo que seria a “realidade” internacional (ibidem, p. 244).

Em suma, o Quarto Debate das Relações Internacionais tem uma importância fundamental na construção da configuração recente da disciplina, principalmente por ter:

[...] estimulado a fermentação teórica e epistemológica na teoria de relações internacionais, criando conexões com outras disciplinas que passam pelo mesmo processo. [O debate] chamou a atenção para novas noções de objetividade científica, forçando uma reconsideração do papel dos teóricos de relações internacionais no processo científico. Ele passou a questionar critérios preestabelecidos para avaliar constructos teóricos (como a validação empírica, a predição e a explicação), permitindo que as teorias fossem reexaminadas em termos de seus contextos históricos, seus fundamentos ideológicos, as formas de sociedade que elas fomentam ou sustentam, e as metáforas e figuras literárias que formam sua construção (LAPID,

1989, p. 250, tradução nossa)⁹.

A isso, Lapid (1989, p. 250) acrescenta que o objetivo desse debate das Relações Internacionais não é descobrir ou propor nenhum novo método científico específico ou contribuir com verdades objetivamente verificáveis acerca da política internacional. Mais que isso, as teorias pós-positivistas, por mais diversas que sejam, promovem um ambiente intelectual mais reflexivo no campo de Relações Internacionais, no qual o debate, o criticismo e as inovações podem circular livremente (idem). Em perspectiva semelhante, Fred Halliday (1994, p. 75) sustenta que o pluralismo de paradigmas é saudável e positivo para o desenvolvimento da disciplina, abrindo espaço para perspectivas e métodos com diversos enfoques e abrangências, essenciais para a construção de conhecimento acerca das múltiplas dinâmicas, processos e atores que compõem as relações internacionais.

Conforme se mencionou anteriormente, dentre as novas abordagens teóricas emergentes nas Relações Internacionais à partir do ‘Quarto Debate’, destacam-se o construtivismo¹⁰, o feminismo¹¹, o pós-colonialismo¹², o pós-modernismo/pós-estruturalismo¹³, e a teoria crítica (SALOMÓN, 2013, p. 127)¹⁴. Para a análise aqui desenvolvida, optou-se pela teoria crítica, que permite a contestação da pressuposição de neutralidade das teorias e conceitos amplamente utilizados nas relações internacionais, a evidenciação da relação intrínseca entre organizações internacionais, ideias (ideologia) e hegemonia e um entendimento aprofundado acerca das forças determinantes da ordem mundial. Uma sistematização mais detalhada desta perspectiva teórica é apresentada na seguinte seção.

1.2 A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

⁹ “The debate has stimulated theoretical and epistemological ferment in international relations theory, forging links with other disciplines undergoing a similar process. It has called attention to new notions of scientific objectivity, forcing a reconsideration of the role of the international relations theorist in the scientific process. It has called into question received criteria for evaluating theoretical constructs (such as empirical validity, prediction, and explanation), allowing theories to be reexamined in terms of their historical context, their ideological underpinnings, the forms of society which they foster or sustain, and the metaphors and literary tropes that inform their construction” (LAPID, 1989, p. 250).

¹⁰ Para uma abordagem construtivista às Relações Internacionais, ver, por exemplo, (WENDT, 1992, p. 391-425).

¹¹ Para uma abordagem feminista, ver (ENLOE, 2014, p. 1-35)

¹² Para uma aplicação da teoria pós-colonial ao estudo das relações internacionais, ver (SETH, 2011, p. 167-183).

¹³ Para uma abordagem pós-estruturalista à disciplina das Relações Internacionais, ver (DEVETAK, 1995, p. 27-50).

¹⁴ Para uma exposição sintética acerca de cada uma das teorias mencionadas, ver (SALOMÓN, 2013, p. 127-166).

A teoria crítica surgiu como abordagem às Ciências Sociais em 1924, com a fundação do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt – a “Escola de Frankfurt”, como é frequentemente denominada na literatura –, tendo como expoentes nomes como Max Horkheimer (1972), Theodor Adorno (1985), Herbert Marcuse (2013) e, posteriormente, Jürgen Habermas (2012) (LINKLATER, 2007, p. 47). Uma das principais características desta escola de pensamento é a influência da teoria marxista, especialmente no que tange à busca por uma pesquisa social orientada para a liberdade e emancipação humana, ao mesmo tempo em que busca trazer novos aportes às limitações do marxismo ortodoxo¹⁵, de modo a melhor explicar as relações sociais de dominação e opressão na sociedade moderna industrial, caracterizada pela alta burocratização, processos de individualização e alienação provocada pela cultura de massas (idem, p. 48).

Uma das características centrais das contribuições teóricas da Escola de Frankfurt foi o questionamento ao positivismo presente em grande parte das abordagens às Ciências Sociais predominantes naquela época (LINKLATER, 2007, p. 49). Nesse sentido, Max Horkheimer (1972) propôs uma distinção entre as “teorias tradicionais” e a “teoria crítica” da Escola de Frankfurt. Para o autor, as teorias tradicionais seriam as positivistas, caracterizadas pela aplicação de métodos quantitativos das Ciências Naturais para inferir leis acerca do comportamento humano, de modo a produzir um conhecimento favorável à administração “mais eficiente” das sociedades, decorrendo em práticas de controle e dominação social (HORKHEIMER, 1972, p. 190-191). A teoria crítica, por sua vez, teria a função de denunciar esta relação inerente entre conhecimento e poder, evidenciando que as teorias tradicionais são construídas de acordo com os interesses daqueles que possuem o poder de produzir e instrumentalizar o conhecimento, bem como de apontar que as ordens sociais identificadas como “leis naturais” por estas teorias poderiam ser modificadas a partir da agência humana (HORKHEIMER, 1972, p. 218-222).

De maneira semelhante, a teoria crítica chega às Relações Internacionais como uma das primeiras abordagens emergentes no campo pós-positivista da disciplina, tendo uma contribuição central para a expansão e questionamento de pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos vigentes no *mainstream* teórico das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005, p. 139-140). Além do questionamento ao positivismo, a teoria crítica nas Relações Internacionais também apresenta um forte comprometimento com a evidência dos interesses subjacentes às teorias ortodoxas da disciplina, bem como com a identificação

¹⁵ Para uma discussão mais aprofundada acerca do “paradigma da produção” característico do marxismo ortodoxo e das desavenças da Escola de Frankfurt a este paradigma, ver (LINKLATER, 2007, p. 47-54).

de possibilidades de resistência e transformação na ordem internacional tal como se encontra estabelecida (LINKLATER, 2007, p. 55). Nas palavras do autor:

Uma tarefa central da teoria crítica, portanto, é revelar as implicações políticas das afirmações que analisam o mundo com um espírito de neutralidade. É mostrar que as teorias do mundo social não se encontram fora da esfera da política, mas têm profundas consequências para a distribuição de poder, recursos materiais e oportunidades significativas na sociedade doméstica e global (LINKLATER, 2007, p. 55, tradução nossa).¹⁶

Ainda de acordo com as contribuições de Andrew Linklater (2007, p. 55) acerca da teoria crítica nas Relações Internacionais, pode-se afirmar que na disciplina ela se manifesta em duas vertentes principais: um segmento influenciado pela “esfera da produção” – com maior influência da teoria marxista e ênfase em questões de trabalho e produção, como em Robert Cox (1981) – e outro situado na “esfera da interação” – com maior influência das contribuições teóricas de Jürgen Habermas (2012)¹⁷ e ênfase nos conceitos de comunicação, diálogo e consenso, como no próprio Linklater (2008, p. 284-295). O autor identifica também o que considera as quatro principais “conquistas” da teoria crítica nas Relações Internacionais, a saber: (1) a contestação aos princípios positivistas de neutralidade, objetividade e universalidade; (2) o questionamento das abordagens empiricistas que afirmam que as estruturas existentes são imutáveis e naturais (crítica especialmente direcionada ao neorrealismo de Waltz); (3) a inclusão de outros elementos que fundamentam a exclusão social além do modo de produção e luta de classes (patriarcado, racismo, nacionalismo exacerbado, autoritarismo estatal etc.); (4) a busca por formas alternativas de comunidades políticas que rompam com estes mecanismos de exclusão (LINKLATER, 2008, p. 279-280).

Especificamente para a análise a qual se propõe esta monografia, optou-se por um recorte focado na Teoria Crítica das Relações Internacionais conforme proposta por Robert W. Cox (1981, 2007), precursor da aplicação desta perspectiva teórica na disciplina (MENESES SILVA, 2005, p. 251). Seguindo a categorização proposta por Linklater (2007, p. 55), os aportes de Cox fazem parte da “esfera da produção” na segmentação da teoria crítica, apresentando forte influência marxista e enfoque em questões do trabalho, das classes (ou “forças”) sociais e das relações de produção. Outras importantes características da formulação teórica do autor, como ressalta Meneses Silva (2005, p. 251), é a aplicação do materialismo histórico dialético como método de análise e a instrumentalização de conceitos tanto da

¹⁶ “A central task of critical theory then is to uncover the political implications of claims to analyze the world in the spirit of neutrality. It is to show that theories of the social world do not stand outside the sphere of politics but have profound consequences for the distribution of power, material resources and significant opportunities in domestic and global society” (LINKLATER, 2007, p. 55).

¹⁷ Para uma síntese das ideias centrais do autor, ver (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013, p. 153-170).

Escola de Frankfurt quanto da teoria política de Antonio Gramsci (1975)¹⁸ – com ênfase para as concepções de “bloco histórico”, “hegemonia” e “sociedade civil” – à análise das relações internacionais.

Assim, no artigo *Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory*, originalmente publicado em 1981, Robert Cox apresenta uma proposição dos elementos centrais da Teoria Crítica das Relações Internacionais, apontando-a como um método analítico crítico, questionador das relações de poder inerentes à ordem estabelecida e orientado para a identificação e apoio de processos de transformação da realidade política e social (MENESES SILVA, 2005, p. 251). Inicialmente, a Teoria Crítica proposta por Robert Cox (1981, p. 127-129) pretende desmistificar as pretensões notadamente positivistas de neutralidade e objetividade adotadas pelas teorias *mainstream* das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005, p. 140). Nesse sentido, em um dos mais célebres trechos de sua obra, o autor aponta que:

A teoria é sempre *para* alguém e *para* algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. Perspectivas derivam de uma posição no tempo e espaço, especificamente no tempo e espaço político e social. O mundo é percebido desde um ponto de vista definido em termos de nação ou classe social, de dominação ou subordinação, de ascensão ou declínio de poder, de um senso de imobilidade ou de crise presente, de experiências do passado e de esperanças e expectativas para o futuro. [...] Não há, portanto, nenhuma teoria por si só, divorciada de um ponto de vista no tempo e espaço. Quando qualquer teoria representa a si mesma dessa forma, é extremamente importante analisá-la como uma ideologia e desvendar a perspectiva oculta por ela (COX, 1981, p. 128, grifo do autor, tradução nossa)¹⁹.

Assim, partindo da anteriormente referida distinção proposta por Horkheimer (1972, p. 218-220) entre teoria tradicional e teoria crítica, Cox (1981, p. 128) identifica dois tipos de teoria em Relações Internacionais, com diferentes propósitos: as “teorias de solução de problemas” e a Teoria Crítica. Na concepção do autor, as teorias de solução de problemas seriam aquelas que simplesmente assumem a realidade como ela é, considerando as estruturas de poder, relações sociais e instituições existentes como um fato dado, uma moldura fixa que circunscreve as possibilidades de ação (COX, 1981, p. 128). Sendo assim, o objetivo dessas teorias seria indicar soluções para problemas emergentes no interior dessa estrutura pré-

¹⁸ Para a sistematização de alguns dos atributos centrais da teoria política de Gramsci, ver (COX, 2007, p. 101-115).

¹⁹ “Theory is always *for* someone and *for* some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space. The world is seen from a standpoint defineable in terms of nation or social class, of dominance or subordination, of rising or declining power, of a sense of immobility or of present crisis, of past experience, and of hopes and expectations for the future [...]. There is, accordingly, no such thing as theory in itself, divorced from a standpoint in time and space. When any theory so represents itself, it is the more important to examine it as ideology, and to lay bare its concealed perspective” (COX, 1981, p. 128).

determinada, de modo a garantir um bom funcionamento da mesma (idem, p. 129). Por fixarem com maior facilidade limites e parâmetros específicos, as teorias de solução de problemas tenderiam à formulação de leis e regularidades que parecem ter validade geral, embora se apliquem, efetivamente, unicamente às relações sociais e institucionais particulares assumidas como parâmetro por elas (ibidem).

A Teoria Crítica, pelo contrário, partiria inicialmente de um questionamento à ordem estabelecida, buscando compreender como esta chegou a se consolidar (COX, 1981, p. 129). A partir desta abordagem, as relações sociais e arranjos institucionais assumidos como parâmetros pelas teorias de solução de problemas são problematizados e colocados em perspectiva histórica, sendo o objetivo central da Teoria Crítica identificar o “todo” maior de uma realidade complexa da qual a parte analisada é apenas um componente, bem como os processos de mudança nos quais tanto o ‘todo’ quanto as partes estão inseridos (idem). Portanto, para a Teoria Crítica as ordens políticas e sociais nunca são fixas ou dadas, uma vez que se encontram inseridas em um contínuo processo de transformação (ibidem). Trata-se de uma clara oposição à perspectiva adotada pelas teorias de solução de problemas. Cox (1981, p. 129-130) aponta que, apesar de estas se apresentarem como “livres de valores”, a noção de fixidez assumida por elas não é uma mera conveniência de método, mas sim uma postura ideológica de ordem conservadora, que serve a interesses particulares nacionais, setoriais ou de classe satisfeitos com a manutenção da ordem vigente.

Seria esse o caso, por exemplo, do neorrealismo. Na perspectiva da Teoria Crítica, as concepções propagadas pelo neorrealismo como “leis gerais” da política internacional, tais quais o Estado como ator unitário e racional e o sistema internacional enquanto ambiente estruturalmente anárquico e conflituoso, seriam construções ahistóricas e normativamente enviesadas (COX, 1981, p. 131). Representariam, portanto, uma forma de pensamento e comportamento estatal típica da Guerra Fria, coerente com os interesses dos Estados Unidos em defender a manutenção ou maximização de seu poder como baluarte da ordem internacional bipolar naquele momento histórico (idem).

Processo semelhante se vê na visão de Cox sobre o neoliberalismo. Na perspectiva do autor, haveriam duas principais vertentes dessa abordagem teórica: uma focada na política doméstica dos Estados, entendida como arena de disputas interburocráticas, e outra com ênfase nas instituições supranacionais e transgovernamentais (COX, 1981, p. 127). Apesar de romperem com a noção abstrata de Estado unitário/racional proposta pelo neorrealismo, as abordagens neoliberais corroborariam outras ‘abstrações’: as diversas formas de Estado percebidas ao longo da história não seriam levadas em consideração, tampouco a relação

direta entre Estado e sociedade (idem). Para Cox (1981, p. 127), as preocupações acerca das relações sociais de poder e interesses particulares subjacentes às instituições internacionais também seriam ignoradas pelas perspectivas neoliberais (COX, 1981, p. 127).

Em contraste, o autor alega que os seres humanos, as instituições e o Estado são resultados concretos dos momentos e processos históricos nos quais se inserem (COX, 1981, p. 132-133). Os pressupostos centrais do *mainstream* teórico de Relações Internacionais estariam, portanto, marcados por um forte ahistoricismo, abstracionismo e conformação com a noção de suposta fixidez das ordens e estruturas estabelecidas no cenário internacional. Como ferramenta para superar essas características teóricas, Robert Cox (1981, p. 133) propõe o materialismo histórico enquanto base do método analítico da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Como lembra Fred Halliday (1994, p. 59-68), são quatro os atributos centrais do materialismo histórico aplicado à análise das relações internacionais: (1) os fatores socioeconômicos – principalmente as forças produtivas e relações sociais que conformam o modo de produção – são considerados contextos determinantes dos demais fenômenos internacionais (instituições, ideias, guerras, diplomacia, configuração do Estado, etc.); (2) a “determinação histórica”, ou seja, a necessidade de analisar estes fenômenos a partir dos processos históricos que levaram à sua consolidação; (3) a centralidade das classes sociais – definidas em termos da propriedade dos meios de produção – como atores políticos centrais na arena doméstica e internacional; (4) a análise das expressões da luta de classes, por meio de conflitos e revoluções, nas relações internacionais. Em síntese:

O que estes conceitos amplos de ‘modo de produção’ e de ‘formação social’ implicaram foi que a análise de qualquer área de atividade humana deveria ser compreendida em seu contexto socioeconômico, e não em abstração a ele. Portanto, não há Estado, crença, conflito, nenhum poder em geral, ou independente deste contexto. Por extensão, não há nenhum ‘sistema internacional’ [...], guerra ou diplomacia abstraídos do modo de produção. De fato, as Relações Internacionais são o estudo das relações não entre Estados, mas entre formações sociais. [...] Portanto, o Estado já não é mais visto como uma corporificação do interesse nacional ou de neutralidade judicial, mas sim dos interesses de uma sociedade ou formação social específica, definida por sua estrutura socioeconômica. [...] nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais geradas por ele e ao sistema mundial que elas conformam (HALLIDAY, 1994, p. 60-61, tradução nossa)²⁰.

²⁰ “What these broad concepts of the ‘mode of production’ and the ‘social formation’ did entail was that analysis of any area of human activity had to be seen in this socio-economic context, and not in abstraction from it. There is therefore no state, no belief, no conflict, no power in general, or independent of this context. By extension, there is no ‘international system’ [...] war or diplomacy, abstracted from the mode of production. Indeed, International Relations is the study of the relations not between states but between social formations. [...] Thus, the state is no longer seen as an embodiment of national interest or judicial neutrality, but rather of the interests of a specific society or social formation, defined by its socio-economic structure. [...] no analysis of international relations is possible without reference to capitalism, the social formations it generated and the world system they comprised” (HALLIDAY, 1994, p. 60-61).

De fato, estes elementos podem ser verificados no método de análise proposto por Robert Cox em sua Teoria Crítica das Relações Internacionais. Nesse sentido, o autor também identifica quatro importantes contribuições do materialismo histórico ao estudo de Relações Internacionais, mais especificamente no que tange à sua aplicação pela Teoria Crítica, a saber: (1) a dialética; (2) o foco no imperialismo; (3) o alargamento da concepção de Estado e sociedade civil e (4) a inclusão da relevância do processo produtivo (COX, 1981, p. 133-134).

A dialética estaria diretamente relacionada ao objetivo central da Teoria Crítica: identificar os conflitos entre forças sociais antagônicas dentro de uma determinada ordem e as possibilidades de transformações sistêmicas e consolidação de ordens políticas e sociais alternativas a partir desses conflitos (COX, 1981, p. 134). Assim, enquanto que para o neorrealismo o conflito seria a própria essência de um sistema internacional anárquico, a Teoria Crítica o vê como uma manifestação do contínuo processo de transformação histórica no qual esse sistema está inserido (idem). O foco no imperialismo²¹, por sua vez, acrescenta uma dimensão vertical à concepção estritamente horizontal de disputas interestatais por poder compartilhada pelas teorias do *mainstream* (COX, 1981, p. 134). Trata-se do reconhecimento da existência de uma estrutura econômica internacional inerentemente desigual, manifestada na dicotomia entre Cento e Periferia que se verifica na economia política mundial e move grande parte dos processos internacionais (idem).

Quanto ao terceiro ponto indicado pelo autor - o alargamento da concepção de Estado e sociedade civil – trata-se de uma contraposição às teorias ortodoxas da disciplina, que adotam como convenção uma distinção entre ambas as esferas da realidade política e social (COX, 1981, p. 126). Partindo de uma perspectiva gramsciana, Cox (2007, p. 114) sustenta que tal convenção é inadequada para a análise proposta pela Teoria Crítica, na qual o Estado deve ser compreendido a partir de sua base social (idem). Isto é, o Estado é formado a partir de configurações de poder estabelecidas entre as forças sociais em seu interior, fundamentalmente determinadas em termos da posição que ocupam nas relações de produção (COX, 1981, p. 134). A estas configurações de poder, Gramsci (1975, p. 632) – denomina “blocos históricos”, formações sociais que, em um momento histórico específico, exercem o controle sobre a estrutura (base econômica, relações sociais de produção) e a superestrutura (dimensão ética, cultural, ideológica e política) do Estado e da ordem social. A partir desta

²¹ Ressalta-se que, para Cox, não há uma concepção única e permanente de imperialismo. Trata-se de um fenômeno de dominação e subordinação que se manifesta de diferentes formas de acordo com as especificidades de cada momento histórico (COX, 1981, p. 142).

base, as forças sociais logram moldar e influenciar a atuação doméstica e internacional do Estado de acordo com seus interesses particulares, conformando o “complexo Estado/sociedade”, dinâmico e mutável, que assume diversas configurações de acordo com as forças sociais dominantes em cada momento histórico (COX, 1981, p. 134).

Em sentido semelhante, a quarta contribuição do materialismo histórico à análise das relações internacionais apontada por Cox (1981, p. 134) é a identificação do processo produtivo como um elemento fundamental para entender as formas particulares que o complexo Estado/sociedade civil assume em um determinado momento histórico, uma vez que é dele que emergem as forças sociais (idem). Há, portanto, uma relação intrínseca entre o poder na produção, o poder no Estado e o poder nas relações internacionais (ibidem, p. 135). Destarte, as forças sociais dominantes no processo produtivo são determinantes para a moldagem das diferentes formas assumidas pelo Estado e configurações diversas da ordem mundial (COX, 1981, p. 135). Desse modo, a partir das contribuições auferidas pelo materialismo histórico, a Teoria Crítica das Relações Internacionais reconhece que a ação – seja dos Estados, indivíduos, coletividades, instituições ou forças sociais – nunca é inteiramente livre, uma vez que constrangida por uma “estrutura para a ação”²² própria de cada momento histórico (idem).

Cada “estrutura para a ação” possui seus problemas específicos, que moldam tanto as ações quanto as teorias que emergem em seu interior (COX, 1981, p. 135). Um dos objetivos centrais da Teoria Crítica é ir além tanto desses problemas quanto de suas soluções, buscando as condições necessárias para a construção de uma nova “estrutura para a ação” nas relações internacionais (idem). Cox (1981, p. 135) chama essa “estrutura para a ação” de “estrutura histórica”, uma combinação coerente e particular de padrões de pensamento, condições materiais e instituições humanas vigentes em um determinado período histórico. Tal estrutura não determina absoluta e mecanicamente a ação humana, mas constitui um contexto de hábitos, pressões, expectativas e constrangimentos no qual toda ação se dá (idem). Uma compreensão mais precisa acerca das estruturas históricas²³ exige uma melhor concepção de dois fatores fundamentais: primeiramente, o método proposto por Cox para analisá-las; em segundo lugar, suas três forças motrizes: as capacidades materiais, as ideias e as instituições (ibidem, p. 136-138).

²² No original, “framework for action” (COX, 1981, p. 135).

²³ Especificamente, o autor analisa duas: a *pax britannica* (1845-1875) e a *pax americana* (1945-1970) (COX, 2007, p. 116-117). Não é o objetivo aqui trabalhá-las em detalhe; certos elementos da *pax britannica* são mobilizados estritamente para uma melhor exemplificação de alguns dos conceitos da Teoria Crítica. Para as perspectivas do autor acerca da estrutura histórica “pós-*pax americana*”, ver (COX, 1999, p. 9-12).

O método de análise das estruturas históricas proposto pela Teoria Crítica é composto por três níveis inter-relacionados (COX, 1981, p. 137-138). O primeiro deles é a organização da produção, com ênfase para o modo como as forças sociais são geradas e influenciadas pelos processos produtivos (ibidem, p. 138). O segundo nível é composto pelas formas de Estado, isto é, pela configuração assumida pelo complexo Estado/sociedade em uma determinada estrutura histórica (idem). O terceiro, por fim, é a ordem mundial, ou seja, a estrutura internacional de projeção dos interesses das forças sociais dominantes, baseada em recursos materiais, ideológicos e institucionais (idem).

A título de exemplo, pensando nesses termos, a *pax britannica* – estrutura histórica vigente entre meados e fim do século XIX, segundo Cox (1981, p. 140) – seria caracterizada por uma organização da produção imperialista, orientada para a expansão dos mercados e do capital. A forma de Estado correspondente seria, como reforça Eric Hobsbawm (2003, p. 118), um aparato representativo dos interesses da força social dominante naquele período: a burguesia industrial britânica. Quanto à ordem mundial fundada sob este paradigma, se baseava em duas dimensões. A primeira delas se referia a manutenção de um equilíbrio de poder entre as potências continentais europeias, de modo a assegurar a estabilidade entre elas, garantindo assim um cenário propício para os fluxos de produtos e capitais (ARRIGHI, 1984, p. 25-28)²⁴. A segunda dizia respeito à expansão da hegemonia britânica para a periferia do sistema internacional, muitas vezes através do estabelecimento de políticas imperiais (HOBSBAWM, 2003, p. 121).

Um entendimento mais completo acerca de como estes processos se desenvolvem passa por aquelas que Cox (1981, p. 136) categoriza como três “forças motrizes” das estruturas históricas. A primeira dessas forças são as capacidades materiais, compreendidas como os recursos tangíveis – tecnologia produtiva, bélica, energética, acúmulo de recursos e riqueza, etc. – que permitem o exercício de poder pelas forças sociais dominantes nas relações internacionais. Para o autor, a supremacia naval e financeira seriam exemplos das capacidades materiais que possibilitaram um predomínio britânico na política internacional durante a estrutura histórica da *pax britannica* (ibidem, p. 140). A segunda força motriz seriam as ideias, divididas em duas categorias centrais: significações intersubjetivas e imagens coletivas da ordem social (ibidem, p. 136).

As significações intersubjetivas são definidas como “noções compartilhadas da natureza das relações sociais que tendem a perpetuar hábitos e expectativas de

²⁴ Paginação não disponível na versão consultada.

comportamento” (COX, 1981, p. 136, tradução nossa)²⁵. Seriam, portanto, ideias de longo alcance, compartilhadas no interior de uma mesma ordem e essenciais para a manutenção desta, extrapolando limites como as fronteiras nacionais (idem). Novamente pensando no caso da *pax britannica*, Cox (ibidem, p. 140) indica que a ideologia do liberalismo econômico e seus aspectos correlatos – o livre comércio, o padrão libra-ouro, o livre fluxo de pessoas e capitais – foram uma forma de “significação intersubjetiva” essencial para a disseminação e legitimação da supremacia britânica no cenário internacional.

Já as imagens coletivas da ordem social são ideias sobre a legitimidade das relações de poder, concepções de justiça e ordem, do papel dos bens públicos etc. compartilhadas no interior de grupos específicos, sem alcance exterior a esses grupos (COX, 1981, p. 136). Na visão da Teoria Crítica das Relações Internacionais, as imagens coletivas se apresentam como espaço de resistência às significações intersubjetivas vigentes em uma determinada Estrutura Histórica, podendo indicar caminhos alternativos de desenvolvimento e possibilidades materiais e institucionais de emergência de uma nova estrutura (idem). Mais uma vez utilizando o paradigma da *pax britannica*, a emergência dos movimentos socialistas e anarquistas na Europa de meados do século XIX, bem como os modos de vida das populações autóctones das colônias britânicas – ambos processos registrados por Antony Adolf (2009, 143-177) – poderiam ser considerados manifestações de imagens coletivas da ordem social divergentes às significações intersubjetivas em evidência naquela estrutura histórica.

As instituições, terceira força motriz das estruturas históricas, recebem destaque na perspectiva analítica da Teoria Crítica proposta por Robert Cox. Tratam-se de mecanismos essenciais para a consolidação de uma determinada ordem, refletindo e perpetuando as relações de poder vigentes no momento de sua constituição (COX, 1981, p. 136). As instituições seriam, portanto, um amálgama entre capacidades materiais e ideias, tendendo à disseminação de formas de organização das capacidades materiais e ao desenvolvimento de ideias coerentes com os interesses dominantes em uma determinada ordem mundial (ibidem, p. 136-137). Haveria, portanto, uma relação intrínseca entre as instituições e aquilo que se compreende como hegemonia na Teoria Crítica das Relações Internacionais (ibidem, p. 137). Antes de aprofundar uma apresentação do papel atribuído às instituições pela Teoria Crítica, portanto, se faz necessária uma apresentação mais precisa da concepção de hegemonia trabalhada por ela.

²⁵ No original: “[...] those shared notions of the nature of social relations which tend to perpetuate habits and expectations of behavior” (COX, 1981, p. 136).

Nesse sentido, em *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*, outro artigo fundamental da Teoria Crítica, Cox (2007, p. 115) contraria as perspectivas dominantes acerca da aplicação do conceito de hegemonia nas Relações Internacionais. Para o autor, seria errôneo categorizar a hegemonia meramente como o domínio de um país sobre outro, uma relação estritamente interestatal, assim como concebê-la enquanto sinônimo de imperialismo (*idem*). Como alternativa, Robert Cox (2007, p. 105), assim como posteriormente Immanuel Wallerstein (1984, p. 38-40) e Giovanni Arrighi (2012, p. 28-29), utiliza o conceito de hegemonia proposto pela teoria política de Antonio Gramsci para fundamentar sua aplicação às Relações Internacionais.

Em sua análise política, Gramsci (1975, p. 57-58) identifica que a supremacia de um grupo social dentro do Estado – ou, em seus termos, a consolidação de um ‘bloco histórico’ na arena estatal – pode se dar de duas maneiras: pela dominação (coerção) ou pela liderança moral e intelectual (consenso). Assim, o exercício do poder por um grupo social seria a combinação necessária entre coerção e consenso (*ibidem*, p. 169). A hegemonia ocorreria quando o consenso, via liderança moral e intelectual, estivesse em primeiro plano, embora a coerção devesse permanecer sempre latente, como forma de combater “anomalias” questionadoras da ordem hegemônica vigente (*idem*). Destarte, a liderança moral e intelectual – conquistada e disseminada através da ideologia e das instituições – seria o fator determinante para a consolidação da hegemonia de um grupo social sobre os demais, possibilitando que este avançasse seus interesses particulares travestindo-os de ‘interesses universais’ do conjunto dos demais grupos sociais (*ibidem*, p. 180-182).

Transpondo essa conceptualização para as relações internacionais, Cox (2007, p. 117) sustenta que a hegemonia no plano internacional se dá quando um Estado logra fundar e proteger uma ordem concebida como legítima e universal. Outrossim, a hegemonia é inconsistente com a mera dominação de um Estado sobre outro: para garantir a prevalência do aspecto consensual sobre o coercitivo, o Estado hegemônico deve constituir uma ordem capaz de garantir a aquiescência dos “mais fracos” aos interesses dos “mais poderosos” (COX, 1981, p. 137). Um aspecto fundamental para esse processo seria a capacidade de o *hegemon* projetar sua liderança como favorável ao interesse geral dos diversos atores inseridos na ordem hegemônica, e não como seus interesses particulares (*idem*). É nesse ponto que radica a importância essencial atribuída às instituições na conformação da hegemonia em uma ordem mundial. São elas que corporificam regras, normas e padrões de comportamento favoráveis aos interesses hegemônicos e os disseminam para os demais atores, garantindo assim a universalização dos interesses particulares dominantes (COX, 2007, p. 119).

Antes de avançar nessa discussão, contudo, é necessário aclarar que não se pode compreender a consolidação de hegemonia por um Estado sem levar em consideração as forças sociais envolvidas nesse processo (COX, 2007, p. 117). De acordo com a perspectiva da Teoria Crítica, mais que uma mera ordem entre Estados, a hegemonia estabelece um espaço para a articulação das forças sociais dominantes em escala transnacional (idem). Ou seja, o poder que conforma as sucessivas hegemônias nas relações internacionais emerge fundamentalmente das forças sociais dominantes em cada momento histórico, determinadas pelo modo de produção (COX, 1981, p. 141). Nessa perspectiva, as forças sociais não são restritas às fronteiras dos Estados; muitas vezes extrapolam essas fronteiras e se tornam propulsoras da formação de estruturas mundiais de poder (idem). Portanto, as forças sociais são, tanto quanto ou ainda mais que os Estados, as forças definidoras das ordens mundiais (idem). Nas palavras do autor:

O conceito hegemônico de ordem mundial não se baseia apenas na regulação dos conflitos interestatais, mas também numa sociedade civil concebida globalmente, isto é, num modo de produção de extensão global que gera vínculos entre as classes sociais dos países nele incluídos. [...] Portanto, a hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados (COX, 2007, p. 118).

Nesse sentido, Cox (2007, p. 118) indica que as hegemônias mundiais são, primordialmente, expressões de hegemônias nacionais estabelecidas nos países poderosos por suas classes dominantes. Através da hegemonia no plano internacional, os padrões econômicos, sociais, políticos e culturais favoráveis aos interesses dessas classes se disseminariam em escala global (idem). Conforme aponta o autor, esse processo acaba tendo consequências especialmente negativas nos países periféricos que, apesar de historicamente terem processos políticos, sociais e econômicos muito distintos daqueles dos países centrais, buscam se adequar aos padrões hegemonicamente transmitidos por eles (idem). Levando-se em consideração esses aportes da Teoria Crítica das Relações Internacionais, percebe-se que as instituições não refletem apenas os interesses dos Estados hegemônicos, mas sim das forças sociais dominantes na ordem mundial fundada por eles (COX, 1981, p. 143).

Tendo isso em vista, Cox (2007, p. 119) sustenta que as organizações internacionais têm um papel fundamental na disseminação e legitimação global dos interesses particulares das forças sociais hegemônicas em uma determinada ordem mundial, corporificando padrões de comportamento e regras favoráveis à universalização desses interesses. Nessa perspectiva, as organizações internacionais seriam superestruturas

legitimadoras e disseminadoras do modo de produção dominante em uma estrutura histórica, diretamente vinculadas às classes sociais hegemônicas nos países centrais de uma dada ordem mundial (ibidem, p. 121). Dentre as características que expressam o papel hegemônico destas instituições, o autor destaca cinco: (1) a corporificação de regras que facilitam a expansão de ordens mundiais hegemônicas; (2) a cristalização das relações de poder vigentes em uma determinada ordem; (3) a legitimação ideológica dessa ordem; (4) a cooptação de elites dos países periféricos e, finalmente, (5) a absorção de ideias contra-hegemônicas (ibidem, p. 119).

A primeira característica está diretamente relacionada à aquiescência da ordem hegemônica por todos aqueles envolvidos nela. Isso porque as regras corporificadas pelas organizações internacionais permitem a representatividade de certos interesses subordinados, embora sejam fundamentalmente determinadas em favor da expansão das forças econômicas e sociais dominantes (COX, 2007, p. 119). As instituições de Bretton Woods²⁶, por exemplo, ofereceriam certas garantias – maior estabilidade e previsibilidade na economia internacional, concessão de empréstimos para projetos de desenvolvimento em países periféricos – mediante a adequação das políticas nacionais dos países ao redor do mundo às diretrizes necessárias para a consolidação e manutenção de uma economia mundial liberal (idem).

A livre circulação de bens, tecnologia e capital – isto é, a liberalização da economia mundial –, por sua vez, seria um fator fundamental para a acumulação de capital pelas forças sociais hegemônicas no período de edificação do Sistema de Bretton Woods (COX, 1981, p. 145). Assim, corrobora-se a segunda característica do papel hegemônico das organizações internacionais apontada por Cox (2007, p. 119): o fato de que elas são, essencialmente, produtos de uma ordem mundial vigente em uma determinada estrutura histórica. De fato, como aponta Wallerstein (1984, p. 39-44), as hegemonias tendem a se consolidar nas relações internacionais a partir dos acordos pós grandes guerras, que cristalizam as relações de poder em torno do Estado ‘vencedor’ através do estabelecimento de instituições favoráveis à maximização de seus interesses. O autor verifica essa constatação na hegemonia dos Países Baixos – com a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e os Acordos de Westfália (1648)²⁷ –; do Reino Unido – com as guerras napoleônicas (1792-1815) e o

²⁶ Conjunto de instituições multilaterais estabelecidas no pós II Guerra Mundial para regular as finanças e o comércio internacional. São elas: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT, atual Organização Mundial do Comércio [OMC]) (EICHENGREEN, 2007, p. 131-132).

²⁷ Para mais sobre a Guerra dos Trinta Anos e sobre os Acordos de Westfália ver, respectivamente, (CARNEIRO, 2006, 163-185) e (ADOLF, 2009, p. 119-120).

estabelecimento do Concerto Europeu (1815)²⁸ e, finalmente, na hegemonia dos Estados Unidos, com as ‘extensas guerras euroasiáticas’ (1914-1945) e a fundação do Sistema ONU e dos Acordos de Bretton Woods (1945) após o seu final (idem).

O terceiro elemento apontado por Cox (2007, p. 119-120) como característico do papel fundamental das organizações internacionais para a perpetuação da hegemonia nas relações internacionais é o potencial de legitimação ideológica da ordem mundial apresentado por estas instituições. Conforme anteriormente exposto, tanto em Gramsci (1975, p. 180-182) quanto em Cox (1981, p. 136-137), as ideias/ideologia e as instituições que as corporificam e disseminam possuem centralidade no processo de “universalização de interesses particulares” das forças sociais hegemônicas. Analisando desde esta perspectiva, Cox (2007, p. 120) aponta que as diretrizes políticas e econômicas propostas pelas principais organizações internacionais – como o Sistema ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – são, na realidade, ferramentas legitimadoras da ordem mundial hegemônica e das forças sociais dominantes em seu interior.

A partir de uma linha analítica semelhante, Stephen Gill (1995, p. 412-415) propõe o conceito de “novo constitucionalismo”, referindo-se à imposição de padrões políticos e econômicos liberais através das diretrizes promulgadas pelas principais instituições de governança global. Nas palavras do autor, o “novo constitucionalismo pode ser definido como o projeto político de tentar tornar o liberalismo transnacional e, se possível, o capitalismo democrático liberal, o único modelo de desenvolvimento futuro” (GILL, 1995, p. 412, tradução nossa)²⁹, de modo favorável às elites produtivas e financeiras que se beneficiam de uma ordem mundial neoliberal (idem). Assim, regras e condicionantes referentes ao livre fluxo de mercadorias e capital, ao protagonismo do setor privado e mínima participação estatal nas dinâmicas de funcionamento do mercado e à retirada do controle sobre processos econômicos da esfera democrática seriam avançados por instituições como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE e mesmo blocos de integração regional como o NAFTA³⁰ e a União Europeia.

Robert Cox (1981, p. 145) também avança uma análise nesse sentido,

²⁸ Para mais sobre esses processos históricos, ver (KISSINGER, 2015, Capítulo 2) (paginação não disponível na versão consultada).

²⁹ “The new constitutionalism can be defined as the political project of attempting to make transnational liberalism, and if possible liberal democratic capitalism, the sole model for future development (GILL, 1995, p. 412).

³⁰ *North-American Free Trade Agreement*, acordo de livre comércio que une Canadá, Estados Unidos e México desde 1993 (KAY, 2005, p. 715-718).

apontando que as organizações internacionais perpetuam uma série de diretrizes para o ajuste das políticas nacionais do mundo inteiro aos padrões globalmente estabelecidos. Estes padrões são, fundamentalmente, a imposição de um processo de “internacionalização do Estado” e de uma “internacionalização da produção” em escala mundial. O primeiro processo diz respeito à proposição de uma forma de Estado centrada na adequação das economias domésticas às exigências da economia mundial, definidas em instâncias internacionais como o FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (ibidem, p. 146-147). O segundo, à estruturação de redes transnacionais de produção, complexos sistemas globalizados orientados para conseguir melhores vantagens de custo em escala global, geralmente decorrendo na exploração de mão de obra barata em países periféricos (COX, 1996, p. 192-205). Os ajustes são, dessa forma, percebidos como responsivos às necessidades do sistema como um todo, não da vontade dos países e forças sociais dominantes na ordem hegemônica (ibidem, p. 145). Conforme se apresenta mais minuciosamente no segundo capítulo desta monografia, as operações de paz contemporâneas das Nações Unidas são uma das principais ferramentas canalizadores deste processo (PUGH, 2004, p. 40).

Através desse processo de perpetuação de ideologias favoráveis às forças sociais hegemônicas pelas organizações internacionais, tem origem aquelas que Cox (2007, p. 119-120) caracteriza como a quarta e a quinta característica do papel de legitimação e disseminação da hegemonia apresentado por estas instituições: a cooptação das elites intelectuais, políticas e econômicas dos países periféricos e a assimilação de ideias contra-hegemônicas. Assim, as elites intelectuais destes países, ao ingressarem nas organizações internacionais, acabariam sendo assimilados às ideologias, práticas e estruturas de poder dessas instituições, reproduzindo pensamentos e diretrizes coerentes com os interesses legitimados e autorizados por elas e, portanto, coerentes com os objetivos hegemônicos da economia mundial (ibidem, p. 120-121). Um exemplo nesse sentido é o apontamento de Theotonio dos Santos (2015, p. 26-27) acerca da teoria estruturalista do economista argentino Raúl Prebisch (1949), que apesar de possuir uma fundamental importância para o pensamento crítico na Economia Política Internacional, não teria se desenvolvido em direções mais questionadoras das desigualdades e opressões inerentes ao sistema capitalista devido ao ingresso do autor na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão subsidiário da ONU.

Com base nos já referenciados conceitos de estrutura histórica, complexo Estado/Sociedade, forças sociais, hegemonia e organizações internacionais, Robert Cox delinea uma análise desde a Teoria Crítica acerca da ordem mundial correntemente verificada

nas relações internacionais. Para o autor, esta ordem se sedimenta sobre uma estrutura histórica baseada em uma configuração de forças sociais hegemônicas articuladas transnacionalmente, tanto no centro quanto na periferia global³¹ (COX, 1981, p. 144). Nessa configuração, há um Estado ‘imperial’ – os Estados Unidos – e os Estados subordinados e colaboradores à manutenção da ordem (idem). A hegemonia, contudo, não é exercida pelos Estados Unidos em si, mas sim pelos “corpos executivos” no interior do governo estadunidense cuja função é promover e proteger a expansão global do capital (PETRAS, 1980 apud COX, 1981, p. 144).

Desde uma perspectiva complementar e mais contemporânea, Paul Cammack (2006, p. 1-5) sustenta que os “corpos executivos” preocupados com a perpetuação da expansão global do capital não se encontram no interior do governo estadunidense, mas sim na administração das principais organizações internacionais contemporâneas. Assim, a ONU, o FMI, o Banco Mundial, a União Europeia, a OCDE e a Organização Mundial do Comércio (OMC) seriam os principais arquitetos da mais nova fase do imperialismo: a disseminação global não somente do capital, mas do próprio capitalismo, suas relações e disciplinas sociais e instituições fundamentais (ibidem, p. 1-2). Em síntese, o autor aponta quatro características centrais deste “novo imperialismo”: (1) a liderança da Organização das Nações Unidas (ONU) – considerada mais legítima após a emergência de protestos antiglobalização direcionados contra o FMI e o Banco Mundial; (2) o remodelamento dos Estados periféricos como agentes do capitalismo global; (3) a criação de regimes internacionais de governança e disseminação do capitalismo global e (4) a formação e empoderamento de burguesias locais em países periféricos (ibidem, p. 7).

Não obstante, Cammack (2006, p. 5) fundamenta sua análise em uma noção de “autonomia” das organizações internacionais e seus corpos administrativos técnicos frente aos interesses dos Estados capitalistas mais poderosos, das empresas multinacionais e transnacionais e dos grandes conglomerados financeiros. A partir das contribuições da Teoria Crítica proposta por Robert Cox (1981, p. 144), é possível aprofundar ainda mais esta análise, de modo a apontar que as diretrizes das organizações internacionais sob o paradigma do “novo imperialismo” refletem, na realidade, uma ideologia e padrões de comportamento favoráveis aos interesses de maximização do poder e acumulação global de capital das forças sociais hegemônicas na ordem mundial contemporânea. Estas seriam compostas tanto pelos “corpos executivos” dominantes nos EUA quanto por seus correlatos em outros Estados

³¹ Para a proposição original dos termos “Centro” e “Periferia” do sistema internacional, ver (PREBISCH, 1949, p. 47-48). Para uma análise mais contemporânea a partir destes termos, ver (WALLERSTEIN, 1979, p. 1-37)

dominantes do centro e subordinados da periferia global (ibidem, p. 143). A ordem mundial, portanto, é entendida em termos mais abrangentes que a expressão da hegemonia de um Estado dominante; trata-se de uma estrutura transnacional edificada por forças sociais hegemônicas, composta por um centro dominante e uma periferia fundamentalmente dependente (idem). Às organizações internacionais e seus corpos administrativos, caberia a função de disseminar o projeto hegemônico destas forças sociais. Assim:

No ápice da emergente estrutura de classe global está a classe administrativa transnacional. Tendo suas próprias ideologia, estratégia e instituições de ação coletiva, ela é tanto uma classe em si como uma classe para si. Seus pontos focais de organização, a Comissão Trilateral Banco Mundial, FMI e OCDE, desenvolvem um enquadramento para o pensamento e as diretrizes políticas. A partir desses pontos, a ação de classe penetra nos países através da internacionalização do Estado. Os membros dessa classe transnacional não se limitam àqueles que desempenham funções a nível global, como executivos de corporações multinacionais ou funcionários sênior de agências internacionais, mas inclui aqueles que administram setores internacionalmente orientados no interior dos Estados, os funcionários dos ministérios de finanças, administradores ou empresários locais conectados a sistemas internacionais de produção e assim por diante (COX, 1981, p. 147-148, tradução nossa)³².

O resultado desta expressão de hegemonia pelas elites transnacionais, com o apoio das organizações internacionais, é a emergência de uma “estrutura histórica” fundamentalmente caracterizada pela hegemonia política, econômica e ideológica de uma ordem mundial neoliberal, especialmente no pós-Guerra Fria (COX, 1999, p. 12). Nesse sentido, em *Civil Society at the Turn of the Millenium: Prospects for an Alternative World Order*, Cox demonstra que a “forma de Estado” própria da estrutura histórica contemporânea é a dos Estados enquanto “agências da economia global”, com a função primordial de ajustar as práticas e políticas econômicas nacionais às exigências da economia mundial neoliberal (idem). Este modelo é perpetrado desde uma dimensão externa e uma interna. Externamente, Cox identifica a existência de um consenso político entre as elites dos países centrais e periféricos, as grandes corporações industriais e grupos financeiros poderosos e algumas das organizações internacionais principais – dentre as quais a ONU, o FMI, o Banco Mundial, a União Europeia e a OCDE – acerca da perpetuação de um modelo de governança global

³² “At the apex of an emerging global class structure is the transnational managerial class. Having its own ideology, strategy and institutions of collective action, it is both a class in itself and for itself. Its focal points of organization, the Trilateral Commission, World Bank, IMF and OECD, develop both a framework of thought and guidelines for policies. From these points, class action penetrates countries through the process of internationalization of the state. The members of this transnational class are not limited to those who carry out functions at the global level, such as executives of multinational corporations or as senior officials of international agencies, but includes those who manage the internationally-oriented sectors within countries, the finance ministry officials, local managers of enterprises linked into international production systems, and so on” (COX, 1981, p. 147-148).

comprometido com a disseminação do capitalismo neoliberal. Este consenso é compartilhado pelas forças sociais hegemônicas domésticas de cada país, que se beneficiam da globalização neoliberal, sendo as responsáveis pela perpetuação e/ou imposição deste modelo internamente em seus respectivos complexos Estado/sociedade (idem).

No âmbito do “modo de organização da produção” próprio da atual estrutura histórica, Cox (1999, p. 9) ressalta uma crescente transnacionalização da produção. Nessa configuração, nota-se a concentração do processo decisório em um centro com força de trabalho altamente especializada, que concentra os maiores índices de riqueza e capital e, portanto, organiza os processos produtivos em escala global. Nessa organização, é outorgada à periferia global – dotada de mão de obra precária, numerosa e facilmente dispensável – a responsabilidade de ofertar custos laborais baixos, flexibilização de regulamentações trabalhistas, menor controle ambiental, dentre outras medidas orientadas para a facilitação da exploração externa sobre seus recursos humanos e naturais (idem). O “neoliberalismo” e a “globalização” funcionam como mecanismos ideológicos que legitimam estes processos, mais uma vez com um papel fundamental das organizações internacionais em sua perpetuação (ibidem, p. 12).

Esses processos de internacionalização do Estado e da produção em evidência na ordem mundial contemporânea apresentam duas consequências principais. Por um lado, assiste-se à consolidação efetiva de uma força social hegemônica transnacional, majoritariamente composta por representantes do capital industrial-financeiro de países do centro e da periferia global, bem como das instituições internacionais privadas e intergovernamentais (COX, 1981, p. 147). Por outro, e como consequência deste, emerge principalmente nos países periféricos uma massa de trabalhadores precarizados, majoritariamente composto por minorias étnicas, imigrantes e mulheres (ibidem, p. 148). Tratam-se de grupos desassistidos pelo Estado “internacionalizado”, cujos cortes de gastos para atender às demandas de economia internacional afetam principalmente os substratos sociais mais pobres (COX, 1996, p. 200). Ao mesmo tempo, consistem na mão de obra massiva e barata exigida para a manutenção dos fluxos produtivos e financeiros que sustentam as forças sociais hegemônicas na ordem mundial estabelecida na estrutura histórica atual (COX, 1981, p. 148).

Como ressalta Paul Cammack (2003, p. 38; 2006, p. 4), mesmo projetos de organizações internacionais supostamente comprometidos com uma melhoria nas condições de vida dos setores globais marginalizados na ordem mundial neoliberal – como os programas de redução de pobreza do FMI e do Banco Mundial e os Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio propostos pela ONU – efetivamente contribuem para a perpetuação dos imperativos capitalistas inerentemente excludentes e para a exploração de mão de obra na periferia global. Destarte, mesmo componentes potencialmente emancipadores da narrativa internacional – como a promoção da igualdade ou a construção da paz internacional – acabam resultando em políticas públicas internacionais comprometidas com os interesses das forças sociais hegemônicas transnacionais (COX, 1981, p. 145; 1996, p. 205-207). Nesse sentido, as próprias operações de paz das Nações Unidas, enviadas para a pacificação e estabilização de cenários pós-conflito frequentemente caracterizados por grande sofrimento humano, são instrumentalizadas para o avanço de uma ordem mundial neoliberal em países periféricos (PUGH, 2004, p. 40-41). Uma análise mais aprofundada neste sentido é apresentada no Capítulo 2.

CONCLUSÃO

Este capítulo apresentou, inicialmente, a trajetória de debates centrais ocorridos no interior da disciplina de Relações Internacionais. Com base no levantamento realizado acerca de distintas contribuições teóricas à disciplina, sustenta-se que o aqui chamado ‘Quarto Debate’ das Relações Internacionais possui uma importância fundamental para a consolidação de perspectivas críticas e questionadoras a o quê (e como) se entende por relações internacionais. Nesse sentido, destaca-se a importância das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais, especialmente em sua proposição por Robert Cox, por contribuir com elementos como a análise dos interesses políticos e relações de poder subjacentes ao processo de teorização na disciplina; a consideração do protagonismo das forças sociais na conformação das ordens mundiais e ampliação e complexificação de conceitos-chaves das Relações Internacionais, tais como o Estado, as organizações internacionais, a sociedade civil, a ordem mundial, a ideologia e a hegemonia.

Enfatiza-se também a contribuição metodológica aportada pela Teoria Crítica das Relações Internacionais. Ao adotar o materialismo histórico como base do método analítico das estruturas históricas, a Teoria Crítica rompe com as noções de ahistoricismo e fixidez que dominam as perspectivas do *mainstream* teórico da disciplina, atentando-se para as especificidades locais e temporais dos acontecimentos em evidência no cenário internacional. É também de fundamental importância o próprio objetivo a que se propõe a Teoria Crítica ao adotar esse método: a denúncia dos interesses ocultos nas formulações teóricas e políticas internacionais hegemônicas e a identificação de possibilidades de

transformação nas relações internacionais, com base na emancipação de forças sociais subalternas e no protagonismo destas na consolidação de ordens mundiais alternativas àquela hegemonicamente estabelecida.

Destaca-se aqui a análise da teoria crítica acerca das organizações internacionais – com ênfase para a ONU, o FMI e o Banco Mundial – enquanto atores centrais para a legitimação e disseminação de ideologias e modos de organização política, social e econômica favoráveis interesses particulares das forças sociais hegemônicas nas relações internacionais. Conforme se abordou ao longo do capítulo, o resultado deste processo é a imposição de diretrizes que perpetuam uma ordem mundial neoliberal, caracterizada pela internacionalização do Estado e da produção e pela consequente marginalização e exploração de grupos precarizados e subalternos no interior desta ordem. Por fim, ressalta-se a constatação de que mesmo os programas de atuação das organizações internacionais discursivamente em prol destes grupos marginalizados acabam, por vezes, reforçando a ordem capitalista neoliberal e seus mecanismos de exclusão em cenários já fragilizados do sistema global. O capítulo seguinte aborda de maneira mais aprofundada esta questão, especificamente no caso das operações de paz.

CAPÍTULO 2: AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E SUAS PRINCIPAIS CRÍTICAS

As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU)³³ são, como afirmam Mônica Herz, Andrea Hoffmann e Jana Tabak (2015, p. 84), a principal ferramenta da organização para a gestão dos conflitos e promoção da segurança e da paz internacionais. Destarte, o presente capítulo tem sua primeira seção dedicada a uma contextualização acerca das operações de paz da ONU, inicialmente apresentando suas principais características tanto no modelo tradicional próprio da Guerra Fria quanto na configuração multidimensional que passam a assumir no contexto pós-Guerra Fria. Ainda nessa seção, presta-se uma análise mais detalhada das operações de paz contemporâneas, ocorridas a partir da década de 1990, buscando-se relacioná-las com as principais transformações em evidência no cenário internacional em geral e nos temas de segurança e paz em particular no contexto pós-Guerra Fria, a saber: a multiplicação de conflitos intraestatais, o maior protagonismo exercido pela ONU e as demais organizações internacionais, a inclusão da segurança humana na narrativa internacional ortodoxa, a diferenciação entre os diversos tipos possíveis de operações de paz e a prevalência dos valores capitalistas neoliberais no cenário internacional. Seguindo essa apresentação, na segunda seção do capítulo investiga-se os pressupostos centrais da paz liberal, enquadramento normativo que orienta as operações de paz contemporâneas.

Após uma ampla contextualização acerca do que são e como atuam as operações de paz contemporâneas, na terceira seção do capítulo apresentam-se uma série de perspectivas críticas a elas. Por um lado, na primeira subseção são expostas as críticas de caráter procedimental, voltadas para a denúncia de problemas circunstanciais das operações de paz, mas sem questionar os pressupostos normativos da paz liberal inerentes a elas. Na segunda subseção, apresentam-se as perspectivas críticas de caráter estrutural, que voltam-se para um questionamento mais aprofundado da paz liberal e das operações de paz orientadas por elas, buscando analisar como estas refletem projetos de manutenção, legitimação e disseminação das relações de poder assimétricas cristalizadas na atual ordem mundial. Dentre essas perspectivas, foca-se especialmente nas análises a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Nesse sentido, busca-se demonstrar como essas abordagens procuram

³³ De acordo com a definição da própria ONU, as operações de paz são ferramentas conduzidas pela organização geralmente em parceria com outros atores internacionais, tendo como objetivo a prevenção ou resolução de conflitos violentos. Para tanto, as operações de paz podem abranger atividades de diplomacia preventiva, apoio à negociação, implementação e monitoramento de acordos de paz, orientação para a construção de mecanismos institucionais e de governança capazes de sustentar uma paz de longa duração e, quando necessário, uso da força para impor o término de conflitos e o início de processos de pacificação (DPKO, 2008, p. 17-19).

instrumentalizar os conceitos de teoria de solução de problemas, hegemonia, ideologia, forças sociais e organizações internacionais para demonstrar que as operações de paz contemporâneas correspondem a mecanismos de expansão de uma ordem mundial capitalista neoliberal em escala global, atendendo majoritariamente aos interesses das elites dominantes no interior desta ordem. Por fim, na terceira subseção acrescentam-se também algumas contribuições às críticas estruturais às operações de paz a partir de enfoques pós-estruturalistas e pós-coloniais.

2.1 AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU: DO MODELO TRADICIONAL AO MULTIDIMENSIONAL

Enquanto ferramentas centrais para a gestão de conflitos e crises internacionais, as operações de paz da Organização das Nações Unidas invariavelmente passaram por uma série de transformações em suas configurações e modos de atuação ao longo da história da organização (PARIS, 2004, p. 13-17). Tais transformações ocorrem sobretudo em função dos elementos apontados como “ameaças” à paz e à segurança internacionais em contextos históricos específicos, bem como de que dispositivos são considerados adequados para a resolução das “ameaças” nesses mesmos contextos (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 37-38). Nesse sentido, são paradigmáticas as transformações em curso na configuração das operações de paz no período de transição da bipolaridade sistêmica vigente durante a Guerra Fria para a ordem internacional pós-Guerra Fria (PARIS, 2004, p. 13).

Assim, para uma compreensão mais aprofundada acerca das operações de paz e do papel que desempenham na política internacional contemporânea, se faz necessária uma apresentação da relação indissociável destas com movimentos mais amplos em evidência nas relações internacionais em momentos históricos específicos. Iniciando por uma contextualização geral dos entendimentos de paz e segurança internacional durante a Guerra Fria, Barry Buzan e Lene Hansen (2012, p. 118-121), assim como Paul Williams (2008, p. 3), destacam a prevalência de um caráter estritamente militarista e estatocêntrico na narrativa internacional ortodoxa acerca destes temas. Destarte, de acordo com os autores, verifica-se a preponderância da atenção estritamente aos conflitos interestatais e a primazia dos temas bélicos e militares, especialmente os nucleares, em um claro reflexo do paradigma de tensão bipolar experimentado no sistema internacional naquele período.

Alex Bellamy, Paul Williams e Stuart Griffin (2010, p. 29) contribuem com este debate ao indicar que durante a vigência da Guerra Fria, prevaleceu uma “noção

Westfaliana”³⁴ de paz na comunidade internacional, baseada em uma ordem entre Estados, radicalmente fundamentada no respeito à soberania e na consequente proibição da ingerência externa em assuntos domésticos estatais. Assim, conforme acrescenta Ramon Blanco (2014, p. 268-269), as políticas internacionais para a promoção e manutenção da paz, durante este período, buscavam essencialmente assegurar a inexistência de conflitos violentos entre Estados, evitando transgressões aos entendimentos estatocêntricos de soberania e segurança então vigentes. Trata-se do que Oliver Richmond (2010, p. 16-17) chama de primeira geração das abordagens à paz interacional, principalmente voltada para a gestão de conflitos através da mediação de uma terceira parte, um agente externo orientado para promover a paz.

Tendo em vista este entendimento vigente durante a Guerra Fria, Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 173) indicam que a terceira parte enviada para cenários de conflito violento naquele período eram aquelas que os autores categorizam, como operações de “*peacekeeping* (manutenção da paz) tradicional”. De acordo com Paris (2004, p. 13), estas operações são caracterizadas por forças militares multinacionais compostas por uma quantidade restrita de soldados levemente armados, enviados para monitorar processos de cessar-fogo e patrulhar zonas neutras entre ex-combatentes. Em sua atuação, seguem o que Bellamy Williams e Griffin (2010, p. 173) denominam de “santíssima trindade” das operações de paz tradicionais: o consentimento entre todas as partes beligerantes como condição *sine qua non* para o envio das forças de paz; a não ingerência em assuntos domésticos, em respeito à soberania estatal, e a proibição do uso da força exceto para fins de legítima defesa. Como indicam os autores, tais características estão presentes nas cinco diretrizes centrais estabelecidas pelo à época Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, como orientação normativa para as primeiras operações de paz enviadas pela organização: (1) consenso mútuo entre as partes; (2) funções estritamente militares; (3) ausência de medidas coercitivas; (4) não influência na balança de poder político-militar entre as partes e (5) duração temporária delimitada (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 176-177).

Seguindo essas características centrais, que orientariam as demais operações enviadas pela ONU ao longo da Guerra Fria, as duas primeiras operações de paz da organização foram enviadas para auxiliar na resolução das disputas violentas no contexto do

³⁴ Tal noção remonta aos Acordos de Paz de Westfália (1648), conjunto de 11 tratados que findaram a Guerra dos Trinta Anos na Europa e estabeleceram alguns dos pilares fundamentais do Estados moderno e das próprias relações internacionais: o princípio da soberania territorial, secularização estatal, inexistência de um poder superior ao Estado, proibição de ingerências externas em assuntos domésticos e início dos mecanismos de ‘equilíbrio de poder’ entre as potências europeias (ADOLF, 2010, p. 119-120).

conflito árabe-israelense³⁵. Tratam-se da Organização das Nações Unidas para a Supervisão do Armistício (UNTSO/1948)³⁶, enviada para monitorar as primeiras tentativas de negociação de acordos de paz entre os Estados envolvidos na Primeira Guerra Árabe-Israelense, e da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I/1956), cujo objetivo era auxiliar a solucionar a Crise de Suez³⁷ (BELLAMY; WILLIAMS, 2010, p. 176-177; THEOBALD, 2009, p. 1-4). Ambas as operações de paz seguiam o modelo notadamente “tradicional”, visando primordialmente a promoção e manutenção de condições propícias para a resolução de conflitos pelas próprias partes beligerantes – majoritariamente Estados, com unidades combatentes hierarquicamente organizadas – sendo enviadas, portanto, para cenários nos quais os protagonistas do conflito de fato apresentavam predisposição para uma resolução política pacífica e cessão do uso da violência (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 173-174).

Além dos mencionados entendimentos restritos de paz e segurança na narrativa internacional, outros elementos em evidência durante o período da Guerra Fria influenciaram para a manutenção de tal modelo de operações de paz durante a vigência da tensão bipolar no sistema internacional. Dentre eles, Roland Paris (2004, p. 15) destaca que, no contexto de bipolaridade, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscavam exercer controle direto sobre suas respectivas zonas de influência. Desse modo, ambas as superpotências evitavam ao máximo a mediação de atores externos nestas regiões. Tal perspectiva de política externa presente em ambas as superpotências levou ao que Mônica Herz, Andrea Hoffmann e Jana Tabak (2015, p. 88) identificam como uma “guerra de vetos” no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)³⁸, forma de travar o processo decisório do organismo para medidas de caráter mais interventor.

Outro importante elemento apontado por Paris (2004, p. 15) é a ausência, no âmbito da comunidade internacional, de um modelo de governança política e econômica

³⁵ Para mais sobre o conflito árabe-israelense, iniciado após a fundação do Estado de Israel em território palestino, ver por exemplo (PEREIRA; KANTER, 2012, p. 81-88).

³⁶ Para uma apresentação das principais características da “Primeira Guerra Árabe-Israelense” de 1948-1949, envolvendo uma aliança entre países da Liga Árabe – Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita – contrários à decisão da ONU de criar o Estado de Israel em território palestino, bem como da UNTSO em seus primeiros anos de atuação, sugere-se a leitura de (THEOBALD, 2009, p. 30-60).

³⁷ Para uma explicação mais detalhada da Crise de Suez (1956) envolvendo Egito, Israel, França e Inglaterra, e da atuação da UNEF I para auxiliá-la, ver (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 179-183).

³⁸ O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é o arranjo institucional da organização responsável por estabelecer os mecanismos de garantia e manutenção da segurança e da paz internacionais. É composto por cinco membros permanentes dotados de poder de veto – China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia – mais dez membros rotativos que exercem mandatos de dois anos, sendo cinco países africanos ou asiáticos, dois latino-americanos e caribenhos e três europeus (necessariamente um da PARTE oriental e dois da parte ocidental) (ARRAES, 2005, p. 153-154)

consensualmente aceito que pudesse ser implementado nas sociedades pós-conflito. Durante a Guerra Fria, conforme aponta o autor (*idem*), os Estados Unidos e o bloco Ocidental defendiam um modelo de democracia liberal e economia de mercado. A União Soviética e o bloco Oriental, por sua vez, defendiam a “democracia popular” comunista – concentrada em um único partido de vanguarda representante da classe trabalhadora –, o controle público sobre os meios de produção e uma economia de planificação estatal. Haviam ainda os países Terceiro-Mundistas ou “Não-Alinhados”, dos quais emergiam distintas perspectivas de organização política e econômica, majoritariamente em torno da liderança política de um partido único capaz de promover a unidade nacional e conduzir os países pós-coloniais a uma rota de desenvolvimento econômico e autodeterminação política no cenário internacional (PARIS, 2004, p. 15).

A estes elementos, Ramon Blanco (2014, p. 269) soma a ausência de prerrogativas específicas acerca das operações de paz na própria Carta da ONU³⁹, além da proibição explícita, nesta, à intervenção externa em assuntos domésticos dos Estados. Assim, conforme apontam Herz, Hoffmann e Tabak (2015, p. 92), as operações de paz tradicionais típicas do período da Guerra Fria⁴⁰ ficaram majoritariamente restritas à atuação respaldada pelo Capítulo VI da Carta da ONU, que versa sobre a resolução pacífica de disputas interestatais. Portanto, ações internacionais que superassem os limites do consentimento mútuo e da não ingerência em assuntos domésticos não foram encorajadas por nenhuma das superpotências da época (BLANCO, 2014, p. 269). De modo semelhante, durante a vigência da ordem bipolar, tampouco as partes beligerantes em conflitos emergentes ao redor do globo reivindicaram uma atuação externa que extrapolasse os limites do modelo de operações de paz tradicional (*idem*).

As transformações globais deflagradas pelo término da Guerra Fria, porém, tiveram forte impacto sobre a configuração das operações de paz vigente até então. Mais uma vez, a apresentação de alguns dos fatores em curso naquele contexto internacional se faz necessária para uma melhor compreensão de sua incidência sobre os processos de segurança e paz. Nesse sentido, em primeiro lugar destaca-se que a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da URSS (1991) implicaram em um imediato novo paradigma de segurança internacional, caracterizado por um momento de unipolaridade sistêmica em torno da

³⁹ Resultante da Conferência de São Francisco realizada em abril de 1945, a Carta de São Francisco – ou Carta da ONU – é o documento que deu origem à Organização das Nações Unidas, positivando em seus capítulos os princípios regentes da atuação da organização (HERZ; HOFFMANN. TABAK, 2015, p. 76).

⁴⁰ Dentre as operações de paz sob este paradigma, destacam-se além da já mencionada UNEF I (1956), a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL/1978) e a Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP/1964) (PARIS, 2004, p. 14).

supremacia estadunidense e pela ausência de forças significativas de contestação global a esta ordem (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 257-258).

Um dos desdobramentos deste processo foi, como lembra Roland Paris (2004, p. 16), a cessão dos auxílios econômicos e militares massivos ofertados pelas superpotências a suas respectivas zonas de influência durante a Guerra Fria, que neste novo cenário internacional deixaram de ter o potencial geopoliticamente estratégico que apresentavam durante a vigência da ordem bipolar. O resultado da interrupção desses fluxos de ajuda internacional para os países periféricos que dependiam fundamentalmente deles foram, principalmente, a erosão das capacidades de governança estatal, debilitação da oferta de bens e serviços básicos à população e conseqüente surgimento de grupos rebeldes de atuação violenta objetivando tomar o controle sobre os escassos recursos estatais, muitas vezes mobilizados também por rivalidades étnicas e identitárias (KALDOR, 2013, p. 2-3). Como conseqüência, há uma multiplicação de conflitos intraestatais violentos na periferia global no contexto imediatamente posterior à Guerra Fria: Therése Pettersson e Peter Wallensteen (2015, p. 539) registram que os cinco primeiros anos posteriores à queda do muro de Berlim (1989-1994) foram marcados pela maior ocorrência deste tipo de conflito desde o fim da II Guerra Mundial até a contemporaneidade, com um ápice de cinquenta conflitos civis registrados em 1991.

Frente a este cenário, novas abordagens à paz e à segurança internacionais começam a ser desenvolvidas pela comunidade internacional. Entre as características dessas abordagens, destacam-se o questionamento ao modelo de operações de paz tradicional; a transição do eixo de segurança do Estado para o indivíduo; o crescente protagonismo de atores não-estatais e a multiplicidade de tipos de operações de paz previstas e enviadas pelas Nações Unidas. Quanto a primeira característica, nota-se a difusão internacional da percepção de inadequabilidade das operações de paz tradicionais para lidar com os conflitos civis emergentes, uma vez que o modelo de atuação destas ignora fatores como identidade, fragilidade institucional e subdesenvolvimento econômico, que passam a ser vistos como causas profundas do escalonamento de conflitos (BLANCO, 2014, p. 270).

Nesse sentido, utilizando os temas de Johan Galtung⁴¹ (1990, p. 292), pode-se afirmar que as operações de paz tradicionais estavam mais comprometidas com uma “paz negativa”, isto é, com a supressão da “violência direta” (física, visível, eminente) em cenários

⁴¹ Para uma maior apreciação da importante contribuição conceitual, teórica e metodológica de Johan Galtung, autor precursor dos Estudos para a Paz, sugere-se também a leitura de (GALTUNG, 1969) e (GALTUNG, 1971).

de conflito; enquanto que as abordagens à paz no contexto pós-Guerra Fria progressivamente se voltam para a construção de uma “paz positiva”, buscando adereçar questões de violência estrutural (sistêmica, invisível, latente), compreendidas em termos da supressão de necessidades humanas básicas que levam à eclosão de conflitos civis violentos. A partir desta percepção, tem origem aquela que Oliver Richmond (2010, p. 19) categoriza como segunda geração das abordagens à paz internacional, caracterizada justamente pelo reconhecimento da negação de necessidades humanas em diversos âmbitos – político, social, econômico, identitário, cultural, ambiental, psicológico – como principal raiz da emergência de conflitos intraestatais na periferia global.

O desdobramento desse processo é a consolidação da segunda característica acima mencionada, de transição do eixo de segurança internacional dos Estados para os indivíduos. De fato, verifica-se na literatura acerca de construção da paz e resolução de conflitos de início da década de 1990 um forte direcionamento nesta direção. Os autores Edward Azar (1990, p. 1-3) e Ken Booth (1991, p. 320), por exemplo, defendem uma noção de segurança centrada não no Estado, mas nos indivíduos e coletividades humanas e voltada para a superação estrutural da privação de suas necessidades básicas (alimentação, moradia, bem-estar, saúde, educação, identidade, direitos humanos em geral). Trata-se, de acordo com Oliver Richmond (2004, p. 84), de uma perspectiva que busca efetivamente a resolução dos conflitos, mais que a sua mera gestão.

Conforme se mencionou, outra importante característica a se destacar no contexto pós-Guerra Fria é o maior protagonismo existente entre as organizações internacionais na condução da política internacional após a vacância deixada pelo fim da gerência direta pelas superpotências (BLANCO, 2014, p. 272). Nesse sentido, Herz, Hoffmann e Tabak (2015, p. 88) indicam que o fim da guerra de vetos entre EUA e URSS no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) possibilitou um maior protagonismo da organização e suas agências correlatas na resolução de conflitos internacionais. Nota-se que a própria ONU se reconhece enquanto ator majoritariamente responsável pela paz e segurança internacionais, conforme se verifica na publicação do documento *Uma Agenda para a Paz*, redigido pelo à época Secretário-Geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali em junho de 1992 (ONU, 1992, p. 1-3).

Trata-se de um documento paradigmático por, pela primeira vez na história da ONU, delinear mais precisamente o entendimento da organização acerca do que é a paz e quais são os instrumentos adequados para concretizá-la (BLANCO, 2014, p. 275). Assim, por “paz” se entende a existência, em uma sociedade, de condições de participação política

democrática, garantia de acesso ao desenvolvimento social e econômico pela população e mecanismos institucionais de governança que assegurem o pleno funcionamento do estado de direito (ONU, 1992, p. 12-13). Quanto às políticas consideradas mais adequadas para se alcançar essa condição, a *Agenda para a Paz* (1992, p. 7-12) apresenta quatro possíveis ferramentas para a resolução de conflitos e promoção da paz ao redor do globo, sendo a primeira delas um conjunto de táticas de prevenção à eclosão e conflitos e as outras quatro distintas modalidades de operações de paz: a diplomacia preventiva e as operações de *peacemaking* ('pacificação'), *peace-enforcement* ('imposição da paz'), *peacekeeping* ('manutenção da paz'), e *peacebuilding* ('construção da paz').

Por diplomacia preventiva, se entende o envio de forças das Nações Unidas, a pedido dos Estados anfitriões, para conter e desencorajar situações de possível emergência de conflitos violentos e ameaças à população civil (ONU, 1992, p. 4). Assim, as atividades de diplomacia preventiva podem envolver a prestação de assistência humanitária, o auxílio na garantia da segurança (por vias militares, policiais ou civis) e esforços de conciliação e mediação entre as partes potencialmente conflitantes (idem, p. 6). Para tanto, os funcionários da organização devem atuar dentro de um total respeito à soberania dos Estados envolvidos e de acordo com as regras e limites estabelecidos por eles, de maneira neutra e imparcial (ibidem, p. 7).

Já as operações de *peacemaking* ("pacificação") são aquelas cujo objetivo é trazer as partes beligerantes para um acordo, utilizando para tanto os meios estritamente pacíficos previstos no Capítulo VI da Carta de São Francisco (ONU, 1992, p. 7). Em sentido diametralmente oposto, as operações de *peace-enforcement* ("imposição da paz"), apresentam uma clara ruptura com os princípios das operações de paz tradicionais, apelando diretamente para o respaldo do Capítulo VII da Carta da ONU para justificar o uso da força na imposição da vontade do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre partes beligerantes violentas relutantes em aceitar um processo de negociação política por vias pacíficas e que consistam em ameaça a suas respectivas populações civis (ibidem, p. 9-10).

Quanto às operações de *peacekeeping* ("manutenção da paz"), por um lado, podem seguir o já referenciado modelo tradicional que vigorou ao longo da Guerra Fria, mantendo-se fieis aos princípios da santíssima trindade (consentimento, imparcialidade e proibição do uso da força) (ONU, 1992, p. 10-11). Por outro lado, a *Agenda para a Paz* prevê a possibilidade de uma atuação mais versátil por parte destas operações, podendo ser enviadas para cenários de violência ainda em curso e tendo prerrogativa, portanto, para o uso da força para garantir a manutenção da paz (idem, p. 11). As operações de *peacekeeping*

contemporâneas podem ainda ser orientadas por mandatos mutáveis e extensíveis ao longo da operação, compostas por múltiplos atores estatais e não-estatais e abranger um gama maior de atividades para além do mero patrulhamento de zonas neutras, incluindo a separação de forças beligerantes, operações de desarmamento e a proteção de civis e funcionários de agências internacionais (ibidem, p. 11-12). Nesse sentido, Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 194) apontam que é corrente a categorização destas operações como juridicamente regidas pelo “capítulo 6 ½” da Carta de São Francisco, entre os princípios pacíficos e consensuais do Capítulo VI e as medidas de coerção previstas em seu Capítulo VII.

Finalmente, as operações de *peacebuilding* (“construção da paz”) são aquelas orientadas para a resolução das causas estruturais dos conflitos, tendo por objetivo central evitar a reincidência dos mesmos (ONU, 1992, p. 12). Assim, enquanto as injustiças sociais, disparidades econômicas e opressões políticas são fatores compreendidos como raízes profundas da eclosão e reincidência de conflitos violentos (ONU, 1992, p. 3), a resposta oferecida pelas Nações Unidas é a promoção de instituições e sistemas de governança capazes de combater estas raízes, favorecendo o estabelecimento de uma paz autossustentável e de longa duração (RICHMOND, 2004, p. 37). Este processo é implementado pelas operações de *peacebuilding* que, para tanto, devem contar com a coordenação de diversos atores da comunidade internacional, dentre os quais as organizações internacionais (com ênfase para o sistema ONU), blocos regionais, instituições financeiras internacionais, ONGs internacionais, agências de desenvolvimento, dentre outros responsáveis pela (re)construção da paz em cenários pós-conflito (PARIS, 2002, p. 639-641; ONU, 1992, p. 13-14).

Diante destas novas abordagens à paz e segurança internacionais, autores como Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 29-30) notam a emergência daquilo que consideram como uma ‘ordem pós-Westfaliana’ no cenário internacional pós-Guerra Fria. Um dos elementos centrais desta suposta nova ordem seria, conforme constata também Ramon Blanco (2014, p. 271-272), a ressignificação de importantes conceitos da narrativa internacional, dentre os quais destacam-se o de segurança e soberania. Nesse sentido, nota-se a transição do entendimento de segurança nacional militarista e estatocêntrico típico da Guerra Fria para o de “segurança humana”, cujo objeto de referência principal são os indivíduos (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 307-311). Nesse processo, destaca-se o pioneirismo do *Human Development Report: New Dimensions of Human Security* publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994, que traz o conceito de segurança humana para o léxico da organização, concebendo-o sucintamente como “*freedom from fear*” (supressão do autoritarismo, tirania, discriminação, cerceamento dos direitos políticos e civis

etc.) e “*freedom from want*” (garantia das necessidades humanas sociais, econômicas, infraestruturais e sanitárias básicas) (PNUD, 1994, p. 22-25).

Assim, como lembra Bernardo Sorj (2005, p. 42-43), o Estado passa a ser visto tanto como o ator responsável por garantir a segurança humana de sua população como enquanto potencial ameaça a ela. É a partir deste entendimento que decorre a ressignificação também do conceito de soberania na “ordem pós-Westfaliana”. Conforme indicam Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 29-37), a soberania deixa de ser uma prerrogativa política e jurídica incondicionalmente atribuída à condição de Estado *per se*, passando a ser atrelada à responsabilidade de os Estados garantirem a segurança e bem estar de suas populações. Como consequência, Blanco (2014, p. 294-295) identifica que os Estados incapazes de cumprir com essas funções básicas – categorizados como Estados “falidos” ou “fracassados”⁴² – passam a ser considerados uma ameaça tanto aos direitos humanos de suas populações quanto para a segurança regional e internacional de maneira geral, uma vez que a narrativa internacional ortodoxa os aponta como redutos de atividades criminosas, conflitos violentos, fluxos migratórios, terrorismo, pobreza extrema, proliferação de doenças, dentre outras debilidades e instabilidades generalizadas.

Dessa forma, a narrativa internacional passa a incorporar aquilo que Mark Duffield (2001, p. 16) e Maria Stern e Joakim Öjendal (2010, p. 5-7) identificam como um nexos indivisível entre segurança e desenvolvimento. Em primeiro lugar, há a mencionada identificação de Estados pobres da periferia global como potenciais fontes de ameaças e instabilidades diversas à segurança internacional e à segurança e bem estar de seus cidadãos. Em consequente, aponta-se que estes Estados são incapazes de solucionar este déficit por si mesmos, necessitando de ajuda da comunidade internacional (DUFFIELD, 2001, p. 32). Por fim, a paz se manifesta como última ponta daquilo que Ramon Blanco (2014, p. 272) denomina de uma “narrativa triangular”; destarte as operações de paz se apresentam como ferramenta mais adequada para a promoção da segurança e do desenvolvimento – intrinsecamente concebidos – nos Estados periféricos em cenário pós-conflito (KOTZÉ, 2010, p. 219).

Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 279-281) notam que, frente a este cenário, as operações de *peacebuilding* se apresentam como a ferramenta considerada mais adequada para a administração da paz e da segurança internacionais, uma vez que mesclam elementos de uso da força com uma série de atividades voltadas para a reconstrução

⁴² Para uma perspectiva ortodoxa sobre o conceito de “Estados falidos”, ver (HELMAN; RATNER, 1992, p. 3-5). Para uma perspectiva crítica, ver (CALL, 2008, p. 1494-1500) ou (HILL, 2005, p. 144-148).

institucional e civil. Paradigmática neste sentido é a criação, em 2005, da Comissão de *Peacebuilding* das Nações Unidas (PBC, na sigla em inglês), cuja função primordial é reunir todos os atores relevantes para a organização de recursos e proposição de estratégias de *peacebuilding* em cenários pós-conflito (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 251). Em 2008, com a publicação da Doutrina Capstone, é reforçado o posicionamento das operações de *peacebuilding* como ferramenta mais adequada para a gestão da paz e conflitos no cenário internacional contemporâneo, indicando quatro diretrizes estratégicas que estas operações devem seguir. São elas: (1) a restauração da capacidade do Estado prover ordem e segurança à sua população; (2) o fortalecimento do estado de direito e dos direitos humanos; (3) o apoio à estruturação de instituições políticas legítimas, respaldadas pela participação popular; (4) a promoção do desenvolvimento econômico e social (DPKO, 2008, p. 23).

Para tanto, essas operações se ocupam de atividades diversas, que em muito ultrapassam aquelas das operações de paz tradicionais. Dentre elas, destacam-se o desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes (DDR), processos de repatriação, treinamento de pessoal policial e militar, organização e monitoramento de eleições, redação de constituições, reconstrução de infraestrutura básica, provisão de alimentos e medicamentos, reconstrução e treinamento institucional/administrativo dos sistemas judiciário, legislativo e executivo dos países pós-conflito, dentre diversas outras (BLANCO, 2014, p. 299; PARIS, 2004, p. 18). Nas palavras de Paris (2004, p. 19):

A típica fórmula para o *peacebuilding* inclui a promoção de direitos civis e políticos [...], a preparação e administração de eleições democráticas, a projeção de constituições nacionais [...], treinamento ou re-treinamento de oficiais policiais e de justiça no comportamento adequado para funcionários de Estado em uma democracia liberal; promoção do desenvolvimento de organizações independentes da 'sociedade civil' e a transformação de grupos anteriormente combatentes em partidos políticos democráticos; encorajamento do desenvolvimento de economias de livre mercado através da eliminação de barreiras ao livre fluxo de capital e bens no interior e através das fronteiras do país; e o estímulo ao crescimento de empresas privadas enquanto se reduz o papel do Estado na economia (tradução nossa).⁴³

Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 279-283) notam que, para concretizar essas funções, as operações de *peacebuilding* geralmente contam com amplos efetivos militares – responsáveis pela proteção da população civil, das agências internacionais em

⁴³ “The typical formula for peacebuilding included promoting civil and political rights [...], preparing and administering democratic elections, drafting national [...], training or retraining police and justice officials in the appropriate behavior for state functionaries in a liberal democracy; promoting the development of independent ‘civil society’ organizations and the transformation of formerly warring groups into democratic political parties; encouraging the development of free-market economies by eliminating barriers to the free flow of capital and goods within and across a country’s border; and stimulating the growth of private enterprise while reducing the state’s role in the economy” (PARIS, 2004, p. 19).

terreno e por eventuais atividades coercitivas necessárias –, mas são lideradas por funcionários públicos internacionais de organizações civis, responsáveis pela reconstrução institucional e de governança das sociedades devastadas por conflito, objetivo central deste tipo de operação. Pela amplitude de tarefas desempenhadas por estas operações desde as diretrizes apresentadas a elas por *Uma Agenda para a Paz* (1992), autores como Giovanni Cellamari (1999, p. 60) e Oliver Richmond (2010, p. 22) as categorizam como operações de paz multidimensionais.

Outro importante elemento que as operações de *peacebuilding* passam a assumir em sua configuração contemporânea é a íntima relação com processos de *state-building* (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 257). Conforme se mencionou, devido à eclosão de múltiplos conflitos intraestatais em países periféricos no pós-Guerra Fria, a narrativa internacional hegemônica passou a identificar a “falência” dos Estados como gatilho para situações de conflito, insegurança e violência, de modo que a construção da paz e resolução de conflitos necessariamente passa a abranger a (re)construção das condições e capacidades básicas de Estados, atividades que se atrelam intrinsecamente às operações de paz multidimensionais (RICHMOND, 2010, p. 22). Assim, como afirma David Chandler (2006, p. 2-3) a solução proposta para o problema dos Estados falidos, portanto, passa a ser os processos de *state-building* (“construção do Estado”) conduzidos pelas operações de *peacebuilding*.

Acrescenta-se aqui a contribuição de Ramon Blanco (2014, p. 298-299), que esboça uma diferenciação entre ambos os termos, frequentemente confundidos na literatura sobre o tema. De acordo com o autor, *peacebuilding* é um conceito mais abrangente, envolvendo todas as múltiplas atividades sob o escopo das operações de paz deste tipo, como a tentativa de geração de empregos, a realocação de refugiados e desalojados, implementação de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de ex-combatentes e a promoção de sistemas de justiça de transição (p. 299). Neste entendimento, os processos de *state-building* são uma parte das atividades mais amplas de *peacebuilding*, mais propriamente voltada para a restauração e treinamento do serviço civil e administrativo, fortalecimento da gestão financeira, capacitação dos poderes executivo, legislativo e judiciário para exercer governo e, uma de suas características definidoras, a gestão das relações entre Estado e sociedade civil (BLANCO, 2014, p. 298-299).

Assim, os processos de *peacebuilding* são aqueles, de maneira geral, orientados para a construção de uma paz duradoura e autossustentável em cenários pós-conflito, enquanto que os de *state-building* se referem mais propriamente à atividades voltadas para a

construção das bases institucionais e infraestruturais necessárias para estabelecer a governança sobre um território (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 257). Logo, os processos de *state-building* se orientam para a edificação de instituições e sistemas de governança que permitam aos Estados devastados por conflitos cumprir com aquelas que se consideram suas funções primordiais, especialmente o fornecimento de segurança física, social e econômica a suas populações, bem como a regulação das relações destas com o aparato estatal, de modo a contribuir com a prevenção da emergência de novos conflitos (BLANCO, 2014, p. 301-303).

Oliver Richmond (2010, p. 22) identifica esta convergência intrínseca entre as operações de *peacebuilding* e os processos de *state-building* como a terceira geração das abordagens à construção da paz e resolução de conflitos. Em sua concepção, essa geração de operações de paz especialmente verificada entre fins da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000 tem sido fundamentalmente marcada por um “consenso sobre *peacebuilding*”, noção compartilhada entre os principais atores da comunidade internacional envolvido com a construção da paz – a ONU e suas agências, as instituições financeiras internacionais (com ênfase para o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), ONGs internacionais etc. – em torno da necessidade de (re)construção das instituições e sistemas de governança dos Estados pós-conflito como melhor estratégia para concretizar uma paz de longa duração (RICHMOND, 2010, p. 21-23). Nas palavras de Blanco (2014, p. 308, tradução nossa):

[...] o foco principal das operações de paz passou a ser a construção de Estado. Por tanto, a (re)criação de instituições e de sistemas de administração pública, o estabelecimento de instituições judiciais, a criação de partidos políticos, o fortalecimento da capacidade do Estado para prestar serviços a seus habitantes e a relação entre os Estados pós-conflito e suas respectivas populações se tornaram parte fundamental – se não a própria essência – do enfoque das Nações Unidas a respeito da construção e consolidação da paz em esse tipo de contextos pós-conflito.⁴⁴

Há ainda uma última importante característica deste “consenso de *peacebuilding*”, diretamente relacionada a outro aspecto fundamental do contexto internacional pós-Guerra Fria: a prevalência do liberalismo político e econômico como modelo ‘triumfante’ após o término do conflito bipolar (PARIS, 2004, p. 19). De fato, autores como Francis Fukuyama (1989, p. 3) chegaram a apontar a vitória dos EUA sobre a URSS na

⁴⁴ “[...] el foco principal de las operaciones de paz pasó a ser la construcción de Estado. Por lo tanto, la (re)creación de instituciones y de sistemas de administración pública, el establecimiento de instituciones judiciales, la creación de partidos políticos, el fortalecimiento de la capacidad del Estado para prestar servicios a sus habitantes y la relación entre los Estados posconflicto y sus respectivas poblaciones se volvieron parte fundamental –si no es que la esencia misma– del enfoque de las Naciones Unidas respecto a la construcción y consolidación de la paz en este tipo de contextos posconflicto” (BLANCO, 2014, p. 308).

Guerra Fria como o marco inaugural da condução universal das sociedades rumo ao estágio máximo de evolução político-social e ideológica humana: a democracia liberal e o capitalismo de livre mercado. Findou-se, portanto, a disputa internacional acerca do conceito de democracia e da melhor forma de governança política, econômica e social, fator que, somado ao maior protagonismo das organizações internacionais em temas de paz e segurança, possibilitou a disseminação do liberalismo político e econômico via operações de paz (PARIS, 2004, p. 19).

Tendo em vista este contexto, autores como Mark Duffield (2001, p. 10-11), Michael Pugh (2004, p. 40), Oliver Richmond (2004, p. 91-91), Ramon Blanco (2014, p. 284-285) e Roland Paris (2002, p. 642) convergem ao indicar que o “consenso sobre *peacebuilding*” que orienta as operações de paz contemporâneas consiste na institucionalização de um modelo específico e pretensamente universal de reconstrução de Estados e sociedades pós-conflito, voltado para a promoção de democracias liberais orientadas para o livre mercado enquanto estratégia ideal para a consolidação de sistemas de governança estáveis e funcionais e para a concretização de uma paz de longa duração. São estas as diretrizes da chamada paz liberal.

2.2 O ENQUADRAMENTO NORMATIVO DAS OPERAÇÕES DE PEACEBUILDING CONTEMPORÂNEAS: DEMOCRATIZAÇÃO E LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA NOS DITAMES DA PAZ LIBERAL

Embora o anteriormente mencionado alcance global e pretensamente universal da paz liberal tenha sido atingido sobremaneira no cenário internacional pós-Guerra Fria, suas raízes reflexivas e tentativa de internacionalização podem ser verificadas desde o século XVIII, quando foram propostas pelos filósofos da Ilustração⁴⁵ (RICHMOND, 2005, p. 25-28). Nesse sentido, autores clássicos como Adam Smith (1988), Immanuel Kant (2008), John Locke (1978), Montesquieu (1996) e mesmo os federalistas – com ênfase para Alexander Hamilton e James Madison (1993) – são mencionados como os precursores deste entendimento de paz (BLANCO, 2014, p. 280-282; PARIS, 2004, p. 47-50). Algumas breves considerações acerca das contribuições gerais destes autores é um primeiro passo para a compreensão dos lineamentos que a paz liberal assumiu no transcorrer da história, até a sua materialização contemporânea via operações de paz.

⁴⁵ Para um entendimento mais completo do contexto histórico no qual estas ideias emergiram, ver (HOBSBAWM, 1971, p. 281-303).

Roland Paris (2004, p. 48-49), por exemplo, indica que as contribuições de Adam Smith (1988) baseiam-se sobremaneira na limitação das funções governamentais na gestão da economia, que deveria se dar pelos próprios mecanismos do mercado. De acordo com a argumentação de Smith – cuja importância da obra *A Riqueza das Nações* na fundamentação do pensamento ocidental liberal lhe concedeu renome como um dos principais precursores do liberalismo econômico – o mercado livre, desregulamentado, seria a força central para a promoção da prosperidade e da paz em uma sociedade (PARIS, 2004, p. 48). Não obstante, apesar de não intervir na economia, caberia ao Estado garantir a segurança para a sua população, principalmente contra ameaças externas, bem como prover a justiça e o estado de direito, em especial no que diz respeito à proteção da propriedade privada e garantia do cumprimento dos contratos, elementos sem os quais os benefícios do livre mercado se perderiam (idem).

Por sua vez, Oliver Richmond (2005, p. 26-27) sistematiza as contribuições de Immanuel Kant (2008), indicando que o autor defendia uma ordem política republicana – isto é, baseada em alguma forma de democracia como sistema de governo – inicialmente no interior dos Estados, e progressivamente a nível internacional. Assim, para Kant a “paz perpétua” – tanto entre seres humanos quanto entre Estados – só seria possível a partir do estabelecimento de uma federação entre Estados livres e democráticos, interna e externamente regulados por um estado de direito norteado pela democracia e liberdade enquanto princípios universais (RICHMOND, 2005, p. 26-27). Roland Paris (2004, p. 49) acrescenta que, na concepção kantiana, este estado de direito só poderia ser estabelecido internamente nos Estados a partir de uma autoridade central soberana, cujo poder deveria estar sujeito a uma série de limitações constitucionais definidas de acordo com a representação popular.

Conforme lembra Ramon Blanco (2014, p. 280), também faz parte do pensamento de Immanuel Kant a afirmação de que estes limites constitucionais tornariam o ato de declaração e empreendimento de guerras entre Estados bastante dispendioso, uma vez que a violência interestatal tenderia a contrariar os interesses e a moral das populações civis. Logo, como aponta Fred Halliday (1994, p. 119) é em Kant que se radica a argumentação em torno da ‘paz democrática’, a ideia de que Estados democráticos não guerreiam entre si. Em sentido semelhante, Oliver Richmond (2005, p. 27) recorda que Kant via no livre comércio internacional um elemento fundamental para a cooperação entre os Estados e para a prevenção de guerras entre eles, sendo portanto também um defensor do argumento da “paz pelo comércio”.

Outra perspectiva baseada nestes princípios liberais é a de John Locke (1978)

que, de acordo com Paris (2004, p. 47), também defendia um regime no qual o Estado deveria possuir instituições sólidas capazes de promover a segurança interna e externa e, ao mesmo tempo, ser regulado por leis constitucionais definidas de acordo com o consentimento popular. Além disso, é característico do pensamento de Locke o apontamento da liberdade e da propriedade enquanto elementos centrais a serem defendidos e garantidos pelo estado de direito (PARIS, 2004, p. 48). Nesse sentido, destaca-se também a contribuição de Montesquieu ao propor a limitação constitucional aos poderes do Estado e ao indicar uma relação intrínseca entre a paz e o livre comércio, devido aos laços de interdependência que os intercâmbios comerciais promoveriam entre as nações (BLANCO, 2014, p. 282; PARIS, 2004, p. 47).

Por fim, Roland Paris (2004, p. 50) recorda também as contribuições dos teóricos federalistas estadunidenses, dando especial ênfase para os escritos de Alexander Hamilton e James Madison. Em convergência com os Iluministas europeus, os federalistas defendiam as liberdades individuais, um governo representativo e democrático e o balanceamento de poderes por meio de mecanismos de “pesos e contrapesos” como eixos centrais para a construção de uma sociedade pacífica e harmônica (idem). Também faz parte do pensamento federalista a proposição de um poder Executivo poderoso o suficiente para garantir a segurança interna e externa da população e assegurar o funcionamento do estado de direito, em especial no que diz respeito a questões de propriedade (idem).

Apesar da efervescência dos debates acerca da paz liberal desde o século XVIII, suas diretrizes estiveram majoritariamente orientadas para os processos políticos internos dos Estados até aproximadamente o fim da Primeira Guerra Mundial. Após o fim do conflito, houveram as negociações do Tratado de Versalhes (1919-1920), nas quais o à época presidente estadunidense Woodrow Wilson se destacou com a proposição de seu “internacionalismo liberal”⁴⁶. Como ressalta Antony Afolf (2010, p. 188-189), essa doutrina do presidente estava baseada na disseminação das democracias liberais e do livre comércio em escala mundial, bem como na fundação de uma instituição interestatal para a gestão cooperativa dos temas relevantes na política internacional. De acordo com Wilson, estas seriam condições imprescindíveis para a concretização da paz internacional (PARIS, 2004, p. 41).

De fato, o internacionalismo liberal de Wilson obteve alguns resultados

⁴⁶ Os “Quatorze Pontos de Wilson” (1918), discurso proferido pelo Presidente ao Congresso Nacional estadunidense para a exposição de suas ideias acerca das diretrizes ideais para a construção da paz internacional no contexto pós-Primeira Guerra Mundial podem ser consultados em (BARBÉ, 1995, p. 38-39).

concretos, como a criação da Liga das Nações (1916-1946) (ADOLF, 2010, p. 188). Não obstante, fatores como a baixa adesão dos Estados à Liga⁴⁷, a ausência dos próprios EUA na instituição devido ao veto pelo poder legislativo do país, a existência de modelos antagônicos de concretização da paz⁴⁸, a falência da Liga das Nações em prevenir a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ordem bipolar emergente após o término do conflito levaram à impossibilidade da aplicação prática dos princípios da paz liberal nas políticas públicas internacionais até o fim da Guerra Fria (PARIS, 2004, p. 15).

Assim, apenas com a cessão do conflito bipolar e a vitória do bloco ocidental proponente das democracias de livre mercado é que a paz liberal pôde enfim começar a ser disseminada em escala efetivamente global (RICHMOND, 2004, p. 87). Nesse sentido, Roland Paris (2004, p. 50) identifica dois pressupostos centrais das abordagens dos teóricos clássicos Iluministas que são herdadas pelas abordagens de *peacebuilding* e *state-building* contemporâneas: a limitação dos poderes do Estado de modo a garantir a preservação das liberdades individuais e, ao mesmo tempo, a provisão do Estado com meios suficientes para garantir a segurança interna e externa e fazer valer o estado de direito. Ramon Blanco (2014, p. 280), por sua vez, identifica a inspiração nos clássicos em dois pilares inter-relacionados que compõem a atual concepção de paz liberal compartilhada pela comunidade internacional: (1) a ideia de que regimes democráticos são menos propensos à guerra (paz democrática) e (2) a noção de que o livre comércio e a interdependência econômica consistem em uma plataforma sólida para a paz (paz pelo comércio).

No pilar da paz democrática, percebe-se, conforme sintetizado em Bruce Russett (1993, p. 4), o reforço à argumentação de que: (1) regimes democráticos aos moldes republicanos – baseados na liberdade política, governos representativos, separação dos poderes e supremacia constitucional – teriam maiores restrições institucionais ao empreendimento de conflitos violentos entre si; (2) estes regimes ofereceriam mecanismos mais adequados para a solução pacífica de disputas internas e (3) seriam caracterizados por uma percepção normativa da inadequação moral de guerrear entre si. Quanto ao primeiro ponto, Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 23) indicam que os sistemas legislativos e

⁴⁷ De acordo com Herz, Hoffman e Tabak (2015, p. 74-75), ao longo dos trinta anos de existência da Liga das Nações, houveram 63 Estados-membros, embora não ao mesmo tempo, sendo que 17 deles abandonaram a organização.

⁴⁸ Nesse sentido, Esther Barbé (1995, p. 30) destaca o “Informe sobre a Paz” (1917) proferido por Vladimir Lenin quando presidente da recém-fundada União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Nessa perspectiva, a construção de um cenário internacional pacífico no pós-Primeira Guerra Mundial deveria estar radicada na autodeterminação dos povos e no fim da anexação de países pobres pelas potências imperialistas europeias. Para a consulta na íntegra do documento, ver (BARBÉ, 1995, p. 39-40).

judiciários de estados democráticos de direito tendem a impor restrições sobre os tomadores de decisão política centrais, inviabilizando declarações de guerra precipitadas.

Com relação ao segundo ponto, Bruce Russett (1993, p. 4) afirma que os regimes democráticos apresentam uma série de mecanismos institucionais adequados à solução pacífica de disputas entre grupos internos, como as eleições, fator que dificultaria o escalonamento violento de conflitos civis. Segundo o autor, as condições favoráveis para a manutenção da paz interna também contribuiriam para o terceiro ponto central do argumento da paz democrática: a difusão de uma percepção normativa acerca da inadequação moral do empreendimento de guerras entre Estados democráticos (RUSSETT, 1993, p. 4). Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 23-24) apontam que esta percepção se encontraria radicada em uma suposta dimensão normativa dos regimes democráticos, que tenderiam a reconhecer a legitimidade inerente um do outro. Esta dimensão normativa acerca da legitimidade se estenderia também para o interior dos Estados democráticos, tornando pouco provável a tomada de armas contra a ordem prevalecente (BELLAMY; WILLIMAMS; GRIFFIN, 2010, p. 23-24).

Destacam-se ainda alguns elementos contemporâneos ao argumento da paz democrática, que não estavam presentes entre seus precursores Iluministas. Nesse sentido, Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 23) acrescentam o apontamento de que países democráticos geralmente se encontram vinculados a uma série de organizações internacionais, cujas normas e o frequente comprometimento com cláusulas democráticas servem como importantes mecanismos de constrangimento ao empreendimento de guerras entre si. Além disso, Newman, Paris e Richmond (2009, p. 11) indicam a existência de estudos que tentam demonstrar que Estados democraticamente constituídos apresentam níveis de prosperidade, humanitarismo e mesmo de proteção ao meio ambiente mais elevados que o daqueles considerados não democráticos.

Quanto ao pilar da paz pelo comércio, nota-se a permanência do entendimento generalizado de que na atual ordem mundial, os países – especialmente os democráticos – se encontram em um grau de extrema interdependência econômica, de modo que o empreendimento de guerras entre si geraria resultados econômicos e comerciais catastróficos para todos eles (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 23-24). Logo, quanto mais se fortalecem os laços de interdependência econômica entre os Estados – por via da liberalização econômica e comercial – menor a probabilidade de ocorrência de guerras entre eles (idem). Na perspectiva contemporânea a esta argumentação, acrescenta-se ainda que a liberalização econômica tenderia a conduzir a um progressivo aumento no acesso das populações a bens de

consumo em maior escala e variedade e com preços mais baixos, contribuindo assim para a supressão das necessidades internas básicas que podem impulsionar a emergência de conflitos civis (NEWMAN; PARIS; RICHMOND, 2009, p. 11).

Destarte, a democracia liberal orientada para o livre mercado passa a ser o modelo de organização política, social e econômica considerado ideal para a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento em países devastados por conflitos (DUFFIELD, 2001, p. 10-11). Logo, as diretrizes promovidas pelas operações que Richmond (2004, p. 91-92) caracteriza como de “*peacebuilding* liberal” assumiram o perfil de promoção de sistemas de governança, mais que meros processos de reconciliação. Subjacente ao “consenso sobre *peacebuilding*”, portanto, estava a noção de que a concretização de uma paz autossustentável e duradoura em sociedades pós-conflito só poderia ser possível mediante os princípios da democratização, do estado de direito funcional, dos direitos humanos, da inserção ao livre mercado mundial e do modelo de desenvolvimento neoliberal (BLANCO, 2014, p. 280).

De maneira mais específica, sintetizando como estas diretrizes se materializam em terreno com a atuação das operações de *peacebuilding* liberal, Roland Paris (2004, p. 5) afirma que:

Na esfera política, liberalização significa democratização, ou a promoção de eleições periódicas e genuínas, limitações constitucionais ao exercício do poder governamental e respeito pelas liberdades civis básicas [...]. Na esfera econômica, liberalização significa mercantilização, ou movimento em direção a um modelo econômico orientado para o mercado, incluindo medidas orientadas a minimizar a intervenção governamental na economia e maximizar a liberdade de investidores privados, produtores e consumidores perseguirem seus respectivos interesses econômicos (tradução nossa).⁴⁹

Em acréscimo a esta perspectiva, Michael Pugh (2005, p. 23-25) aponta que, em sua dimensão econômica, as operações de *peacebuilding* contemporâneas são orientadas por uma concepção de desenvolvimento estritamente neoliberal, avançando este modelo em Estados pós-conflito. O objetivo central, nesta perspectiva, seria promover a liberalização do mercado através de medidas como a promoção de estabilidade macroeconômica, a redução do papel do Estado na economia, a supressão de espaços públicos e coletivos, a busca por fluxos de investimentos externos e a crença nestes, em conjunto com as privatizações e exportações, como elementos fundamentais para o crescimento econômico e promoção do bem-estar social

⁴⁹ “In the political realm, liberalization means democratization, or the promotion of periodic and genuine elections, constitutional limitations on the exercise of governmental power, and respect for basic civil liberties [...]. In the economic realm, liberalization means marketization, or movement toward a market-oriented economic model, including measures aimed at minimizing government intrusion in the economy, and maximizing the freedom for private investors, producers, and consumers to pursue their respective economic interests” (PARIS, 2004, p. 5).

(PUGH, 2005, p. 25).

Evidentemente, este tipo de orientação das operações de *peacebuilding* sob a égide da paz liberal foi progressivamente gerando uma série de críticas entre diversos atores da comunidade internacional, desde setores da academia até algumas das próprias organizações internacionais envolvidas com a resolução de conflitos. A exposição de algumas dessas críticas é o objetivo ao qual se presta a seguinte subseção.

2.3 PERSPECTIVAS CRÍTICAS ÀS OPERAÇÕES DE *PEACEBUILDING* CONTEMPORÂNEAS

Conforme se mencionou, apesar do termo “consenso sobre *peacebuilding*”, se verifica que uma série de críticas e contrapontos surgem a este paradigma estruturado em torno dos princípios da paz liberal, especialmente nos meios acadêmicos, mas também entre algumas agências civis de construção da paz (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 259-265). Seguindo o exemplo de Aureo de Toledo Gomes (2013, p. 50), propomos aqui uma divisão em dois tipos principais de crítica: as procedimentais (ou, nos termos de Gomes [2013, p. 50], “reformistas”) e as estruturais.

As críticas que aqui chamamos “procedimentais” são aquelas que não questionam os pressupostos teóricos e ideológicos da paz liberal, apenas divergem acerca das melhores estratégias para avançar a democratização e mercantilização das sociedades pós-conflito, além de denunciar alguns desafios pragmáticos que se manifestam nas operações de paz, como a disseminação de doenças e abusos sexuais. Em um paralelo com os conceitos propostos por Horkheimer (1972, p. 190-191) e Cox (1981, p. 128), as críticas procedimentais estariam no âmbito das “teorias de solução de problemas”, uma vez que orientadas para a resolução de problemáticas pontuais de modo a garantir um melhor funcionamento das operações de paz. Já as críticas “estruturais”, ainda seguindo a categorização dos autores, estariam mais propriamente no âmbito da teoria crítica, posto que envolvem um questionamento dos pressupostos normativos das operações de *peacebuilding* liberal, buscando evidenciar as relações existentes entre estas e as relações de poder existentes no cenário internacional. Dentre as críticas estruturais, apresentam-se nessa seção aquelas realizadas a partir da Teoria Crítica, pós-estruturalista e pós-colonial.

2.3.1 As críticas procedimentais

Entre as críticas de tipo procedimental às operações de *peacebuilding* contemporâneas, Alex Bellamy, Paul Williams e Stuart Griffin (2010, p. 248) ressaltam aquelas relacionadas aos mandatos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para estas operações – frequentemente imprecisos e inexecutáveis. Em sentido semelhante, Blanco (2014, p. 283-284) demonstra que muitas das críticas que aqui podem ser categorizadas como procedimentais – inclusive as de Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 248) – giram em torno da falta de organização, centralização e planejamento na atuação das diversas agências internacionais envolvidas com as operações de paz, bem como a recorrente carência de recursos humanos, financeiros e materiais suficientes para o cumprimento da ampla gama de atividades outorgadas a estas operações.

Outro recorrente enfoque das críticas procedimentais às operações de *peacebuilding* liberal se dá sobre os efeitos econômicos negativos provocados por elas em cenários pós-conflito. Cedric De Coning, Chiyuki Aoi e Ramesh Takur (2007, p. 170-171), por exemplo, apontam que o envio de operações de paz geralmente envolve contingentes de milhares de agentes civis, policiais e militares estrangeiros em terreno por uma quantidade relativamente curta de tempo. Gera-se assim um fluxo de atividades econômicas que gira em torno fundamentalmente desses contingentes, resultando em fatores danosos para as economias locais, tais quais o aumento nos preços de alimentos e insumos básicos e o agravamento das desigualdades salariais e entre padrões de vida da população, em benefício das parcelas que se aproximam das atividades vinculadas ao suprimento das necessidades dos construtores da paz.

Assim, grande parte da população se volta para essas atividades, tornando-se extremamente dependentes delas, o que frequentemente decorre em problemáticas crises socioeconômicas após a retirada do pessoal internacional, com o fim das operações (DE CONING; AOI; TAKUR, 2007, p. 171). Há, portanto, um efeito de distorções econômicas consideráveis ocasionado pelo excesso de pessoal internacional característico das operações de paz multidimensionais. Os estudos de caso sobre as operações de *peacebuilding* no Kosovo e no Afeganistão apresentados por Katarina Ammitzboell (2007, p. 76-86) são exemplares desse tipo de crítica e constatação.

Ainda entre as críticas de tipo procedimental, destacam-se aquelas que denunciam os casos de uso arbitrário da violência, abusos sexuais e estupro perpetrados pelo pessoal internacional das operações de paz contra as populações em cenários pós-conflito. Nesse sentido, Vanessa Kent (2007, p. 45), por exemplo, indica que nas operações de paz ocorridas na Somália, Haiti, Moçambique, Kosovo, Bósnia e Camboja ao longo da década de

1990, os índices de prostituição, estupros, escravidão sexual e mesmo de abuso sexual de crianças cresceram exponencialmente, sem a devida punição dos agentes internacionais militares e civis envolvidos com essas atividades. Acrescenta-se, ainda, o apontamento de casos de transmissão de graves doenças infecciosas pelos contingentes das operações de paz. Harley Feldbaum, Kelley Lee e Preeti Patel (2006, p. 775-776) evidenciam ocorrências de transmissão de HIV/AIDS pelos efetivos de paz no Sudão do Sul e na Somália. José Luis Patrola e Thalles Gomes (2011, p. 149), por sua vez, indicam a disseminação de cólera pelas tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), tendo atingido aproximadamente cem mil habitantes do país, de maneira fatal para cerca de dois mil deles.

Finalmente, adiciona-se às críticas procedimentais aquelas que, apesar de concordarem com o argumento central da paz liberal de que a mercantilização e a democratização são as diretrizes de governança ideias para a construção de uma paz duradoura e autossustentável em cenários pós-conflito, propõem modos alternativos de implementá-las nestes cenários. Um exemplo desta perspectiva pode ser encontrado em Roland Paris (2004, p. 187-211), que sustenta que a imediata liberalização política e econômica de sociedades pós-conflito tende a gerar graves instabilidades, podendo decorrer na reincidência de conflitos. Isto porque, como acrescentam Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 260), os partidos políticos tendem a se formar em torno de elementos étnicos e ideológicos em disputa, de modo que a promoção acelerada de eleições, sem a anterior construção de uma devida cultura democrática junto à sociedade civil, pode provocar um reescalonamento nos níveis de violência. Somada a isso, a lógica de competitividade inerente ao sistema capitalista também é apontada como possível fator de acirramento das rivalidades e possível retomada de modalidades violentas de disputa (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 260).

Diante destas constatações, Roland Paris (2004, p. 187-211) propõe o conceito de “institucionalização antes da liberalização” que, de maneira sucinta, aponta que a construção de democracias liberais orientadas para o livre mercado deve se dar de maneira gradual, de modo a evitar consequências traumáticas para as sociedades pós-conflito. Assim, a criação de instituições democráticas fortes, capazes de administrar pacificamente as possíveis tensões resultantes dos processos de liberalização, deveria ser um passo primordial para a construção da paz liberal (GOMES, 2013, p. 53). Dentre as instituições democráticas cuja construção deve preceder processos mais intensos de liberalização em cenários pós-conflito, Paris (2004, p. 188-205) aponta a formação de partidos políticos de posição moderada, órgãos

governamentais estáveis, mecanismos constitucionais que garantam o respeito às decisões eleitorais, sistemas midiáticos que previnam o discurso de ódio, reformas econômicas progressivas e a promoção, junto à sociedade civil local, de uma cultura de democracia e de paz.

2.3.2 As críticas estruturais: Teoria Crítica

Enquanto as críticas procedimentais apresentadas na subseção anterior são estritamente voltadas para desafios e problemáticas pontuais enfrentadas pelas operações de paz, sem questionar seus pressupostos normativos, as abordagens de crítica estrutural às operações de *peacebuilding* liberal são aquelas que buscam compreender como estas operações e suas diretrizes contribuem para a legitimação e perpetuação das relações de poder inerentes a uma determinada ordem mundial (GOMES, 2013, p. 55). Aqui, destacam-se as críticas estruturais a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais, majoritariamente voltadas para a desmistificação da suposta neutralidade e universalidade apresentada pelos princípios da paz liberal.

Nesse sentido, o objetivo dessas abordagens é analisar o papel ideológico da paz liberal – e das operações de paz orientadas por ela – na perpetuação de uma ordem mundial neoliberal. Também faz parte do enfoque da Teoria Crítica uma especial atenção ao papel das organizações internacionais nesse processo (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 28; RICHMOND, 2008, p. 121-122). Sendo assim, são três as dimensões das críticas estruturais desde a perspectiva da Teoria Crítica examinadas nesta subseção: (1) as operações de *peacebuilding* e a paz liberal como mecanismos de solução de problemas; (2) o papel desempenhado por elas na perpetuação de uma ordem mundial neoliberal; (3) a relação do modelo político e econômico proposto por elas com os interesses de forças sociais hegemônicas locais e transnacionais e (4) a participação das organizações internacionais neste processo.

Inicialmente, portanto, destacam-se as perspectivas que apontam a teoria da paz liberal e as operações de *peacebuilding* norteadas por elas como mecanismos de solução de problemas na ordem mundial contemporânea. Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 28) dão um primeiro passo nesse sentido ao identificar qual seria o “problema” central a ser “solucionado” pelas operações de *peacebuilding* liberal: de acordo com os autores, as desigualdades inerentes ao funcionamento de uma economia política global capitalista tendem a criar regiões periféricas no sistema internacional, onde os colapsos políticos e econômicos –

e consequentes conflitos violentos – são uma constante. Porém, para o funcionamento da economia capitalista, os países do Centro dependem da constante expansão dos fluxos internacionais de bens e capital e da exploração de matérias primas e mão de obra barata presentes nos países periféricos, de modo que é de seu interesse prevenir conflitos e colapsos que possam prejudicar estes fluxos (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 28). Assim, a paz liberal e as políticas públicas internacionais influenciadas por ela buscam a um só tempo conter revoltas e conflitos que ameacem a ordem mundial capitalista estabelecida (PUGH, 2004, p. 41) e reforçar esta ordem, disseminando-a para partes indisciplinadas do planeta como uma lei natural, e não como o resultado de um processo histórica e socialmente construído a que de fato corresponde (TAYLOR, 2010, p. 166).

Destarte, como aponta Ian Taylor (p. 169-170), o caráter de “solução de problemas” das operações de *peacebuilding* orientadas pela paz liberal está diretamente relacionado com o papel desempenhado por estas na perpetuação de uma ordem mundial neoliberal e de modelos políticos e econômicos favoráveis às elites transnacionais. De acordo com o autor, essas operações buscam justamente solucionar conflitos pontuais emergentes especialmente na periferia global, atendendo aos interesses de forças sociais transnacionais que se beneficiam da manutenção de certo grau de estabilidade nos países periféricos, em ordem de lograr explorar seus recursos e incluí-los à rede de fluxos de bens e capitais. Para tanto, as operações de *peacebuilding* liberal partem dos pressupostos de liberalização política e econômica promovidos pela paz liberal, disseminando e legitimando o modelo de democracias de livre mercado próprio das potências industriais ocidentais em uma ordem mundial neoliberal (RICHMOND, 2004, p. 91). Nesse processo, a participação desta mesma ordem em perpetuar desigualdades e, por conseguinte, fomentar conflitos civis nas regiões periféricas do planeta, é totalmente desconsiderado (PUGH, 2005, p. 33).

A partir dessa constatação, é possível avançar um pouco mais a análise no sentido do segundo e terceiro pontos que se propôs trabalhar no início da subseção, que convergem no papel desempenhado pela paz liberal e pelas operações de *peacebuilding* orientadas por ela enquanto ferramentas de manutenção, legitimação e disseminação da atual configuração de “estrutura histórica” emergente no pós-Guerra Fria. Conforme visto no capítulo anterior, Robert Cox (1999, p. 8-12) aponta que esta estrutura caracteriza-se sobremaneira pela organização da produção transnacionalizada e fragmentada – fortemente dependente da massiva mão-de-obra desqualificada e barata dos países da periferia global para funcionar –; pela forma de Estado enquanto entidade de adequação das economias nacionais às demandas liberalizantes do capitalismo global e, por conseguinte, pela formação

de uma ordem mundial neoliberal. Em perspectiva semelhante, Edward Newman (2009, p. 49) afirma que:

A construção da paz [peacebuilding] hegemônica neoliberal envolve a promoção *top-down* (ou imposição) de valores políticos e econômicos coerentes com os interesses buscados pelos principais atores internacionais. Ela é primariamente focada em evitar perturbações de mercado que requereriam ajustes sistêmicos e em servir as necessidades dos atores do mercado global, mais que dos indivíduos em sociedades devastadas por conflitos. [...] A construção da paz hegemônica é parte de um maquinário para perpetuar um sistema internacional disfuncional e para administrar conflitos produzidos pela globalização, ajustes estruturais e desigualdade social. É necessário conter as repercussões destes conflitos e mitigar os impactos humanitários gerados pela guerra civil. A construção da paz é, portanto, uma ferramenta do capitalismo global: ‘controle de revoltas dirigido contra as partes indisciplinadas do mundo para sustentar a paz liberal’. Nessa linha, a construção da paz hegemônica neoliberal não promove um discurso político genuinamente aberto; na realidade, este é suprimido e desencorajado (tradução nossa).⁵⁰

De fato, verifica-se que as diretrizes das operações de *peacebuilding* liberal, tanto no eixo econômico quanto no político, têm se orientado justamente no sentido apontado por Newman (2009, p. 49). No que tange ao eixo econômico, Michael Pugh (2005, p. 24-35) identifica cinco elementos centrais do modelo avançado pela paz liberal: (1) a noção de que o caminho para o desenvolvimento seria a integração indiscriminada ao sistema mundial de comércio; (2) a crença no empreendedorismo e no consumo como motores principais da atividade humana; (3) a pretensão de universalidade; (4) a atribuição das falhas no processo de desenvolvimento aos países (e setores da sociedade) pobres, ignorando fatores estruturais e (5) a orientação dos recursos públicos para criar condições favoráveis a investimentos privados.

A isso, o autor acrescenta quatro pontos críticos presentes na abordagem econômica da paz liberal, sendo eles: (1) o silêncio acerca da violência estrutural – ou, mais especificamente, o “silêncio [a]cerca [d]o papel de políticas intervencionistas do centro capitalista em perpetuar a pobreza através de políticas discriminatórias que estruturam a

⁵⁰ “Hegemonic neo-liberal peacebuilding involves the top-down promotion (or imposition) of political and economic values that conform to the interests pursued by leading international actors. It is primarily focused on avoiding market disruptions that would require systemic adjustments and on serving the needs of global market actors rather than individuals in conflict-prone societies. [...] Hegemonic peacebuilding is part of the machinery necessary to prop up a dysfunctional international system and to manage the conflict produced by globalization, structural adjustment and social inequality. It is necessary to contain the repercussions of this conflict and mitigate the ‘awkward’ humanitarian impacts generated by civil war. Peacebuilding is therefore a tool of global capitalism: ‘riot control directed against the unruly parts of the world to uphold the liberal peace’. In line with this, hegemonic neo-liberal peacebuilding does not promote a genuinely open political discourse; indeed, this is suppressed and discouraged” (NEWMAN, 2009, p. 49).

economia global” (PUGH, 2005, p. 33, tradução nossa)⁵¹; (2) o apontamento da economia como lei natural – que, como lembra Mark Duffield (2001, p. 34), decorre numa despolitização dos assuntos econômicos e indicação do capitalismo neoliberal como única opção viável de promoção ao desenvolvimento; (3) a objetificação de sociedades pós-conflito, pejorativamente apontadas como falidas e incapazes de exercer uma auto-governança; (4) a supressão dos bens públicos devido às privatizações e investimentos estatais focados no setor privado (PUGH, 2005, p. 32-35). O resultado, segundo Pugh (2005, p. 25), é a implementação de um modelo econômico que, na prática, intensifica a marginalização dos setores mais pobres da população, favorece as elites locais envolvidas com o capital transnacional e acentua as desigualdades socioeconômicas internas em sociedades pós-conflito. Além disso, nega-se às populações locais a possibilidade de desenvolver práticas econômicas focadas no dirigismo estatal ou em dinâmicas comunitárias (idem, p. 27).

Ainda no escopo das abordagens às operações de paz contemporâneas a partir das lentes da Teoria Crítica das Relações Internacionais, há aquelas cujo enfoque se dá no questionamento das diretrizes políticas propostas pela paz liberal. Nesse sentido, Ian Taylor (2010, p. 160) aponta que o modelo de democracia disseminado pelas operações de *peacebuilding* liberal é estritamente “poliárquico”⁵², sendo uma de suas principais características a distinção entre a esfera econômica – atribuída ao mercado e às regras inerentes ao seu funcionamento – e a esfera política, cuja função primordial seria criar as condições favoráveis para que a economia funcione sem restrições, eximindo-se de atribuições de intervenção socioeconômica. Segundo o autor, o modelo poliárquico de democracia perpetuado pelas operações de *peacebuilding* tende a retirar o controle populacional democrático sobre processos econômicos e favorecer a manutenção no poder de elites políticas aliadas ao capital transnacional (TAYLOR, 2010, p. 160-162).

Em crítica orientada em sentido semelhante, William Robinson (2013, p. 228-230) caracteriza a poliarquia como um modelo de democracia estritamente procedimental, baseado na promoção de “eleições livres” para cargos representativos, o que automaticamente exclui modelos mais participativos e diretos, ou voltados a reivindicações por uma democratização econômica e social. Além disso, o autor afirma que a disseminação desse modelo de democracia em escala global reflete um projeto de “governo de elite por capitalistas transnacionais e seus agentes e aliados [locais], no qual a participação das massas

⁵¹ “Silence surrounds the role of interventionary core capitalism in perpetuating poverty through discriminatory policies that structure the global economy” (PUGH, 2005, p. 33).

⁵² Para uma discussão mais precisa sobre o termo ‘poliarquia’, ver (DAHL, 1986, p. 77-83).

é limitada à escolha entre elites competidoras em eleições rigidamente controladas”⁵³ (idem, p. 230). Ainda de acordo com as contribuições de Robinson (2013, p. 228), a poliarquia seria a principal expressão do viés político e ideológico do capitalismo global neoliberal hegemônico no contexto pós-Guerra Fria, consistindo em uma ferramenta central de tradução do poder econômico em influência política, de modo a garantir que as elites dominantes logrem avançar as diretrizes econômicas neoliberais na sociedade nas quais se inserem.

Nesse sentido, Ian Taylor (2010, p. 154-159) acrescenta que as forças sociais hegemônicas na ordem mundial neoliberal pós-Guerra Fria – composta por grandes empresários transnacionais, burocratas estatais vinculados a eles, políticos de inspiração capitalista e elites emergentes nos países periféricos – dificilmente conseguem impor o projeto neoliberal em cenários marcados por forte resistência popular. Desse modo, as sociedades pós-conflito, geralmente caracterizadas por populações profundamente traumatizadas e frequentemente desmobilizadas, figurariam como o ambiente ideal para a implementação de modelos de organização política e econômica que empoderam as elites locais vinculadas às elites transnacionais e minam as possibilidades de resistências populares à ordem neoliberal (idem).

Seguindo os apontamentos de Pugh (2004, p. 45), Robinson (2013, p. 229) e Taylor (2010, p. 156), nota-se que a perpetuação de regimes poliárquicos neoliberais se dá sobremaneira pelas operações de *peacebuilding* avançadas por organizações internacionais, dentre as quais se destacam a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, as instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional [FMI] e Banco Mundial), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e mesmo a União Europeia (UE) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse sentido, verifica-se a validade da afirmação da Teoria Crítica das Relações Internacionais acerca do papel fundamental das organizações internacionais na disseminação de princípios favoráveis à legitimação e perpetuação da hegemonia das forças sociais dominantes no interior de uma determinada ordem mundial (COX, 2007, p. 119).

Logo, finalmente pode-se avançar a análise no sentido do quarto e último ponto proposto no início da subseção: o papel das organizações internacionais na configuração de operações de paz voltadas para a perpetuação de uma ordem mundial neoliberal. Paul Cammack (2006, p. 1) contribui para essa discussão ao indicar que as operações de paz das Nações Unidas são justamente o marco fundacional do “novo imperialismo” característico das

⁵³ “[...] elite rule by transnational capitalists and agents or allies, in which the participation of the masses is limited to choosing among competing elites in tightly controlled election” (ROBINSON, 2013, p. 230).

organizações internacionais no cenário pós-Guerra Fria. Segundo o autor, a partir da década de 1990 essas operações teriam sofrido a transição do paradigma de “segurança pela manutenção da paz” próprio do modelo tradicional de operações de paz para o paradigma de “segurança pela hegemonia capitalista”, característico das operações de *peacebuilding* liberal (idem).

A partir do contexto pós Guerra-Fria, portanto, as operações de paz teriam se tornado ferramentas fundamentais para a disseminação dos valores e imperativos capitalistas para os países periféricos, com a criação de mercados abertos para a penetração pelo capital transnacional, a capacitação de novos contingentes de trabalhadores baratos disponíveis para a exploração pelo capital externo, o estabelecimento de hegemonias domésticas burguesas e a asseguarção da legitimidade destes processos via democracia liberal (CAMMACK, 2006, p. 6). De acordo com o autor:

O resultado [desse processo] é apresentar um conjunto de políticas comprometidas com as disciplinas e lógicas de classe do capitalismo como se fossem inspiradas por uma benevolência desinteressada. A ação proposital de agentes humanos baseada no estabelecimento da hegemonia de uma forma social particular de organização da produção é apresentada como se fosse um resultado natural de forças abstratas muito poderosas para que a humanidade resista a elas. [...] Essa versão de ‘governança global’ apresentada como uma estrutura benigna para a harmonia mundial, é no fundo e em detalhes uma estrutura para a expansão e governança do capitalismo global (CAMMACK, 2003, p. 48, tradução nossa).⁵⁴

Mark Duffield (2001, p. 2), por sua vez, indica a formação daquilo que chama de uma “rede de relações de governança” composta por organizações internacionais, instituições financeiras internacionais, ONGs, *think-tanks* e empresas privadas, cujo objetivo é disseminar o modelo de “boa governança” proposto pela paz liberal em direção das sociedades devastadas por conflitos. Em sentido semelhante, Roland Paris (2004, p. 641, tradução nossa) observa que:

As mais ativas e influentes dessas agências [envolvidas com operações de *peacebuilding*] – a ONU, OEA, OCDE, OTAN, o FMI e Banco Mundial, as principais agências nacionais de desenvolvimento, e as maiores ONGs internacionais de desenvolvimento – são sediadas em, e recebem seu financiamento fundamentalmente das, democracias industriais avançadas da Europa Ocidental e América do Norte. Seus membros e processos de tomada de decisão, portanto, tendem a favorecer os interesses das democracias industrializadas [...]. Até mesmo as mais independentes e críticas dessas organizações – as agências não-

⁵⁴ “The effect is to present a set of policies infused with the disciplines and class logic of capitalism as if they were inspired by disinterested benevolence. The purposive action of human agents bent upon establishing the hegemony of a particular social form of organisation of production is presented as if it were the natural outcome of abstract forces too powerful for humanity to resist [...]. Its version of ‘global governance’, presented as a benign framework for world harmony, is in depth and in detail a framework for the expansion and governance of global capitalism” (CAMMACK, 2003, p. 48).

governamentais engajadas em atividades de ajuda e desenvolvimento – têm uma tendência a trabalhar em prol de facilitar a participação efetiva dos pobres na economia de mercado, mais do que prover alternativas a ela.⁵⁵

De fato, Michael Pugh (2004, p. 45) indica que em 2004, dos 170 funcionários lotados no Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz (DPKO) – sediado em Nova York – mais de dois terços eram provenientes de países industrializados ocidentais. No entendimento do autor, isso reforçaria o apontamento da existência de uma elite financeira e empresarial transnacional que coordena os processos de *peacebuilding* liberal, buscando avançar a disseminação do neoliberalismo em escala global por intermédio das organizações internacionais, com ênfase para o Sistema ONU e as instituições financeiras internacionais (PUGH, 2004, p. 46).

O autor acrescenta ainda que as diversas organizações internacionais – estatais e não-estatais – envolvidas com as operações de paz contribuem com a disseminação de uma base ideológica e moral que legitima as práticas intervencionistas dos poderes hegemônicos em sociedades pós-conflito: o discurso humanitário e o apelo à construção da paz (idem, p. 48). Dessa forma, as forças sociais hegemônicas na ordem mundial contemporânea lograriam, por intermédio das organizações internacionais, estabelecer a hegemonia de uma forma particular de organização social da economia e da produção – o capitalismo neoliberal proposto pela paz liberal – sob a alegação de benevolência e humanitarismo, desvincilando-se discursivamente dos interesses particulares a que este modelo corresponde (PUGH, 2004, p. 50; TAYLOR, 2010, p. 158).

Com base nos argumentos apresentados, Michael Pugh (2004, p. 54) sustenta que haveria um preço a se pagar pela ajuda humanitária e proteção militar por forças externas representada pelas operações de *peacebuilding* liberal em cenários pós-conflito: a manutenção da dependência com relação às partes mais ricas do planeta e a sujeição às normas e demandas de uma economia neoliberal globalizada. Assim, embora o modelo de governança política e econômica avançado pela paz liberal possa trazer certos avanços para a participação democrática de massas populares e para o enriquecimento de elites nacionais, destaca-se que a transição em cenários pós-conflito sob o marco desse paradigma impõe uma série de

⁵⁵ “The most active and influential of these agencies—the UN, OAS, OSCE, NATO, the IMF and World Bank, the major national development agencies, and the largest international development NGOs—are headquartered in, and receive their primary funding from, the advanced industrialised democracies of Western Europe and North America. Their membership and decision-making procedures, moreover, tend to favour the interests of the industrialised democracies [...] Even the most independent and critical of these organisations—the non governmental agencies engaged in development and aid activities—have tended to work towards ‘facilitating the effective participation of the poor in the market economy, rather than providing alternatives to it’” (PARIS, 2002, p. 641).

limitações a posteriores avanços socioeconômicos para as classes populares, particularmente devido à erosão das capacidades estatais em decorrência dos preceitos do liberalismo econômico (TAYLOR, 2010, p. 170).

Nesse sentido, outro ponto que é importante ressaltar é a disjunção entre a hegemonia que a ideologia liberalizante da paz liberal possui em termos globais e a falta de hegemonia que frequentemente apresenta nos planos locais, fator que possibilita o questionamento acerca da aplicabilidade das prescrições políticas, expectativas e suposições básicas implementadas pelas operações de *peacebuilding* em cenários pós-conflito na periferia global (TAYLOR, 2010, p. 170). Como resultado, o autor, em consonância com Vivienne Jabri (2010, p. 42) afirma que as operações de *peacebuilding* liberal tendem a deixar como legado no máximo uma “paz virtual”, favorável aos interesses das elites transnacionais que as financiam, mas totalmente desvinculada – e, por vezes, prejudicial – às sociedades locais dos países nos quais se inserem (TAYLOR, 2010, p. 170).

2.3.3 Outras perspectivas críticas estruturais

Conforme se expôs na subseção anterior, as críticas estruturais às operações de paz contemporâneas a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais apontam que tais operações e os ditames da paz liberal que as orientam invariavelmente refletem as relações de poder e interesses hegemônicos presentes na política internacional, contribuindo com a perpetuação e legitimação de uma ordem mundial neoliberal sistematicamente favorável aos interesses das forças sociais hegemônicas no interior dessa ordem (PUGH, 2004, p. 41-50). A presente subseção, por sua vez, apresenta outras perspectivas críticas de cunho estrutural, que igualmente questionam os pressupostos normativos das operações de paz, porém com um enfoque ainda mais direcionado para seus impactos nas sociedades e populações locais. Nesse sentido, seguindo a categorização proposta por Aureo de Toledo Gomes (2013, p. 55), enfatizam-se as críticas influenciadas por perspectivas pós-estruturalistas e pós-coloniais.

Desde um enfoque mais propriamente pós-estruturalista, mesclando conceitos foucaultianos⁵⁶ com contribuições teóricas da Escola Inglesa das Relações Internacionais⁵⁷, Ramon Blanco (2017, p. 85) sustenta que as operações de paz são dispositivos de “normalização” e “disciplinarização” de Estados e sociedades pós-conflito, consistindo portanto em ferramentas de exercício de governo (compreendido como “conduta das

⁵⁶ Para mais sobre alguns dos conceitos de Foucault, ver, do autor, (FOUCAULT, 2007, p. 50-63)

⁵⁷ Para mais sobre a Escola Inglesa, ver (BULL, 2002, p. 1-7).

condutas”) na sociedade internacional. Neste processo, o modelo de Estado e sociedade considerado “normal”, devendo ser universalmente aplicado, é o dos Estados liberais-democráticos ocidentais – as democracias de livre mercado – reproduzido pelas operações de paz através de mecanismos de “disciplina” (punição e recompensa) e “biopolítica” (controle sobre meios de reprodução da vida da população) em cenários pós-conflito (BLANCO, 2017, p. 85). Há, portanto, a construção discursiva de uma narrativa que aponta a configuração dos Estados da Europa Ocidental como o caminho que deve ser invariavelmente reproduzido para organizar os Estados enquanto unidades políticas estáveis, bem como a existência de uma relação intrínseca entre liberalismo e a prosperidade e a paz, conforme se verifica nos processos de *peacebuilding* e *state-building* contemporâneos (idem, p. 96).

A partir de percepções semelhantes, emergem as críticas estruturais de caráter mais notadamente pós-colonial, baseadas principalmente na denúncia de ecos do colonialismo presentes nas operações de paz (PARIS, 2002, p. 637-641) e na busca por um protagonismo de atores locais nos processos de construção da paz em sociedades pós-conflito (RICHMOND, 2010, p. 26). No eixo das críticas que apontam possíveis traços colonialistas nas operações de paz, Jonathan Hill (2005, p. 148) foca nos processos de *state-building* avançados pelas operações de *peacebuilding*, indicando como estes processos partem de uma concepção pejorativa dos Estados periféricos, apontando-os como versões “depravadas” da versão de estatalidade pretensamente “correta” e “superior” verificada nos processos de formação estatal da Europa Ocidental. Destarte, o autor aponta as operações de paz contemporâneas como ferramentas essenciais na perpetuação de práticas neocolonialistas, reproduzindo as relações de poder assimétricas entre o “Primeiro” e o “Terceiro Mundo” através da disseminação de um projeto imperialista global baseado no modo de organização política e econômica ocidental (HILL, 2005, p. 144-148).

Também a partir de uma perspectiva cujo eixo de preocupação gira em torno dos impactos das operações de paz nas sociedades locais, Jarat Chopra (2002, p. 994-999) faz uma crítica contundente à objetificação das sociedades pós-conflito e entendimento das mesmas enquanto meros receptáculos de fórmulas políticas, sociais e econômicas formuladas por agências estrangeiras, de modo a negar projetos alternativos de raiz local. Outro autor que, apesar de não se inserir propriamente na perspectiva pós-colonial, contribui de maneira importante na sintetização do eixo central dos argumentos desde essa perspectiva é Roland Paris (2002, p. 137), ao apontar que:

[...] os construtores internacionais da paz têm promulgado um visão particular de

como os Estados devem se organizar internamente, baseada nos princípios da democracia liberal e em economias orientadas para o mercado. Ao reconstruir Estados devastados por conflitos de acordo com essa visão, os construtores da paz têm efetivamente ‘transmitido’ padrões de comportamento apropriado do centro Ocidental-liberal do sistema internacional para os Estados falidos da periferia. Desde essa perspectiva, a construção da paz se apresenta como uma versão reeditada (e mais benigna) da *missão civilizatória*, ou a crença da era colonial de que os poderes imperiais europeus tinham o dever de ‘civilizar’ populações e territórios dependentes (grifo do autor, tradução nossa).

A partir desta constatação crítica, nota-se a insustentabilidade de processos de *peacebuilding* formulados e implementados majoritariamente por atores externos, sem o protagonismo das populações locais. Nesse sentido, David Chandler (2006, p. 10-18), por exemplo, é categórico ao afirmar que o processo de construção de instituições políticas e formas de governança liderado por atores externos leva a um descolamento quanto às forças sociais locais, de modo a sobrepor uma dimensão ‘técnica’ da governança e das instituições sobre sua dimensão propriamente política, essencial para a resolução de conflitos e disputas. Decorreria daí a inviabilização da participação democrática e autodeterminação das populações locais. O resultado, segundo o autor, seria que as operações de *peacebuilding* contemporâneas e os processos de *state-building* avançado por elas acabam por construir “Estados Fantasmas”, dotados de financiamento externo e personalidade jurídica internacional, mas carentes de legitimidade política e social doméstica (CHANDLER, 2006, p. 189-195).

A verificação desta problemática das operações de paz contemporâneas deu origem aquela que Oliver Richmond (2010, p. 26) chama de quarta geração das abordagens à resolução de conflitos e construção da paz internacional, sendo esta fundamentalmente caracterizada pela “virada local”, ou seja, a reivindicação do protagonismo local nos processos decisórios e programas de ação da construção da paz. Nesse sentido, autores como David Roberts (2011, p. 20-22), Karolina Werner (2010, p. 72-73) e Robert Mac Ginty (2010, p. 348-352), por exemplo, propõem uma certa inversão de um dos principais pressupostos legitimadores das práticas de *peacebuilding*. No entendimento desses autores, uma paz autossustentável e de longa duração não poderia ser obtida pela imposição de modelos específicos de governança política, social e econômica protagonizada por atores externos, mas tão somente a partir de uma base em costumes locais, histórica e culturalmente enraizados na forma de viver da população nativa, e com o protagonismo ativo desta nos processos de construção da paz.

Assim, Mac Ginty (2010, p. 348-352), por exemplo, reivindica a inclusão da dimensão “indígena” nas operações de paz, de modo que estas passem a englobar técnicas de

reconciliação e resolução de conflito próprias das tradições locais, voltando-se para as relações do dia-a-dia, práticas culturais e simbólicas e para o diálogo constante, mais que para a mera celebração de acordos e tentativa de construção de instituições junto às elites locais. O que o autor propõe, porém, não é a substituição completa da paz liberal por uma “paz indígena”, mas sim um processo de hibridização entre ambas, de modo a gerar novos modelos de abordagem à construção da paz (MAC GINTY, 2010, p. 360-362). Richmond (2013, p. 79-86) também se coloca favorável à perspectiva de hibridização da paz, indicando que esse processo teria o potencial de utilizar-se das ferramentas e possibilidades ofertadas a princípio pelas operações de paz ortodoxas – tais quais a narrativa de participação democrática, representatividade, desenvolvimento e direitos fundamentais – para promover outras formas de organização política, social e econômica que não a liberal-ocidental, mais coerentes com as realidades, perspectivas, cosmovisões e reivindicações locais das sociedades pós-conflito.

Não obstante, é necessário apontar que verificam-se também, ainda no escopo crítico da literatura sobre o tema, perspectivas menos otimistas acerca da “paz híbrida”. Aureo de Toledo Gomes (2013, p. 67-68), por exemplo, entende o processo de hibridização da paz como um resgate de indicadores e referenciais de paz anteriormente existentes em sociedades pós-conflito que servem, em última instância, para qualificar e agregar maior legitimidade e representatividade às perspectivas ortodoxas de imposição da paz liberal. Assim, a hibridização poderia servir ao propósito de reforço da paz liberal, cabendo fundamentalmente aos agentes externos a decisão de que princípios locais incluir em suas formulações de políticas nos cenários pós-conflito (idem).

Em perspectiva semelhante, Suthaharan Nadarajah e David Rampton (2015, p. 25-28) indicam que os projetos de paz híbrida, pelo menos da maneira como vem sendo instrumentalizados, tendem a favorecer a penetração dos pressupostos da paz liberal na dimensão cotidiana das populações locais, objetificar as características culturais locais e servir como plataforma de avanço para a disseminação global de uma ordem neoliberal. Nota-se, portanto, que a identificação e análise de marcos normativos alternativos à paz liberal para a condução das operações de paz contemporâneas é um processo corrente, ainda com poucos resultados concretos obtidos e uma série de questionamentos possíveis para futuras investigações.

CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado ao longo deste capítulo, é possível constatar

que as operações de paz da ONU (em conjunto com demais organizações internacionais governamentais e não-governamentais) não são ferramentas meramente técnicas ou neutras de gestão de conflitos e promoção da paz, mas sim mecanismos que refletem as relações de poder em evidência em contextos particulares da política internacional. Especificamente no contexto pós-Guerra Fria, e com base na análise a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais, nota-se que estas operações – que majoritariamente assumem o caráter de *peacebuilding* liberal – possuem um importante potencial de disseminação global e legitimação de uma ordem mundial neoliberal, de maneira favorável às forças sociais hegemônicas nacionais e transnacionais no interior desta ordem.

Nesse sentido, a partir de uma abordagem desde a Teoria Crítica, é possível analisar os a paz liberal e seus princípios normativos como uma teoria de solução de problemas, com proposições centrais que buscam perpetuar e expandir o capitalismo neoliberal em escala global, reproduzindo este sistema como uma ordem fixa e natural e, ao mesmo tempo, negando as desigualdades inerentemente geradas pelo seu funcionamento e o papel destas na eclosão de conflitos em países periféricos. Outro elemento que é importante ressaltar é o papel desempenhado pelas organizações internacionais – com ênfase para o Sistema ONU – nesse processo, ao assumir as assumpções da paz liberal e contribuir para a sua disseminação, legitimação e universalização enquanto ideologia notadamente favorável aos interesses das forças sociais que se beneficiam da expansão global do capitalismo neoliberal.

Verifica-se os elementos supracitados na atuação das operações de *peacebuilding* – normativamente orientadas pelo enquadramento da paz liberal e, portanto, voltadas para a construção de instituições e sistemas de governança liberais em sociedades pós-conflito. Conforme se argumentou, estas operações avançam uma forma de Estado e organização da produção favorável aos interesses do setor privado (principalmente o externo), à liberalização dos fluxos financeiros e comerciais, à minimização da intervenção estatal para a provisão de serviços públicos e condições de bem estar à população e à capacitação de mão de obra extremamente barata disponível para a exploração em países periféricos. Como parte desse processo, de modo agravante, há a implementação de um modelo de democracia que sedimenta no poder as burguesias nacionais aliadas às elites transnacionais e promove a contenção de propostas de alternativas a este sistema a partir de proposições locais. Tendo isso em vista, propõe-se um estudo de caso que possibilite a verificação destas afirmações críticas em um caso concreto específico, objetivo ao qual se destina o capítulo final deste trabalho.

CAPÍTULO 3: UM ESTUDO DE CASO DA MINUSTAH

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) é uma das mais recentes operações de paz enviadas ao Haiti, tendo sua vigência de 30 de abril de 2004 a 15 de outubro de 2017. Nesse sentido, a Missão se insere em um amplo contexto de intervenções externas enviadas ao Haiti desde o seu conturbado processo de independência, em inícios do século XIX, sendo a oitava operação de paz da ONU destinada ao país. Dentre essas operações, optou-se especificamente pela análise da MINUSTAH por ser a primeira notadamente orientada a processos de *peacebuilding*, contendo portanto uma série de diretrizes para a reforma e adequação da governança política, institucional e econômica do Haiti. Tendo isso em vista, avança-se uma investigação no sentido de identificar os preceitos da paz liberal presentes nas recomendações propostas pelas organizações internacionais centrais – com ênfase para o Sistema ONU, o FMI e o Banco Mundial – atuantes sob o âmbito da Missão. Com essa identificação, torna-se possível uma análise da MINUSTAH a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais, de modo a indicar o papel desta operação na disseminação e legitimação ideológica da adequação do Haiti às configurações políticas e econômicas exigidas pela atual ordem mundial neoliberal, contribuindo assim para a perpetuação e legitimação dessa mesma ordem.

Para desenvolver o argumento e análise supracitados, o capítulo se encontra dividido em três seções. A primeira traz uma breve contextualização histórica do Haiti desde a colonização até a situação de conflito civil que culminou no envio da MINUSTAH. O objetivo central da seção é demonstrar como a condição de instabilidade política e econômica vivenciada pelo país na contemporaneidade é reflexo de séculos de ingerências de potências colonialistas/imperialistas, intervenções externas diretas, uso de violência política e regimes autoritários. A segunda seção destina-se à apresentação da MINUSTAH, indicando seus antecedentes, principais características atribuídas à Missão pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sua categorização de acordo com os tipos de operações de paz apresentados no capítulo anterior e alguns dos principais elementos de sua atuação em terreno haitiano. Por fim, a terceira seção apresenta as diretrizes centrais propostas ao Haiti pelas principais organizações internacionais atuantes na MINUSTAH para os eixos econômico, político e institucional da “reconstrução” do país. Tais diretrizes são analisadas sob as lentes da Teoria Crítica das Relações Internacionais, de modo a indicar como o modelo de democracia liberal e inserção indiscriminada na economia internacional propostos ao país servem ao empoderamento das elites locais aliadas às elites transnacionais e ao consequente reforço da

hegemonia de uma ordem mundial neoliberal, processo que culmina em graves consequências socioeconômicas especialmente para os setores mais pobres da população do Haiti.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DO HAITI

O objetivo dessa seção é apresentar uma breve contextualização dos processos históricos vivenciados pelo Haiti, elemento essencial para a compreensão da grave situação de instabilidade e vulnerabilidade política, social e econômica que culminou na eclosão de um conflito civil violento no país e à consequente criação da MINUSTAH. Assim, a primeira subseção traz algumas das características do brutal processo de colonização do Haiti, bem como os principais elementos que deflagraram a “Revolução Haitiana” entre fins do século XVIII e início do XIX. A segunda subseção apresenta um histórico dos séculos de ingerências e intervenções externas sofridas pelo Haiti como retaliação a suas lutas de independência e como forma de assegurar a dominação das grandes potências ocidentais sobre o país nas esferas comercial, financeira e militar. Também nessa subseção, está presente uma exposição das medidas de violência política e aprofundamento da dependência econômica adotadas durante as quase três décadas de ditadura lideradas pela “Dinastia Duvalier”. A terceira subseção, por fim, contém uma narrativa dos desafios enfrentados no processo de tentativa de redemocratização do país a partir de fins da década de 1980, culminando no escalonamento de conflitos que levou à ativação da MINUSTAH.

3.1.1 Colonização e Independência

O *Ayti* (“terra de altas montanhas”, no idioma dos povos nativos *arawak*) foi o primeiro território americano invadido por forças militares europeias no contexto de colonização das Américas, em 1493 (MATIJASCIC, 2010, n. p.). A grande quantidade de ouro presente na região levou à violenta conquista dos povos nativos ali presentes e ocupação de seu território pelas tropas espanholas (BÉNOT, 2004, p. 48). Gradativamente, as guerras, disseminação de doenças e submissão das populações indígenas a regimes de trabalho escravo levaram ao rápido e completo genocídio dos povos nativos “haitianos” pelo exército espanhol (ibidem, p. 51). Diante desse cenário, os governantes do território agora renomeado como “Ilha de *Hispaniola*” optaram pela importação de escravos africanos para compor a principal força produtiva da colônia (JAMES, 2003, p. 22). Assim, nas primeiras duas décadas do século XVI assiste-se à transformação do Ilha de *Hispaniola* em um grande território de

produção de açúcar sob mão de obra escrava comprada da África (MATIJASCIC, 2010, n. p.).

As grandes riquezas geradas na colônia espanhola a partir desse modelo despertaram a atenção de outras potências europeias, principalmente da França, dando origem a uma série de pequenos conflitos pela dominação da região (JAMES, 2003, p. 22). Em 1697, após a ocupação francesa de grande parte de *Hispaniola*, França e Espanha assinaram o Tratado de Ryswick, que concedia a metade ocidental da ilha ao domínio legítimo francês (idem). Teve origem então a colônia de *Saint-Domingue*, que se torna a mais rica das colônias da França no além-mar, recebendo a alcunha de “Pérola das Antilhas” (ibidem, p. 17). Toda essa riqueza, porém, se concentrava em mãos de uma pequena elite europeia branca, sustentada pela exploração brutal de cerca de 500 mil escravos negros (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Evidentemente, a ampla desigualdade e crueldade inerentes ao regime escravista progressivamente geraram um forte descontentamento popular entre a população negra e escrava do país (SOARES; SILVA, 2006, p. 5-6). Nesse cenário de insatisfação generalizada contra a ordem colonial, a repercussão dos ideais libertários e igualitários advindos da Revolução Francesa (1789) serviu de estopim para o início das lutas revolucionárias pela independência do Haiti (JAMES, 2003, p. 17).

Em 1791, sob a liderança do Alto Sacerdote Vodou⁵⁸ Boukman, um grupo de escravos iniciou uma rebelião contra a elite branca, ateando fogo a plantações e assassinando diversos proprietários de terra e membros do governo colonial (JAMES, 2003, p. 91-92). Teve início então um processo de mais de uma década de luta revolucionária contra o colonialismo e pela independência do Haiti, liderada pelo escravo Toussaint L’Ouverture⁵⁹ e, após a prisão e morte deste, por seu discípulo Jean Jaques Dessalines (ibidem, p. 269-271). Finalmente, em 1804 tiveram fim os conflitos contra as forças colonialistas, com a declaração da independência do Haiti, primeiro país da América Latina e Caribe a declarar a independência e primeira república negra da história mundial (ibidem, p. 340).

Porém, os ideais republicanos que inspiraram a Revolução Haitiana não duraram muito tempo: ainda em 1804, Dessalines coroou-se Imperador do Haiti – nome retomado ao país em homenagem aos povos indígenas massacrados durante o processo de

⁵⁸ Ana Loryn Soares e Elton Batista da Silva (2010, p. 6) indicam que as práticas religiosas e culturais do Vodou tiveram uma importância fundamental na promoção do senso comunitário e de coletividade essencial para a unidade da luta revolucionária pela independência do Haiti. Para mais sobre as características gerais do Vodou e sua importância fundamental na formação da identidade nacional haitiana, ver (PROSPERE; GENTINI, 2004, p. 74-81).

⁵⁹ Para mais sobre Toussaint L’Ouverture, considerado um grande herói nacional haitiano, e seu papel de liderança ao longo do processo revolucionário de independência do Haiti, sugere-se a leitura de (JAMES, 2003, p. 143-159 e p. 227-251).

colonização (VALLER FILHO, 2007, p. 143). Em menos de dois anos de reinado, o Imperador foi assassinado por seus antigos companheiros de luta, dando origem a uma década conturbada de conflitos entre distintos grupos separatistas, republicanos e monarquistas (idem). Outro fator de instabilidade interna foi a consolidação, no contexto pós-independência, dos “mulatos” – descendentes de europeus nascidos no Haiti – enquanto elite política e econômica do país (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Essa nova elite optou pela continuidade do modelo de inserção econômica internacional pautado na exportação massiva de açúcar e algodão, o que resultou na continuidade da exploração dos negros libertos nas lavouras do país (idem).

A continuidade das relações de opressão e exploração levou a um cenário de grande instabilidade interna, com constantes rebeliões lideradas pela população negra e pobre contra a nova elite mulata (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Esta elite, por sua vez, adotou como estratégia para conter tais rebeliões a recorrente solicitação por intervenções externas lideradas pelas grandes potências da época, dentre as quais a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha (idem). Tais potências possuíam grande interesse geopolítico e econômico no Haiti, de modo que o intervencionismo e as ingerências externas foram prática recorrente no país nos primeiros séculos da história pós-independência do país.

3.1.2 Ingerências externas, intervenção estadunidense (1915-1934) e ditadura militar (1957-1986)

Dentre os motivos que explicam os interesses das grandes potências intervencionistas no Haiti entre os séculos XIX e XX, Leslie Manigat (2004, p. 246-247) destaca os seguintes: (1) a posição geoestratégica do país, próximo ao que viria se tornar em 1914 o Canal do Panamá; (2) a necessidade de transformação econômica (liberalização) e adequação do país a suas funções subservientes na divisão internacional do trabalho; (3) o controle externo sobre os fluxos de seu comércio exterior; (4) sua dívida externa e (5) a necessidade de provar que uma “república negra” seria incapaz de se autogovernar. Assim, logo de início a França impôs uma renumeração de 150 mil francos (o equivalente a cerca de US\$ 21 bilhões atuais) em troca do reconhecimento da independência do Haiti (SEITENFUS, 2016, p. 52).

Por acreditar que a aceitação dessas condições levaria a uma desestigmatização do Haiti enquanto pária no cenário internacional, o governo haitiano concordou com as exigências francesas (SEITENFUS, 2016, p. 52). Para tanto, logo de início o país teve que

tomar empréstimos de bancos franceses para arcar com essa dívida, estabelecendo desde então um ciclo vicioso de dependência e endividamento da economia haitiana com relação à francesa e, progressivamente, a outras potências ocidentais (SEGUY, 2014, p. 159). Como consequência, a presença imperialista dos EUA, França e Alemanha é constante no primeiro século de vida da República haitiana, cobrando multas e indenizações por supostos “danos” a seus cidadãos viventes no Haiti e frequentemente enviando navios de guerra ao porto do país, como forma de pressão para o cumprimento de suas exigências por parte do Governo Haitiano (ibidem, 167-168). A constante presença de forças militares estrangeiras em seu território e o incessante esvaziamento de seus cofres públicos devido às dívidas e indenizações cobradas pelas potências imperiais levaram à inviabilização da afirmação política e econômica do Haiti (idem).

Em consequência desses fatores, o Haiti chegou ao século XX em situação de forte vulnerabilidade externa e instabilidade interna (NICHOLLS, 2004, p. 255). Temendo que a condição de fragilidade política prejudicasse seus interesses econômicos no país – e a convite expresso das elites mulatas preocupadas com os movimentos de contestação popular a seus privilégios – em 28 de julho de 1915 os Estados Unidos iniciam uma intervenção militar no Haiti, justificada pelos princípios do “Corolário Roosevelt”⁶⁰ que orientavam a política externa estadunidense no período (MANIGAT, 2004, p. 253). Dentre as diretrizes centrais impostas ao Haiti durante a ocupação estadunidense, destacam-se: (1) a criação da *Germanderie d’Haiti*, força militar haitiana voltada para a repressão de revoltas populares contrárias à presença estadunidense no país (VALLER FILHO, 2007, p. 144); (2) a imposição de uma nova Constituição em 1918, que revogava a proibição de aquisição de terras por estrangeiros, decorrendo na invasão do país pelo capital estadunidense (SEGUY, 2014, p. 175); (3) a concretização efetiva da elite mulata – aliada aos interesses dos EUA – enquanto força social política e economicamente dominante no interior do Haiti (MATIJASCIC, 2010, n. p.).

Tendo seus objetivos consolidados, em 1934 – já sob as diretrizes da “política de boa vizinhança”⁶¹ – os EUA retiraram suas tropas militares do Haiti (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Não obstante, a retirada das tropas não significou o fim da ingerência estadunidense sobre o país (VALLER FILHO, 2007, p. 144). De fato, os cerca de cinquenta anos entre 1934

⁶⁰ Proposto em um contexto regional no qual os EUA buscavam exercer pleno controle no entorno do recém-construído Canal do Panamá, o “Corolário Roosevelt” previa a possibilidade de intervenções externas estadunidense em países latino-americanos e caribenhos que estivessem enfrentando crises de instabilidade interna (AYERBE, 2002, p. 53-54).

⁶¹ Para mais sobre a “política de boa vizinhança” seguida pelos Estados Unidos a partir da década de 1930, consultar (AYERBE, 2002, p. 63-64).

e a segunda metade da década de 1980 no Haiti foram marcados por uma sucessão de governos autoritários que ou contavam com o apoio de tropas estadunidenses para reprimir mobilizações populares ou, quando apresentavam caráter excessivamente “nacionalista”, eram removidos com o apoio da *Germanderie d’Haiti* – informalmente controlada pelos EUA (MATIJASCIC, 2010, n. p.; VALLER FILHO, 2007, p. 144).

Após o mencionado mais de meio século sob constante instabilidade política, em 1957 a população haitiana logrou eleger democraticamente o Presidente François Duvalier, popularmente conhecido pela alcunha de Papa Doc (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Apesar de eleito democraticamente, em 1961 François Duvalier dissolveu a Assembleia Nacional do Haiti e, em 1964, se autodeclarou Presidente vitalício do país, dando origem às quase três décadas de regime ditatorial que ficaram conhecidos como o período de governo da “Dinastia Duvalier” (1957-1986) (VALLER FILHO, 2007, p. 144). Como se tratava de um contexto de Guerra Fria, e Papa Doc se apresentava como líder político capaz de reprimir o avanço comunista sobre o Haiti, os Estados Unidos apoiaram a ditadura militar instalada no país (idem).

Uma das primeiras medidas tomadas por Papa Doc após declarar a ditadura foi a criação de uma força paramilitar diretamente submetida a seu comando: os Voluntários da Segurança Nacional (VSN) (VALLER FILHO, 2007, p. 145). Popularmente conhecidos como *Tonton Macoutes* (“bichos-papões”, em *kreyòl*), os VSN eram compostos por um contingente de cerca de 12 mil soldados, e estima-se que tenham sido responsáveis pelo assassinato de ao menos 50 mil pessoas ao longo das três décadas da Dinastia Duvalier (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 60-61). Em 1971, devido a problemas de saúde, Papa Doc transferiu a presidência para seu filho Jean-Claude Duvalier, o “Baby Doc”, que continuou seguindo a linha autoritária e repressiva estabelecida por seu pai (MATIJASCIC, 2010, n. p.).

Além do constante uso da violência contra movimentos de oposição, outra característica marcante do governo de Baby Doc foi a abertura do Haiti aos investimentos protagonizados pelo capital externo, processo acompanhado do início da presença das instituições financeiras internacionais (IFIs) – como o FMI e o Banco Mundial – atuando no país (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 294). Porém, a abertura indiscriminada da economia haitiana, somada aos gastos ostensivos da família Duvalier utilizando os recursos do Estado, levaram a uma condição de grave crise econômica e endividamento externo do Haiti na década de 1980 (idem). A situação de crise econômica, somada à supressão da participação política e constantes violações dos direitos humanos perpetrados pela ditadura contra a população haitiana, conduziu a uma série de mobilizações populares pela deposição

de Duvalier (VALLER FILHO, 2007, p. 145).

Tratava-se de um período no qual a conjuntura internacional já não era mais favorável à manutenção de regimes ditatoriais, com a política externa dos EUA sob o governo de Jimmy Carter retomando a retórica da defesa dos direitos humanos enquanto grande narrativa internacional⁶² (idem). Assim, houve forte apoio estadunidense às mobilizações populares contra a ditadura, que culminaram na renúncia e fuga do país de Jean-Claude Duvalier em 1986, inaugurando novo período na conturbada história política do Haiti (idem).

3.1.3 A difícil tentativa de redemocratização

A fuga de Baby Doc do Haiti em 1986 não levou a um imediato reestabelecimento da democracia e cessar da violência entre grupos civis. Como afirma Ricardo Seitenfus (2016, p. 94-98), o longo processo de formação política do país – marcado por séculos de golpes militares, assassinatos de políticos, governos autoritários, manifestações violentas e intervenções externas – levou à estruturação de um sistema e de uma cultura política no qual a falta de consenso e respeito às regras do jogo democrático são uma constante. Como resultado, o autoritarismo e uso da força – não a mediação política e institucional – aparecem como respostas comuns aos conflitos e divergências políticas frequentemente emergentes no país, o que em última instância conduz à intensificação desses conflitos (ibidem, p. 94). O constrangimento estrutural imposto por esses fatores conduziu a um processo de redemocratização intermitente e conturbado no Haiti pós-Duvalier (ibidem, p. 99).

Assim, no cenário imediatamente após a fuga de Baby Doc, criou-se no país uma campanha voltada ao assassinato de *ex-macoutes* e apoiadores do regime Duvalier (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 61). Uma série de ataques violentos de gangues contra candidatos políticos e grupos de eleitores também foram característicos do período de redemocratização (idem). Soma-se a essa conjuntura conturbada o fato de que, nessa época, o Haiti passava por um rigoroso ajuste fiscal imposto pelo FMI para que o país conseguisse pagar a dívida bilionária contraída durante os governos de Papa e Baby Doc (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 287). As consequências sociais desse ajuste incluíram a perda da soberania alimentar do país, um massivo e desordenado processo de êxodo rural, aumento da fome, pobreza, criminalidade urbana, intensificação da instabilidade e eclosão de diversas

⁶² Para mais sobre esse processo, ver (AYERBE, 2002, p. 192-194).

revoltas populares (idem).

Entre 1986 e 1989, nesse cenário de instabilidade e violência, uma série de governos provisórios buscou realizar a transição de um regime de trinta anos de ditadura para uma abertura democrática (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Em 1988, finalmente ocorreram eleições (VALLER FILHO, 2007, p. 145). O presidente eleito, porém, exerceu o cargo por apenas alguns meses, sendo deposto por um golpe militar (idem). Nos dois anos seguintes, outros dois golpes de estado foram perpetrados no país, de modo que em 1990 constitui-se um novo governo civil provisório para tentativa de transição para um regime efetivamente democrático no Haiti. No mesmo ano, uma missão conjunta foi enviada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) para monitorar as eleições no país (MATIJASCIC, 2010, n. p.). Como resultado dessas eleições, uma maioria de 67% dos votos elegeu o ex-padre católico Jean-Bertrand Aristide para o cargo de presidente do Haiti (VALLER FILHO, 2007, p. 146).

Não obstante, um ano depois das eleições o país enfrenta nova ruptura democrática, com a deposição de Aristide através de um golpe de estado perpetrado pelo general Raoul Cédras com o apoio de segmentos militares e setores da elite econômica haitiana (idem). Com a nova ruptura democrática, retoma-se o ciclo de violência no Haiti: de acordo com estimativas do Banco Mundial (2006, p. 62), aproximadamente mil civis foram assassinados por tropas paramilitares ou estatais apenas no primeiro mês do governo Cédras. Um dos resultados desse processo foi a imigração massiva em direção principalmente dos EUA (SEITENFUS, 2016, p. 146). Diante dessa situação, o país norte-americano começou a agir mais incisivamente para a “normalização” da situação haitiana (idem). Em 1993, por via do Conselho de Segurança das Nações Unidas (S/RES/841), foi imposto um embargo econômico ao Haiti, medida cujos impactos repercutiram em um agravamento da já intensa crise socioeconômica haitiana (VALLER FILHO, 2007, p. 181).

Também em 1993, foi criada a primeira operação de paz da ONU direcionada ao Haiti, a Missão Internacional Civil no Haiti (MICIVIH), enviada em conjunto com a OEA para monitorar a situação dos direitos humanos no país (GUERRA; BLANCO, 2017, p. 265). No mesmo ano, a ONU enviou a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH) com o objetivo de treinar as Forças Armadas e a Polícia Nacional Haitiana, buscando evitar eventuais violações cometidas por estas (idem). Porém, em 1994 Cédras expulsou do país os observadores internacionais membros da MICIVIH. Esse fato, somado ao aumento de denúncias de violência, repressão e abuso do poder estatal no Haiti, levou o Conselho de Segurança a apelar ao Capítulo VII da Carta de São Francisco, criando uma Força

Multinacional Interina destinada a dismantelar o regime militar e reconduzir o presidente deposto Jean-Bertrand Aristide ao poder (S/RES/940[1994]). Assim, com o auxílio das tropas internacionais, Aristide foi reconduzido à presidência do Haiti, dissolvendo as Forças Armadas do país e ajudando a eleger, em 1995, seu aliado René Préval (VALLER FILHO, 2007, p. 147).

Não obstante, após deixar a presidência, Aristide deu início a uma nova onda de instabilidade no país, criando no interior de seu partido um grupo político dissidente – o *Fanmi Lavalas* –, medida que cingiu a coesão do Parlamento em torno do governo de Préval (VALLER FILHO, 2007, p. 147). A crise gerada a partir de então se intensifica em 2000, quando a Missão de Observação Eleitoral enviada pela OEA para monitorar as eleições parlamentares pelas quais passaria o país denuncia uma série de irregularidades em torno do processo eleitoral, conduzindo a violentas mobilizações populares e à cessão do envio de recursos de ajuda ao desenvolvimento por parte considerável da comunidade internacional (SEITENFUS, 2016, p. 114-116). Nesse cenário de instabilidade interna e impasse diplomático entre o governo haitiano e a comunidade internacional, ocorrem as eleições presidenciais. Em um processo eleitoral apontado como fraudulento por entidades nacionais e internacionais, Aristide é mais uma vez eleito à Presidência do Haiti, com uma alegada maioria de 91% dos votos (SEITENFUS, 2016, p. 119).

Imediatamente, a oposição – organizada na coalizão *Convergence Democratique* – rejeita os resultados das urnas, propondo a criação de um governo paralelo em torno de seu candidato (VALLER FILHO, 2007, p. 148). Forma-se então um cenário político marcado por distintos grupos em disputa violenta pela tomada do poder no país. Dentre os principais atores nesse conflito civil, destacam-se: (1) o governo de Aristide, que logrou aparelhar a Polícia Nacional Haitiana (PNH), distintas gangues urbanas e grupos paramilitares de mercenários (os *chimères*) em torno da defesa armada de seu mandato (ibidem, p. 149-150); (2) a *Convergence Democratique*, com foco na oposição parlamentar ao governo de Aristide (SEITENFUS, 2016, p. 120); (3) o “Grupo dos 184”, criado por grandes empresários haitianos com capital majoritariamente proveniente no exterior, exigindo intervenção externa para a deposição do presidente; (4) movimentos sociais diversos, sendo os estudantis majoritariamente partidários da oposição e os rurais favoráveis à situação e (5) a Frente de Resistência Revolucionária do Artibonite (FRRA), milícia armada comandada por ex-membros das Forças Armadas dissolvidas por Aristide em 1995, atuando violentamente contra o governo com táticas de guerrilha (idem).

Em dezembro de 2001, há uma tentativa armada de tomada do Palácio

Nacional do Haiti, rechaçada pelas forças policiais do governo (SEITENFUS, 2016, p. 125). Aristide considera essa iniciativa como uma tentativa de golpe de Estado e retalia violentamente, enviando contingentes de membros da PNH, *chimères* e outros grupos paramilitares em uma empreitada de caça aos opositores, resultando no incêndio criminoso de sedes de órgãos da imprensa, de defesa aos direitos humanos, partidos políticos e residências de ativistas e lideranças da oposição ao governo (ibidem, p. 125-127). A retaliação, porém, não logra frear os avanços das forças rebeldes, que tomam o total controle sobre as regiões norte e nordeste do país (idem).

Com o avanço das tropas da FARR em direção a Porto Príncipe, tem início um caos generalizada na capital, com grupos armados diversos ocupando as ruas da cidade (VALLER FILHO, 2007, p. 152). Diante desse cenário violento, os embaixadores dos Estados Unidos e da França se reúnem com Aristide, sugerindo a sua renúncia ao cargo da presidência e fuga do país para evitar o derramamento de sangue, solução acatada pelo Presidente⁶³ (idem). Na madrugada de 29 de fevereiro de 2004, Aristide e sua esposa deixam o país em direção ao exílio na África do Sul (SEITENFUS, 2016, p. 140). Seguindo os trâmites constitucionais, no mesmo dia constitui-se um Governo Provisório liderado pelo Presidente da Corte Suprema de Justiça do Haiti, cujo primeiro ato oficial foi fazer um pedido de assistência ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (VALLER FILHO, 2007, p. 153). Imediatamente, o Conselho responde, dando início a mais de uma década de ininterrupta presença onusiana no país (idem).

3.2 A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH)

A presente seção dedica-se a uma apresentação de algumas das características gerais da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Nesse sentido, a primeira subseção apresenta uma breve contextualização dos antecedentes da Missão, em especial no que tange à presença da ONU no Haiti. A segunda subseção, por sua vez, aponta as principais características atribuídas à MINUSTAH pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (S/RES/1542[2004]), bem como algumas considerações a respeito da

⁶³ Há uma controvérsia, alimentada por declarações contraditórias feitas pelo próprio Jean-Bertrand Aristide, bem como em relatos de funcionários do Palácio Nacional do Haiti, acerca desse processo. Algumas correntes sustentam a renúncia formal e voluntária de Aristide à Presidência do país, enquanto outras defendem que o Presidente foi, na realidade, coagido por soldados estadunidenses a assinar uma carta de renúncia antes de ser 'sequestrado' pelos mesmos e enviado à força para solo estadunidense. Para mais sobre essas versões contraditórias do ocorrido, ver (SEITENFUS, 2016, p. 111-113).

composição dos contingentes da Missão. A terceira subseção expõe as principais medidas tomadas pelas forças da MINUSTAH após o início da operação, além das mudanças no perfil de atuação da mesma após a ocorrência do terremoto em 2010.

3.2.1 Antecedentes ao envio da MINUSTAH

Em 29 de fevereiro de 2004, a pedido do Governo Provisório do Haiti, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação e envio de uma Força Multinacional Provisória para apaziguar a situação e evitar a eclosão de um possível novo golpe de Estado no país (S/RES/1529[2004]). Uma das medidas tomadas por essa Missão internacional foi o estabelecimento de um Conselho Tripartite – composto por um membro do *Fanmi Lavalas* (ex-situação), um membro da *Convergence Democratique* (oposição) e um representante da comunidade internacional – a quem caberia eleger um Primeiro Ministro provisório capaz de organizar novas eleições gerais no país (VALLER FILHO, 2007, p. 153). A noção já então subjacente à atuação da comunidade internacional no cenário haitiano era a de que a imposição de uma democracia liberal aos moldes ocidentais seria a solução ideal para a grave crise política, social e econômica então enfrentada pelo Haiti (SEITENFUS, 2016, p. 141).

É válido ressaltar que essa Força Multilateral Provisória consistiu na sétima missão internacional enviada ao Haiti em um período de menos de uma década de duração. Além das já mencionadas Missão Internacional Civil no Haiti (MICIVIH) e Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH) enviadas ao país durante o governo golpista de Raoul Cédras, durante os governos de Préval e de Aristide outras quatro operações de paz foram enviadas pela ONU ao Haiti, todas elas focadas no treinamento e capacitação da Polícia Nacional Haitiana (PNH). Nomeadamente, foram elas:

[A] Missão das Nações Unidas de Suporte ao Haiti (UNSMIH) [...]; a Missão das Nações Unidas para a Transição no Haiti (UNTMIH) [...] e a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), vigente até o início dos anos 2000 [...]. Entre 2000 e 2001, foi enviada também a Missão Internacional de Suporte Civil ao Haiti (MICAH), com o objetivo de consolidar os avanços de suas antecessoras na capacitação policial no Haiti. Porém, com o escalonamento dos conflitos no interior do país, a Missão acabou sendo cancelada (GUERRA; BLANCO, 2017, p. 265-266).

Não obstante, os esforços empreendidos por tais missões não resultaram em melhorias concretas. Conforme se viu anteriormente, ao longo do governo de Aristide, a força policial do país foi arbitrariamente instrumentalizada para a repressão de movimentos de

oposição à presidência (SEITENFUS, 2016, p. 125). Mesmo após a queda de Aristide e estabelecimento de um Governo Provisório no país, os índices de homicídios, sequestros, violência e criminalidade urbana continuaram exorbitantes, em especial na região metropolitana de Porto Príncipe (ibidem, p. 200). Diante desse cenário, ganhou força a narrativa de que a prioridade da presença das Nações Unidas no Haiti deveria ser garantir a segurança, inclusive com o uso de força militar, para só depois voltar-se para a reconstrução política, econômica e infraestrutural do país (SEITENFUS, 2016, p. 199). Como afirma Wladimir Valler Filho (2007, p. 159), a visão ortodoxamente corrente era a de que:

O cenário haitiano, degradado econômica, política e socialmente, carente em termos estruturais, só poderia ser revertido a partir da continuada presença de quadros técnicos externos e apoio financeiro. Pouco ou nada poderia ser feito sem que fosse garantido um mínimo de ordem pública, que promovesse a governabilidade. Sob o Governo transitório, a comunidade internacional seria convocada para fornecer tanto a cooperação quanto os recursos necessários ao soerguimento do Haiti e a presença da MINUSTAH viria a possibilitar a geração de um ambiente favorável para a inicial estabilidade das instituições públicas e a garantia das ações para a reestruturação do Estado (VALLER FILHO, 2007, p. 159).

Assim, em 30 de abril de 2004 o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (S/RES/1542[2004]). O objetivo da missão era conciliar tanto as diretrizes de promoção da democracia e revitalização econômica quanto as de provisão de maior segurança pública ao país.

3.2.2 Principais Características da MINUSTAH

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi então enviada para promover a ordem e a segurança pública no país, de modo a gerar um ambiente propício para a democratização e reconstrução econômica e infraestrutural haitiana. De maneira geral, a Missão tem o objetivo de “a partir de uma abordagem multidimensional, construir um quadro programático-institucional que garanta a revitalização e estabilidade política e econômica no Haiti” (GUERRA; BLANCO, 2017, p. 266). Sucintamente, a Resolução do CSNU n. 1542/2004 (p. 2-3) que deu origem à Missão prevê três áreas de atuação principais, com algumas diretrizes específicas presentes em cada uma delas:

(1) Ambiente Seguro e Estável: (a) promover a reorganização e treinamento da PNH; (b) priorizar atividades de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR); (c) atuar conjuntamente com as forças policiais do país para

prover ordem e segurança pública à população; (d) garantir a proteção e a livre circulação do pessoal internacional da ONU no país; (e) proteger civis sob perigo ou ameaça física iminentes.

(2) Processo Político: (a) promover princípios da governança democrática e desenvolvimento institucional; (b) auxiliar o Governo Provisório na tarefa de organizar e monitorar eleições municipais, parlamentárias e presidenciais o mais rápido possível; (c) estender a autoridade do Estado haitiano e fortalecer a ‘boa governança’ em níveis locais do país.

(3) Direitos Humanos: (a) auxiliar tanto o governo quanto instituições da sociedade civil a defender os direitos humanos no país, em especial no que concerne a mulheres e crianças; (b) monitorar e reportar a situação dos direitos humanos no Haiti, em conjunto com representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Para cumprir com tais tarefas, inicialmente o CSNU se compromete com o envio de uma tropa de 6.700 militares, 1.622 policiais civis da Polícia da ONU (UNPOL) e uma quantidade indeterminada de funcionários civis internacionais (S/RES/1542 [2004], p. 2). Outro elemento presente na Resolução é a necessidade de cooperação entre a ONU, OEA, CARICOM, outras organizações regionais, instituições financeiras internacionais e organizações não-governamentais para promover o desenvolvimento político, econômico e social do Haiti (idem, p. 4). De fato, além da forte presença das organizações internacionais mencionadas no país, verifica-se também a atuação de diversas agências do Sistema ONU – dentre as quais o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), UN-Habitat, ONU Mulheres, entre outros – além do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial e diversas organizações humanitárias não-governamentais (GUERRA; BLANCO, 2017, p. 266).

Para conseguir cumprir com as diretrizes propostas pelo CSNU, ao longo de sua atuação a MINUSTAH passa por um progressivo processo de aumento de seu tempo de mandato – inicialmente determinado para seis meses – e número de contingente. De fato, já no segundo relatório do CSNU acerca da missão, previa-se uma extensão do mandato por mais seis meses, com expressa intenção de posteriores prorrogações da permanência das tropas onusianas no país (S/RES/1576 [2004], p. 2). A partir do Relatório do CSNU n.

1608/2005, verifica-se também o progressivo aumento das forças militares e policiais da Missão. Sobre os desdobramentos desses processos, Gerard Le Chevallier (2011, p. 120, tradução nossa) sintetiza:

O mandato da MINUSTAH possui um escopo abrangente. Ele inclui o apoio ao processo político e às eleições, à manutenção da segurança e da ordem pública através do suporte operacional à Polícia Nacional Haitiana; ao desenvolvimento dos setores policial, judiciário e penal; assistência no fortalecimento das instituições estatais [...]; e ajuda na coordenação das atividades das agências da ONU no Haiti. A MINUSTAH é atualmente composta por 7.060 militares de 18 países, e 2.091 policiais de 39 países. A missão possui 522 funcionários civis internacionais (dos quais 34% são mulheres), 225 Voluntários das Nações Unidas e 1.206 empregados nacionais. Seu orçamento anual para 2007-2008 foi de US\$535 milhões. Seu orçamento para 2008-2009 foi de US\$601 milhões.⁶⁴

Quanto à composição das tropas militares, nota-se um protagonismo de países da América do Sul, responsáveis por cerca de 70% do total do contingente da Missão (SEITENFUS, 2016, p. 144). Nesse sentido, destacam-se a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Brasil, sendo este último o *force commander* da Missão – isto é, o país responsável pelo comando de seu componente militar (BIATO, 2011, p. 194; HEINE; THOMPSON, 2011, p. 252). De acordo com dados do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO) sistematizados por Ricardo Seitenfus (2016, p. 169), em 2013 o Brasil possuía 1670 soldados no Haiti, seguido do Uruguai (936), Argentina (569) e Chile (464). Somados, os demais países latino-americanos com tropas no país⁶⁵ contribuíam com um contingente de 982 soldados.

Apesar do protagonismo dos países sul-americanos no envio de tropas, a tomada de decisões acerca das intervenções no Haiti desde a década de 1990 até o delineamento das diretrizes da própria MINUSTAH se concentram nos Estados Unidos, França e Canadá (HEINE; THOMPSON, 2011, p. 11). De acordo com José Raúl Perales (2011, p. 175), a maior incidência desses países no processo de estabilização do Haiti se deve a fatores como a massiva imigração haitiana para seus territórios, as relações comerciais e financeiras com o país e o amplo volume de doações para a ajuda ao desenvolvimento haitiano, o que vincularia as condições de estabilidade do país diretamente aos ‘interesses

⁶⁴ “MINUSTAH’s mandate is large in scope. It includes support for the political process and elections; support for the maintenance of public safety and order through operational support to the Haitian National Police; support for police, justice and penal sector development; assistance with strengthening state institutions (especially outside of the capital, including border management); and help in coordinating the activities of the United Nations organizations in Haiti. MINUSTAH is currently comprised of 7,060 military personnel from 18 countries, and 2,091 police officers from 39 countries. The mission has 522 international civilians (of whom 34 per cent are female), 225 United Nations Volunteers and 1,206 national employees. Its annual budget for 2007–2008 stood at US\$535 million. Its budget for 2008–2009 was US\$601 million” (LE CHEVALLIER, 2010, p. 120).

⁶⁵ Peru, Guatemala, Bolívia, Paraguai, El Salvador, Equador e Colômbia (SEITENFUS, 2016, p. 160).

nacionais' estadunidenses, franceses e canadenses. Desde uma perspectiva de tom mais crítico, Ricardo Seitenfus (2016, p. 198) afirma que os EUA, a França e o Canadá atuam no Haiti de maneira intervencionista e voltada para interesses próprios, alheios aos da população haitiana, o que leva o autor a denominá-los como “Tridente Imperial”.

Levando-se em consideração a multiplicidade de atores envolvidos com a MINUSTAH e a composição das diretrizes de seu mandato – a um só tempo orientado para questões securitárias, de redemocratização e reconstrução institucional do país – é possível categorizá-la como uma operação de paz multidimensional orientada para um processo de *peacebuilding*, seguindo a caracterização apresentada no Capítulo 2. Tendo em vista essa pequena contextualização acerca das principais diretrizes e características centrais da MINUSTAH e seus componentes, cabe agora tecer algumas considerações acerca da atuação da Missão em terreno haitiano.

3.2.3 A atuação da MINUSTAH

Conforme se mencionou anteriormente, a MINUSTAH foi criada com o objetivo de primeiramente promover um ambiente de segurança e ordem pública no Haiti e, em seguida, contribuir para o processo de reconstrução política, social e econômica do país (VALLER FILHO, 2007, p. 157). Sendo assim, as primeiras tarefas desempenhadas pela Missão concerniam a atividades de patrulhamento e repressão normalmente atribuídas às forças policiais do país, à época incapazes de prover esse serviço adequadamente (SEITENFUS, 2016, p. 196). Mais especificamente, as tropas da MINUSTAH foram empregadas para a perseguição e desmobilização de gangues e facções criminosas diversas atuantes nas zonas periféricas da região metropolitana de Porto Príncipe (ibidem, p. 200). Paradigmática nesse sentido foi a incursão dos contingentes militares da Missão em *Cité Soleil* – maior favela do Haiti – com a utilização de tanques de guerra, helicópteros, armamento pesado e um saldo de aproximadamente 50 mortes de civis em nome da ‘pacificação’ da região (idem).

Após a realização de algumas ações estritamente securitárias nos primeiros meses de atuação, em meados de 2005 as forças da MINUSTAH passam a se orientar majoritariamente para o processo de promoção de eleições democráticas no país (SEITENFUS, 2016, p. 226). Como resultado, em 2006 ocorre o primeiro processo eleitoral sob o âmbito da Missão, contando com a participação de 63% da população e resultando na eleição de René Préval à presidência do Haiti (idem). Com a redemocratização, tem início

uma atuação mais forte das instituições financeiras internacionais (IFIs) – com ênfase para o FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial – em programas de alívio de débito e planejamento de reconstrução econômica do país (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 288). Em 2009, também com amplo apoio do pessoal civil da MINUSTAH, ocorrem em clima de normalidade as eleições para renovação do Senado e substituição do ocupante do cargo de Primeiro Ministro (SEITENFUS, 2016, p. 229). Mediante o cenário de sucesso das eleições e pacificação das zonas mais violentas do país, a MINUSTAH enfim começa a se orientar mais fortemente nas áreas de desenvolvimento econômico, programas sociais e reestruturação das instituições estatais – com ênfase para a reforma dos sistemas judiciário e penitenciário do Haiti (idem).

Porém, os incipientes avanços consolidados pela Missão são repentinamente revertidos devido à ocorrência de graves desastres naturais no território haitiano. Em 2008, a região norte do país foi atingida por quatro fortes furacões, deixando um saldo de aproximadamente 793 mortos, 310 desaparecidos, 150 mil desalojados e perdas equivalentes a US\$ 19 milhões (15% do PIB do país) (IDA, 2009, p. 3; USAID, 2008, p. 2). Ademais, em pleno processo de recuperação dos danos causados pelos furacões, o Haiti foi atingido por uma catástrofe natural de proporções intensamente mais graves. Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de escala 7.0 atingiu toda a região metropolitana de Porto Príncipe – a mais populosa do país – vitimando fatalmente cerca de 320 mil pessoas, ferindo outras 300 mil e deixando mais de 1,3 milhão de desabrigados (DESROCHES et. al., 2011, p. S1).

Além da destruição massiva de moradias provocada pelo terremoto, lugares essenciais para a vida pública do país foram completamente devastados, entre eles o Palácio Nacional, o Parlamento e o Palácio de Justiça, além de cerca de 180 prédios públicos da capital haitiana, incluindo universidades, escolar e hospitais (DESROCHES et. al., 2011, p. S2; SEITENFUS, 2016, p. 256). O terremoto atingiu justamente o “coração” do Haiti, onde se concentrava grande parte da população e aproximadamente 65% das atividades econômicas do país (SEITENFUS, 2016, p. 293). Logo, em um único dia o Haiti perdeu cerca de 120% de seu PIB e um terço dos funcionários do governo (idem). Além disso, o Hotel Christopher – sede do pessoal civil da ONU – também foi derrubado pelo sismo, decorrendo na morte de grande parte dos funcionários públicos internacionais atuantes na MINUSTAH (ibidem, p. 253).

No cenário imediatamente pós-terremoto, nota-se uma mudança no perfil de atuação da Missão. Inicialmente, os Estados Unidos tomam a decisão unilateral de militarizar todas as atividades de prestação de auxílio humanitário em curso no país, enviando suas

tropas do Comando Sul⁶⁶ para as ruas da capital haitiana (SEITENFUS, 2016, p. 254). A partir dessa medida, o controle direto sobre a intervenção humanitária no Haiti retorna gradativamente à alçada das potências do ‘Tridente Imperial’ (idem, p. 255). Beverley Mullings, Marion Werner e Linda Peake (2010, p. 283) apontam que o envio de tropas militares estadunidenses ao país foi motivado, primeiramente, por um ‘medo’ de que a instabilidade e o cenário caótico gerados pelo desastre fornecessem um cenário propício para a retomada do controle de gangues urbanas sobre parte do território de Porto Príncipe e aumento da criminalidade na região, retrocedendo na ordem pública construída pela MINUSTAH. Outro motivo apontado pelas autoras é a tentativa de contenção da população haitiana no interior do país, impedindo migrações massivas em direção aos EUA, Canadá e aos países europeus (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2011, p. 290).

Apesar da presença direta das tropas estadunidenses nos primeiros dias pós-terremoto, a grave situação enfrentada pelo Haiti após o desastre levou a um intenso fortalecimento da atuação da MINUSTAH no interior do país. Diante da destruição física dos principais prédios públicos do país, da morte de milhares de funcionários do governo e dos danos econômicos praticamente imensuráveis provocados pelo sismo, o governo de Préval solicitou ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a elaboração de um plano de reconstrução para o Haiti, a ser implementado com o protagonismo das forças civis e militares da Missão (SEITENFUS, 2016, p. 269). O órgão da ONU atendeu à solicitação, elaborando o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) (idem). Devido à insuficiência de recursos humanos, institucionais e financeiros do Estado haitiano, estabeleceu-se no Plano que os cerca de US\$ 14 bilhões a ser enviados para o Haiti entre 2010 e 2015 para financiar a sua ‘refundação’ – conforme acordado na Conferência de Doadores em Nova York, em março de 2010 – deveriam ser destinados e administrados pelas organizações internacionais tanto públicas quanto privadas atuantes no país, todas elas sob comando da MINUSTAH (ibidem, p. 271).

Ainda em março de 2010, o governo haitiano – com o auxílio das principais organizações internacionais atuantes no país – formulou o Plano de Ação para a Recuperação Nacional e Desenvolvimento do Haiti (PARDH, na sigla em francês), documento contendo as diretrizes centrais para a ‘refundação’ do país em quatro pilares fundamentais: territorial, econômico, institucional e social (BANCO MUNDIAL, 2015, p.1). O horizonte desse novo plano é ambicioso: concretizar uma cooperação entre o governo haitiano e a comunidade

⁶⁶ O Comando Sul (*Southcom*) é o ‘braço’ das Forças Armadas dos Estados Unidos responsável pelas operações nos países da América Latina e Caribe (excetuando-se o México e a Guiana Francesa) (HERZ, 2002, p. 97).

internacional que leve o Haiti a ascender da posição de um dos países mais pobres do mundo para o posto de ‘país emergente’ até o ano de 2030 (PARDH, 2010, p. 8). Tem início então o que Heine e Thompson (2011, p. 7) chamam de um “Plano Marshall”⁶⁷ para o Haiti, baseado em investimentos externos massivos para a reconstrução principalmente econômica e infraestrutural do país.

Desde a ocorrência do terremoto até meados de 2017, além do papel de epicentro das atividades de reconstrução do Haiti, as tarefas mais substantivas realizadas pela MINUSTAH foram o combate ao surto de cólera que se alastrou pelo país e a promoção de novas eleições presidenciais em 2010 e 2015. Quanto ao surto de cólera, destaca-se que foi perpetrado pelas próprias tropas da Missão, que a partir de então passou a incluir projetos de saneamento básico e construção de unidades de saúde especializadas no combate à doença entre suas tarefas centrais (SEITENFUS, 2016, p. 342-343; UN, 2016, p. 1-3). Com relação aos processos eleitorais, conforme se abordará mais adiante, foram marcados por instabilidades e controvérsias, denotando a falha dos esforços internacionais até o momento empreendidos para a redemocratização (SEITENFUS, 2016, p. 423-427). Evidentemente, tais resultados insatisfatórios – somados à até o momento insignificativa retomada do crescimento econômico do país – têm levado a uma série de críticas à atuação da MINUSTAH, desde diversas perspectivas e setores. Aqui, pretende-se avançar uma análise crítica a partir das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais.

3.3 A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH) SOB AS LENTES DA TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Finalmente, a presente seção traz uma análise da MINUSTAH à luz das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Para tanto, apresentam-se as principais diretrizes propostas pelo Sistema ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ao Haiti durante o período de vigência da Missão. Assim, pretende-se demonstrar o papel das organizações internacionais na perpetuação e legitimação ideológica de uma ordem mundial neoliberal, e especialmente a instrumentalização das operações de paz contemporâneas para esse fim. Destaca-se que, embora as propostas e sugestões feitas pelas OIs ao país nas esferas econômica, política e institucional sejam interseccionais, por motivos

⁶⁷ Plano de financiamento estadunidense à reconstrução dos países da Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 2014, p. 237).

didáticos optou-se pela distinção entre ambas em subseções específicas. Nesse sentido, a primeira subseção traz uma crítica às diretrizes propostas ao Haiti no contexto da MINUSTAH mais especificamente no eixo de governança econômica do país. A segunda, por sua vez, apresenta um enfoque no eixo político e institucional. Em ambas, procura-se apresentar as consequências negativas que as proposições feitas pelas organizações internacionais acarretam à maioria da população do Haiti.

3.3.1 As diretrizes da MINUSTAH na esfera econômica

A presença das instituições financeiras internacionais (IFIs) buscando formular diretrizes de reconstrução econômica para o Haiti sob o âmbito da MINUSTAH tem início em 2006, após a realização das primeiras eleições democráticas promovidas pela Missão (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 288). Nesse sentido, em 2006 o Banco Mundial publicou o documento *Social Resilience and State Fragility in Haiti: A Country Social Analysis*, uma tentativa de análise das causas estruturais da pobreza e dos conflitos haitianos e de esboço de medidas a serem adotadas para a superação desses problemas no país. Logo de início, o documento taxa o Haiti como um “Estado Falido”⁶⁸ atado a uma “armadilha conflito-pobreza” perpetuada pelos níveis de miséria, pela debilidade institucional e pelo altos índices de violência urbana verificados no país (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 1-3). Assim, seriam três os eixos centrais relacionados à debilidade do Haiti: (1) a situação demográfica e socioeconômica; (2) a capacidade institucional e (3) os atores políticos do país (ibidem, p. 67-68).

Quanto à situação demográfica e socioeconômica, o documento relata a pobreza e desigualdade generalizadas, a urbanização acelerada e não planejada pela qual passou o país e os altos índices de desemprego e criminalidade entre a população jovem haitiana (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 67). Um dos pontos ressaltados pelo relatório da instituição acerca desse eixo é que os altos índices de criminalidade na região metropolitana de Porto Príncipe são especialmente prejudiciais aos ‘negócios’ do Haiti (ibidem, p. 34). Isso porque as zonas periféricas caracterizadas pela maior incidência de gangues criminosas – como *Cité Soleil* e *Bel Air* – ficariam próximas do principal porto e aeroporto do país, e a

⁶⁸ Por “Estado Falido”, entende-se aquele incapaz de cumprir as tarefas e funções apontadas como fundamentais a todos os Estados, notadamente a prestação de bens e serviços básicos e garantia da segurança à população, exercício do monopólio legítimo sobre o uso da força, controle das fronteiras e provisão do estado de direito (HELMAN; RATNER, 1992, p. 3-5). Conforme se apontou no capítulo anterior, discursivamente o termo é utilizado para justificar intervenções externas em países pobres da periferia global (CHOMSKY, 2009, p. 7-8).

insegurança da área levaria a um aumento de custos das empresas com esquemas de segurança privada, além de frequentes roubos de mercadorias para extravio para o comércio ilegal como forma de financiamento desses grupos criminosos (*idem*). Assim, uma das medidas sugeridas pelo Banco Mundial (2006, p. 34) para a atenuação imediata desse problema é a presença de forças policiais internacionalmente reforçadas na região.

Já o eixo da capacidade institucional é apontado pelo documento como a raiz da “armadilha conflito-pobreza” no Haiti, país caracterizado pelo Banco Mundial (2006, p. 67) como marcado por instituições débeis, incapazes de prover bens e serviços básicos, segurança, lei e ordem infraestrutura de qualidade à sua população. A isso, o documento acrescenta que a corrupção e ingerência política excessiva nos setores judiciário e policial haitianos teria os tornado forças incapazes de mitigar a violência e criminalidade resultante dos altos índices de pobreza, especialmente nas áreas urbanas do país (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 67). Constrói-se uma narrativa na qual o Haiti é um país que – pelos altos índices de corrupção e ausência de tradição na prestação de serviços básicos à população – seria incapaz de melhorar as condições de vida de seus cidadãos e promover um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico (*ibidem*, p. 39).

Como resposta, sugere-se a transferência de recursos internacionais para o financiamento de provisão de bens públicos à população diretamente para ‘Provedores Não-Estatais’ (PNE) atuantes no país, dentre os quais as ONGs, empresas privadas, organizações religiosas, agências humanitárias e comunidades filantrópicas (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 44). Assim, o Estado ‘falido’ haitiano deveria ser ao menos provisoriamente substituído pelos PNE no atendimento às necessidades fundamentais da população, sendo estes apontados como entidades mais responsivas ao mercado, fornecedoras de serviços de maior qualidade, mais competitivos e mais eficientes que os estatais, além de menos suscetíveis a conflitos e mudanças políticas eventuais no país (*idem*). Ao Estado, portanto caberia a função de auxiliar na distribuição dos recursos internacionais, sem de fato exercer controle sobre eles, uma vez que “em Estados frágeis com capacidades e recursos limitados, os governos podem ser melhor empregados em atividades de facilitação e coordenação do que no engajamento com a provisão direta” de recursos (*idem*).⁶⁹

Logo, é possível verificar nos dois primeiros eixos sugeridos pelo Banco Mundial a proposição de possíveis soluções para os problemas socioeconômicos estruturais do Haiti a partir do empoderamento dos agentes privados e esvaziamento do poder público.

⁶⁹ “In fragile states with limited resources and capacity, governments may be better placed to facilitate and coordinate than to engage in direct provision” (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 44).

Desde uma perspectiva da Teoria Crítica das Relações Internacionais, constata-se que tal proposição se dá tendo como base aquilo que Michael Pugh (2005, p. 34) chama de “objetificação das sociedades devastadas por conflitos”, que consiste no apontamento destas sociedades como “falidas”, incapazes de governar a si próprias e, portanto, carentes de intervenções por atores externos. A partir dessa objetificação, abre-se margem para o protagonismo de atores transnacionais privados que, como apontam Paris (2002, p. 639-641) e Pugh (2004, p. 54), tendem a ter sua atuação em cenários pós-conflito alinhada com a aplicação das diretrizes da paz liberal e, conseqüentemente, disseminação e legitimação ideológica de uma ordem mundial neoliberal. Em seus estudos, Keir Forgie (2014, p. 63-64) corrobora com essa perspectiva ao indicar que grande parte das ONGs presentes no Haiti apresentam uma agenda política e econômica alinhada aos interesses de seus financiadores, atuando no sentido de tornar o país um polo favorável aos fluxos transnacionais de capital.

O sociólogo haitiano Franck Seguy (2014, p. 261-262) faz uma análise em sentido semelhante, apontando que as ONGs internacionais são as principais receptoras das doações feitas ao Haiti, e que atuam no sentido de identificar áreas de precariedade no país – infraestrutura, saúde, saneamento, gestão ambiental etc. – e formular “projetos de desenvolvimento” voltados para essas áreas. A concretização desses projetos, porém, é geralmente concedida às mesmas empresas transnacionais que fundam ou financiam essas ONGs, e assim lucram e enriquecem com os programas de “ajuda humanitária” formulados por elas (idem). A isso, tanto Seguy (2014, p. 298) quanto Seitenfus (2016, p. 323) acrescentam a falta de transparência e *accountability* das ONGs atuantes no Haiti com relação à obtenção e destinação de seus recursos. Nota-se, portanto, que a transferência de atividades do Estado para as ONGs recomendada pelo Banco Mundial (2006, p. 44) decorre no empoderamento de atores privados externos em detrimento do enfraquecimento das capacidades públicas haitianas e da deterioração do controle da população do país sobre partes importantes de seu futuro social, econômico e político (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 288; SEITENFUS, 2016, p. 321).

Já no terceiro eixo do documento publicado pelo Banco Mundial (2006, p. 60-65), referente aos atores políticos do Haiti, enfatiza-se o cenário de instabilidade e violência política vivenciado pelo país desde a ditadura dos Duvalier até a renúncia de Aristide em 2004. A conclusão apresentada pelo documento é que a debilidade institucional do Haiti – incapaz de prover sistemas efetivos de justiça e mecanismos de freios e contrapesos eficazes – compele os atores políticos a se envolverem em atividades ilícitas e atos violentos para afirmar suas posições de poder (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 68). Outro elemento

identificado pela instituição é a existência de uma elite econômica que historicamente criou um ‘Estado predatório’ no Haiti, cujo aparato é orientado em prol de seus interesses particulares às custas da maioria da população (ibidem, p. 39). Diante desses pontos problemáticos, a solução para a “armadilha conflito-pobreza” que assola o país seria a construção de um estado de direito funcional – capaz de prover segurança, lei e ordem no Haiti – condição essencial para a atração dos investimentos do setor privado essenciais para o crescimento econômico e desenvolvimento do país (ibidem, p. 53).

Verifica-se, portanto, a transferência da responsabilidade pela instabilidade e pobreza do Haiti unicamente para a elite econômica nacional do país, sem que haja a consideração dos vínculos históricos das elites mulatas haitianas com as elites econômicas transnacionais. Trata-se de uma característica própria das diretrizes do eixo econômico das operações de *peacebuilding* liberal que, conforme ressalta Michael Pugh (2005, p. 32-33), tendem a ignorar a violência estrutural sistemicamente inerente à economia global capitalista.

Para o autor:

O raciocínio que orienta a determinação de regras e modelos para o desenvolvimento das sociedades que irão libertá-las das chamadas ‘armadilhas de conflito’ [...] atribui a disfuncionalidade econômica a estas próprias sociedades [...] mais do que a quaisquer preceitos, estruturas e condicionalidades geradas por expressões do poder capitalista e da ‘governança global’ (PUGH, 2005, p. 24, tradução nossa).⁷⁰

Nesse sentido, conforme exposto na primeira seção deste capítulo, uma compreensão mais abrangente dos fenômenos políticos, econômicos e sociais históricos do Haiti necessariamente passa pela consideração das relações intrínseca entre as suas elites nacionais – que frequentemente solicitaram intervenções externas para garantir a manutenção de seus privilégios – e as elites internacionais – que apoiaram intervenções por parte de seus respectivos Estados no Haiti (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 292-293). Outro fator que deve-se considerar é como essas relações se dão inevitavelmente de acordo com fatores próprios do sistema capitalista global, como o perfil imperialista das potências centrais e a posição dependente do Haiti na divisão internacional do trabalho, como lembra Franck Seguy (2014, p. 174).

Por desconsiderar essa dimensão mais holística, atribuindo as mazelas do país unilateralmente a suas elites nacionais, o Banco Mundial (2006, p. 53) acaba por reforçar em

⁷⁰ “The rationale for determining rules and frameworks for the development of societies that will release them from so-called ‘conflict traps’ [...] attributes economic dysfunctionality to societies [...], rather than to any dysfunctional economic precepts, structures and conditionalities generated by expressions of capitalist power and ‘global governance’” (PUGH, 2005, p. 24).

suas recomendações a inserção indiscriminada do Haiti no mesmo sistema que historicamente contribui para os altos índices de pobreza e recorrência de conflitos enfrentados pelo país desde a sua independência. Tal fator permite a identificação na MINUSTAH do perfil de “solução de problemas” que Ian Taylor (2010, p. 169-170), Michael Pugh (2004, p. 40) e Oliver Richmond (2008, p. 127) identificam como próprio das operações de *peacebuilding* orientadas pela paz liberal.

Em 2008, já com o respaldo do diagnóstico feito pelo Banco Mundial, o FMI publica seu primeiro *Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper* sob o âmbito da MINUSTAH. O documento identifica três desafios centrais para a revitalização do Haiti: (1) a adequação do país aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Odm); (2) a criação de uma economia competitiva e moderna; (3) a modernização do Estado e o remodelamento do sistema de administração pública do país (FMI, 2008, p. 11). Para tanto, prevê-se uma proposta de atuação da em duas fases. A primeira, abrangendo o triênio 2007-2010, consistiria em realizar ajustes monetários e fiscais para manter o equilíbrio das contas do Haiti, bem como em realizar a revitalização de setores estratégicos para uma inserção competitiva do país no mercado internacional, tais como a agricultura, o sistema de transportes, de energia e de telecomunicações (*idem*). A segunda, prevista para durar de 2010-2015, seria orientada para tornar o país ainda mais atrativo para investimentos nos setores econômicos estratégicos, como o agrícola, agroindustrial, de turismo e no subsetor têxtil da indústria manufatureira (*idem*).

Quanto a esse último subsetor, cabe fazer uma breve contextualização. Conforme relata Franck Seguy (2014, p. 67-68), em 2006 o Congresso dos Estados Unidos aprovou o *Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act* (HOPE), projeto de lei que concedia preferência comercial à produção industrial têxtil vinda do Haiti, de modo a promover a especialização do país neste nicho específico do mercado internacional. Seguindo essa mesma linha, em 2008 os EUA aprovaram o *Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act II* (HOPE II), garantindo a isenção de impostos para exportações têxteis haitianas destinadas ao país, maior mercado mundial nesse setor (HEINE; THOMPSON, 2011, p. 8). As diretrizes econômicas propostas pelos EUA ao Haiti a partir dessas duas leis ressaltam duas das ‘vantagens comparativas’ haitianas: a proximidade geográfica com os Estados Unidos e a mão de obra extremamente barata encontrada no país (SEGUY, 2014, p. 83). É com base nessa lógica que o setor têxtil passa a ser apontado como uma das áreas estratégicas a ser priorizadas nas tentativas de revitalização econômica projetadas pelas IFIs sob o âmbito da MINUSTAH.

De acordo com evidências apresentadas pelo próprio Seguy (2014, p. 91), a implementação de zonas francas industriais orientadas para o setor têxtil beneficia majoritariamente empresas de capital externo atuantes no Haiti, principalmente estadunidenses, dominicanas e sul-coreanas. Ademais, esse processo se dá às custas de uma superexploração da mão de obra haitiana, de maneira prejudicial aos setores mais pobres da população do país (idem). Sob as lentes da Teoria Crítica, em especial nas contribuições de Ian Taylor (2010, p. 156-158), nota-se nesse processo a instrumentalização de uma operação de *peacebuilding* contemporânea para legitimar e favorecer a expansão do capitalismo neoliberal, de maneira favorável às forças sociais dominantes em seu interior, conforme se verifica nas vantagens concedidas ao capital externo pelas diretrizes propostas ao Haiti pelo FMI (2008) no contexto da MINUSTAH.

Voltando ao documento do FMI, ressalta-se que as diretrizes propostas no setor agrícola são orientadas para a produção em larga escala voltada para a exportação, ignorando-se e mesmo propondo a substituição da agricultura de subsistência e familiar do país por técnicas de mecanização e aumento da produtividade no campo (FMI, 2008, p. 33-34). Destaca-se ainda que a industrialização proposta no documento deveria ser sustentada por investimentos privados e orientada para a exportação, mais que para o consumo interno (idem, p. 37). Sugere-se inclusive a privatização do setor de transportes para assegurar um escoamento eficiente das mercadorias em direção ao mercado internacional (ibidem, p. 36). Assim, o documento propõe que:

Para alcançar índices de crescimento suficientes para induzir a um notável declínio da incidência de pobreza, será essencial prover incentivos adequados para os produtores operando no mercado haitiano, bem como para os trabalhadores, para encorajá-los a melhorar a sua produtividade. Em um contexto de crescente liberalização do comércio internacional, aumentar a produtividade de setores estratégicos na economia é uma condição imperativa para fomentar a competitividade de produtos manufaturados no Haiti e serviços oferecidos pelo país (FMI, 2008, p. 72-73, tradução nossa).⁷¹

Para tanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) sustenta que a função primordial do governo haitiano deve ser a de garantir as condições favoráveis para que a iniciativa privada atue para tornar o país mais competitivo (FMI, 2008, p. 73). Assim, caberia ao governo contribuir com medidas como a provisão de infraestrutura básica, o aumento da produtividade das forças produtivas, o fornecimento de recursos humanos qualificados e a

⁷¹ To achieve growth rates likely to induce a notable decline in the incidence of poverty, it will be essential to provide adequate incentives to producers operating on the Haitian market as well as to workers to encourage them to improve their productivity. In a context of increased liberalization of international trade, increasing the productivity of stakeholders in the economy is imperative as a condition for enhancing the competitiveness of products manufactured in Haiti and services offered from Haiti” (FMI, 2008, p. 72-73).

concessão de créditos e incentivos fiscais a empresas nacionais e estrangeiras interessadas em investir no país (idem). Em suma, o objetivo central do setor público deve ser criar um ambiente favorável para os investimentos do setor privado, ator protagonista do crescimento econômico haitiano, em uma perspectiva sobretudo orientada para a exportação (idem).

Aqui, é possível verificar algumas das diretrizes econômicas apontadas por Michael Pugh (2005, p. 34-35) como características das operações de *peacebuilding* orientadas pela paz liberal. Dentre elas, destacam-se a crença no empreendedorismo privado e na inserção indiscriminada na economia internacional como principais motores para o desenvolvimento econômico, bem como a orientação dos recursos públicos exclusivamente para criar condições favoráveis a investimentos privados (idem). Também é possível analisar esse processo a partir das contribuições de Robert Cox (1999, p. 9-12) acerca da forma de Estado e de organização da produção próprias da ordem mundial neoliberal contemporânea. Nesse sentido, aponta-se que as diretrizes propostas pelo FMI (2008, p. 72-73) sob o âmbito da MINUSTAH avançam uma forma de configuração do Estado enquanto “agência da economia global” (COX, 1999, p. 12), isto é, favorável ao ajuste das políticas econômicas nacionais haitianas às demandas da economia mundial. Na esfera da organização da produção, as recomendações do FMI (2008) reforçam um modelo de inserção econômica internacional do Haiti próprio dos países periféricos na ordem mundial atual, baseado – como ressalta Cox (1999, p. 12) – na provisão de mão de obra barata e concessão de condições favoráveis à exploração pelo capital externo.

Tal orientação mercadológica, voltada para uma tentativa de inserção competitiva na economia internacional e para o protagonismo do setor privado, também se verifica em documento publicado pela Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), braço do Banco Mundial especificamente voltado para o financiamento de projetos em ‘países de baixa renda’⁷². No relatório *IDA at Work – Haiti: Restoring Hope, Delivering Credibility*, que tem como objetivo central prover ao governo haitiano uma referência para a coordenação das políticas no setor econômico, a IDA (2009, p. 2-3) destaca as condições favoráveis providas pelo HOPE II ao Haiti, indicando que a proximidade geográfica com os EUA e os “custos de trabalhos competitivos” (leia-se baixos) haitianos deveriam ser incentivados pelo governo. Em síntese, a instituição reforça a necessidade de se atrair a presença de atores privados internacionais não só para realizar investimentos no país, mas também para auxiliar

⁷² A categoria ‘Low Income Countries’ (LIC) é utilizada pelo Banco Mundial para se referir a países cuja renda nacional bruta per capita é igual ou inferior a US\$ 1005 (BANCO MUNDIAL, 2016 – Página Web).

na provisão de serviços básicos como a saúde e a educação⁷³ (ibidem, p. 8).

Em 2010, a destruição causada pelo terremoto teve graves consequências econômicas, exigindo novos esforços do governo e da comunidade internacional para promover a revitalização do país. Conforme se mencionou anteriormente, como resposta a esse cenário o governo haitiano, apoiado pelas principais organizações internacionais atuantes no Haiti, elaborou o Plano de Ação para a Recuperação Nacional e o Desenvolvimento do Haiti (PARDH), documento contendo as diretrizes centrais para a ‘refundação’ do país em quatro pilares fundamentais: territorial, econômico, institucional e social. O eixo institucional será mais cuidadosamente analisado na seguinte subseção. Os eixos social, econômico e territorial convergem em buscar a promoção de uma inserção competitiva do Haiti na economia internacional protagonizada pelo setor privado, de modo a gerar empregos capazes de reduzir os índices de pobreza no país e de promover o processo de desenvolvimento nacional haitiano (GOVERNO DO HAITI, 2010, p. 5).

Nesse sentido, uma das diretrizes centrais do eixo de reconstrução territorial é a criação de “polos de desenvolvimento” em torno das principais cidades de país, de modo a promover uma “descentralização” econômica com relação à capital Porto Príncipe (GOVERNO DO HAITI, 2010, p. 17). Tais polos de desenvolvimento devem se tornar zonas industriais, epicentros de massivos investimentos privados nacionais e estrangeiros (idem). Ao Estado, cabe promover esse processo através da concessão de incentivos fiscais e do financiamento da construção da infraestrutura necessária para a produção e exportação dos bens industriais (idem). No que tange à exportação, o documento prevê a construção de novos portos e aeroportos internacionais, devendo ser preferencialmente financiados por parcerias entre o setor público e privado (ibidem, p. 14-15).

No eixo econômico do documento, observa-se uma clara assimilação das diretrizes propostas pelas IFIs desde o início de sua atuação sob o âmbito da MINUSTAH. Quanto ao papel do Estado e do setor privado, por exemplo, o documento traz que:

A renovação econômica é baseada em uma próxima contribuição entre o setor privado, que será o motor da riqueza, e o Estado, que tomará todas as medidas necessárias para prover o Haiti com um marco legal e regulatório que possa alcançar as exigências de um país moderno aberto para os investimentos. O Estado também

⁷³ Quanto à presença do setor privado na área da educação, o Banco Mundial (2006, p. 44) reporta que entre os 20 países mais pobres do mundo, o Haiti é o único que possui mais de metade das suas crianças matriculadas em escolas não-estatais – 92% das escolas haitianas são privadas. Na área da saúde, estima-se que 70% dos atendimentos médicos no Haiti sejam feitos por ONGs, que cobram pequenas taxas pelos serviços prestados. Ressalta-se que, apesar do baixo valor destas taxas, a existência das mesmas inviabiliza o acesso ao atendimento médico para uma significativa parcela da população em condição de miséria (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 45-46).

tornará disponível o serviço de infraestrutura necessário para estimular esses investimentos (GOVERNO DO HAITI, 2010, p. 22, tradução nossa).⁷⁴

Desse modo, as recomendações apresentadas pelo próprio governo do Haiti no PARDH são paradigmáticas no sentido da evidenciação do papel hegemônico exercido pelas organizações internacionais na análise da Teoria Crítica das Relações Internacionais (COX, 2007, p. 119). Como destacam Robert Cox (2007, p. 120) e Stephen Gill (1995, p. 412), as diretrizes políticas e econômicas propostas pela organizações internacionais tendem a ser cristalizadas no ordenamento interno dos Estados submetidos a elas, de modo a consolidar e legitimar as práticas e ideologias favoráveis à ordem mundial hegemônica e às forças sociais dominantes em seu interior. Nesse sentido, Ian Taylor (2010, p. 159) acrescenta que as sociedades em situação pós-conflito são especialmente vulneráveis a essa adequação às recomendações feitas pelas organizações internacionais, sendo as operações de paz contemporâneas uma das ferramentas centrais para a disseminação de uma ordem mundial neoliberal. Tal relação se verifica na assimilação pelo governo haitiano das diretrizes liberalizantes, em especial no que diz respeito ao papel do Estado e à forma de organização da economia, propostas principalmente pelas IFIs no contexto da MINUSTAH.

Ainda no eixo econômico, o PARDH traz algumas recomendações a respeito da produção agrícola do Haiti, que emprega cerca de 50% da população do país (GOVERNO DO HAITI, 2010, p. 22). Nesse âmbito, prevê-se a superação do caráter majoritariamente de subsistência e familiar da agricultura em favor da “modernização” e industrialização do campo, visando principalmente a produção de alimentos para exportação (idem). Ademais, o documento determina que tanto no setor agrícola quanto na industrialização do Haiti, os investimentos privados deverão ter prioridade (ibidem, p. 26). Nesse sentido, o PARDH apresenta uma compreensão de que:

[A ascensão do Haiti à posição de ‘país emergente’ até 2030] só irá acontecer se um diálogo fortalecido entre instituições públicas e o setor privado ganhar espaço, onde o setor privado deve ter uma maior participação na tomada de decisões, incluindo na criação e administração dos polos de desenvolvimento (GOVERNO DO HAITI, 2010, p. 27, tradução nossa).⁷⁵

No ano de 2012, o FMI lança o *Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper* –

⁷⁴ “The economic renewal is based on the close collaboration between the private sector, which will be the engine of wealth, and the State, which will take all the necessary measures to provide Haiti with the legal and regulatory framework that can meet the requirements of a modern country open to investments. The State will also make available the necessary service infrastructure to stimulate these investments” (PARDH, 2010, p. 22).

⁷⁵ “This will only happen if a strengthened dialogue between public institutions and the private sector takes place where the private sector has a bigger participation in decision-making, including in the creation and management of the development centers” (PARDH, 2010, p. 27).

Progress Report, documento no qual a instituição manifesta seu apoio aos quatro eixos de reconstrução do Haiti propostos pelo PARDDH (FMI, 2012, p. 2). No relatório, nota-se a continuidade das recomendações para que o país foque seu processo de revitalização e crescimento econômicos na indústria manufatureira têxtil, com ênfase para a tentativa de atração de investimentos diretos do setor privado internacional (ibidem, p. 49-50). Aponta-se ainda a debilidade infraestrutural dos portos, aeroportos, rodovias, redes de fornecimento de eletricidade e telecomunicações do país, recomendando-se a privatização desses setores, preferencialmente com um protagonismo do capital externo (ibidem, p. 51). Uma vez mais, ressalta-se que a estratégia de crescimento e desenvolvimento econômico do Haiti deve estar voltada para a inserção do país na lógica de competitividade do mercado internacional (idem). Por fim, o documento sustenta que a inclusão da população haitiana no mercado de trabalho – especialmente como mão de obra industrial – seria a melhor estratégia possível para o combate à pobreza no país (ibidem, p. 71).

Seguindo essa linha de recomendações, o *Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper* lançado pelo FMI em 2014 sustenta que o objetivo de tornar o Haiti um país emergente até o ano de 2030 e torná-lo um ator competitivo no mercado internacional só seria possível a partir de medidas orientadas para a atração de investimentos externos diretos conduzidos pelo setor privado na economia haitiana (FMI, 2014, p. 47). Ao Estado, caberia a elaboração de políticas públicas e marcos jurídicos que garantam um ambiente atrativo para os ‘negócios’ no país (idem). Ademais, deve-se garantir a abertura do sistema financeiro aos investimentos privados, modernização da agricultura e o fomento à indústria têxtil orientada para a exportação enquanto atividades centrais na economia do Haiti (ibidem, p. 58). O documento ainda recomenda fortemente a privatização de portos, aeroportos, sistemas de coleta de lixo, provisão de água potável, energia e telecomunicações, uma vez que tal medida permitiria ao governo haitiano focar seus recursos em esforços para tornar o país mais atrativo aos fluxos de investimentos externos (ibidem, p. 87).

Ambos os documentos publicados pelo FMI no contexto pós-terremoto apresentam características indicadas por perspectivas da Teoria Crítica como típicas da atuação econômica das organizações internacionais envolvidas com operações de paz. Destaca-se aqui, por exemplo, o apontamento da ordem econômica capitalista neoliberal como uma “lei natural” inquestionável e imutável (DUFFIELD, 2001, p. 34). Daí decorre a proposição de que a única possibilidade de desenvolvimento para países devastados por conflitos, como o Haiti, seria a inserção racional nesta ordem econômica, de maneira orientada para o empreendedorismo e para o lucro e protagonizada majoritariamente por

atores do setor privado nacional e internacional (PUGH, 2005, p. 33). Assim, modelos alternativos ao “Estado enquanto agência do mercado” (COX, 1999, p. 12) e à integração liberal à economia global são automaticamente descartados pelas diretrizes de governança propostas via operações de paz (PUGH, 2005, p. 34; TAYLOR, 2010, p. 170).

Um dos resultados desse entendimento é a promoção indiscriminada de privatizações, processos centrais na cartilha neoliberal que, como sustenta Bas Boselie (2011, p. 42), historicamente têm levado à transferência das decisões sobre setores estratégicos da economia haitiana – como o infraestrutural e o alimentar – para o controle de corporações multinacionais, que também concentram os lucros e riquezas advindos das atividades nesses setores. Verifica-se nesse processo o apontamento de Ian Taylor (2010, p. 170) e Michael Pugh (2005, p. 25) de que o modelo econômico liberal proposto pelas operações de *peacebuilding* contemporâneas tende, em última instância, a deflagrar um processo de erosão das capacidades estatais em sociedades pós-conflito em prol do empoderamento de atores privados transnacionais. Especificamente no caso do Haiti, Keir Forgie (2014, p. 58-59) contribui ao propor o termo “capitalismo de desastre”, indicando como a catástrofe do terremoto haitiano possibilitou uma maior ingerência da MINUSTAH no país no sentido de promover um rápido e intenso processo de privatização e “neoliberalização” do Haiti, processo este avançado principalmente pelo FMI e pelo Banco Mundial.

A participação das organizações internacionais na perpetuação e legitimação da ordem mundial hegemônica, aqui especificamente através das operações de paz, também se verifica no *Haiti: Towards a new narrative – Systematic Country Diagnostic*, documento publicado pelo Banco Mundial sob o âmbito da MINUSTAH em 2015. De maneira semelhante ao relatório da instituição em 2006, o documento faz uma análise de algumas possíveis causas estruturais dos problemas de pobreza do Haiti, novamente atribuindo-os à ineficiência do Estado, à corrupção de seus dirigentes e à existência de uma elite econômica “concentradora” das atividades privadas haitianas e descomprometida com o combate às mazelas sociais do país (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 2-11). Mais uma vez, a solução sugerida para resolver essa problemática se dá através da inserção do Haiti na lógica de mercado, protagonizada por atores privados:

Atividades econômicas privadas são o motor para um crescimento mais rápido e inclusivo. Atividades econômicas privadas mais vibrantes serão críticas para criar melhores oportunidades para escapar da pobreza. [...] De maneira geral, o ambiente de negócios deve ser tornado mais favorável. Todas as partes interessadas, incluindo o governo, o setor privado estabelecido e os doadores devem concordar e aderir a uma estratégia de desenvolvimento do setor privado consistente e abrangente, para maximizar o papel positivo do setor privado ao canalizar os investimentos em

setores produtivos e viáveis para criar empregos e gerar renda (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 63).⁷⁶

O documento defende ainda que o foco da revitalização econômica do Haiti deve se dar através do aproveitamento das vantagens comparativas que o país apresenta no setor de manufaturas leves, a têxtil em especial (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 41). Reconhece-se ainda que, devido aos custos gerados pela debilidade infraestrutural haitiana, para garantir a competitividade do país nesse setor é necessário, ao menos provisoriamente, manter os salários dos trabalhadores em um nível baixo (idem). No ramo da agricultura, o Banco Mundial (2015, p. 42, tradução nossa) sustenta que “o potencial agrícola do Haiti [...] deve ser transformado em agronegócio comercial”⁷⁷. Nessa lógica, o fato de a maioria da produção ser mantida em pequenas propriedades, geralmente para subsistência, é visto como um empecilho, uma característica negativa que deve ser removida para promover o desenvolvimento do país (idem). Assim, em consonância com as diretrizes presentes no PARDH e no último relatório do FMI, o documento defende que os esforços para a resolução dos problemas de pobreza e inequidade no Haiti devem se concentrar na geração de emprego, a ser concretizada através da retirada dos trabalhadores agricultores do campo e inserção dos mesmos em atividades urbanas, notadamente como mão de obra industrial (ibidem, p. 27-28).

Sobretudo nessa diretriz, é possível observar precisamente a afirmação de Paul Cammack (2006, p. 1-5) ao indicar as operações de paz contemporâneas como ferramentas centrais para a disseminação das relações e disciplinas sociais e das instituições e modos de governança fundamentais do sistema capitalista global em direção aos países periféricos devastados por conflitos. Franck Seguy (2014, p. 91) traz uma análise mais detalhada da incidência desse processo no Haiti, apontando a implementação das zonas francas industriais orientadas para o setor têxtil – os “polos de desenvolvimento” previstos nos documentos e relatórios do Governo do Haiti, do FMI e do Banco Mundial – culminaram na expropriação massiva de terras cultivadas por populações campesinas, em prol da criação de parques industriais benéficos ao capital transnacional. Para o autor, as recomendações de “geração de empregos” as propostas de “modernização do campo” e “liberação da mão de obra rural para atividades urbanas” – feitas pelo Banco Mundial em seus relatórios de 2006 e 2015 –

⁷⁶ “**Private economic activities are the engines for faster and more inclusive growth.** More vibrant private economic activities will be critical to create greater opportunities to escape poverty. [...]. More generally, the business environment should be made more favorable. All stakeholders, including the government, the established private sector, and donors, should agree and adhere to a consistent and comprehensive private sector development strategy to maximize the positive role of the private sector in channeling investment into viable and productive sectors to create jobs and generate income” (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 63).

⁷⁷ “Haiti’s agricultural potential has [...] to translate into commercial agribusiness” (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 42).

promovem uma intensificação da expansão do modo de produção capitalista por todo o país, assimilando forçosamente parcelas da população historicamente caracterizadas por modos de produção essencialmente “não capitalistas” (uma vez que baseados na troca e na subsistência) majoritários no Haiti (ibidem, p. 93).

Percebe-se nesse processo uma materialização da afirmação de Paul Cammack (2003, p. 44) de que as diretrizes das organizações internacionais para os países periféricos tendem a exigir que a maioria da população destes países não tenha outra forma de subsistência além da venda da força de trabalho no mercado salarial e que a competição capitalista seja livremente exercida, fatores que geralmente levam os salários a abaixar para o nível de subsistência, de modo favorável às forças de mercado e especialmente danosa às camadas mais pobres da população. As propostas de ‘geração de emprego’ e ‘inserção competitiva no mercado internacional’ feitas ao Haiti, portanto, consistem na implementação forçosa de uma transição da acumulação primitiva para a acumulação capitalista⁷⁸ no país, de modo a inseri-lo nas regras de uma economia capitalista mundial neoliberal (idem). Ao analisar processos semelhantes no cenário internacional, Noam Chomsky (2009, p. 47) sustenta que “na prática, a dependência a longo prazo será aumentada e ‘empregos’ é o termo técnico utilizado para furtar-se ao uso da vulgar palavra de cinco letras ‘lucro’”.

Em síntese, a análise a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais das diretrizes propostas pelas organizações internacionais responsáveis pelo que aqui chamamos de “eixo econômico” da MINUSTAH, notadamente o FMI e o Banco Mundial, permite a verificação do viés de perpetuação e legitimação de uma ordem mundial hegemônica neoliberal presente nas operações de *peacebuilding* contemporâneas. Notam-se, por exemplo, as características que Pugh (2005, p. 25-30) propõe para a identificação desse viés, a saber, as propostas de inserção do Haiti na economia capitalista global; a redução da gestão do Estado na economia; a orientação para a privatização de bens públicos haitianos e a busca por fluxos de investimentos privados externos enquanto elementos fundamentais para promover o desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, o modelo de Estado “mínimo” pró-mercado e a inserção econômica dependente em uma organização da produção capitalista fragmentada e transnacionalizada previstos por Robert Cox (1981, p. 145-148; 1999, p. 9-12) como próprios da ordem mundial neoliberal são avançados no Haiti por intermédio das organizações internacionais atuantes na MINUSTAH. Observa-se assim a afirmação de Cammack (2006, p.

⁷⁸ Para uma explicação mais completa sobre os termos “acumulação primitiva” e “acumulação capitalista” ver, por exemplo, (BOTTOMORE, 1988, p. 1-4)

6) de que as operações de paz são ferramentas fundamentais para a disseminação dos valores e imperativos capitalistas para os países periféricos, fomentando a criação de mercados abertos para a penetração pelo capital transnacional e a capacitação de novos contingentes de trabalhadores baratos disponíveis para a exploração por esse capital. Sobre esse processo, Ricardo Seitenfus (2016, 306) afirma:

A ideia [da MINUSTAH] consiste em transformar o Haiti em uma Taiwan caribenha – *maquilladoras*, indústria do vestuário, turismo, call centers – seriam os nichos a explorar e que deveriam orientar a nova cooperação. O Haiti e suas particularidades pouco contam. Mais do que esperança, há a certeza de que os nativos logo se curvarão diante dos esquemas impostos pelos tecnocratas da *Harvard Business School*. **O Haiti deverá inserir-se nos parâmetros da eficiência capitalista** (SEITENFUS, 2016, p. 306, tradução nosso, grifo nosso).⁷⁹

Destaca-se ainda que as diretrizes econômicas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial no âmbito da MINUSTAH resultam em graves consequências negativas para a população do Haiti, conforme se verifica em alguns dados socioeconômicos do país. Nesse sentido, embora tenha havido um ligeiro aumento do Produto Interno Bruto (PIB) haitiano de US\$12,05 bilhões em 2004 para US\$18,75 bilhões em 2015 e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,455 para 0,493 entre 2005 e 2015 (PNUD, 2016, p. 3), percebe-se no mesmo período a intensificação das desigualdades sociais no interior no país. De fato, entre os anos de 2001 e 2012 o índice de Gini⁸⁰ do Haiti aumentou de 59,2 para 60,8 (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 21). Em 2012, o 1% mais rico do país vivia com cerca de 50 vezes mais recursos que a soma dos 10% mais pobres, índice que situa o Haiti enquanto país mais desigual de toda a América Latina (ibidem, p. 22). Ainda de acordo com dados do Banco Mundial (2015, p. 22), também em 2012, 59% da população estava na linha da pobreza e cerca de 24% vivia na pobreza extrema; cerca de 6,3 milhões de haitianos não conseguiam suprir suas necessidades básicas, e 2,5 milhões não conseguiam sequer suprir as necessidades alimentares (idem). Os índices de desemprego chegava a 27%, e dos empregados cerca de 80% recebiam menos que o salário mínimo estabelecido por lei (SCOT; RODELLA, 2016, p. 17).

Evidentemente, tais processos e resultados não são aceitos passivamente pela totalidade da população haitiana. De fato, existem movimentos sociais organizados de

⁷⁹ “La idea consistía en transformar a Haití en un *Taiwán caribeño*: *maquilladoras* (zonas francas industriales), industria de vestimenta, turismo, *calls centers*, serían los nichos para explotar y que deberían orientar la nueva cooperación. Haití y sus particularidades poco contaban. Más que esperanza, existe certeza de que los nativos pronto se doblegarán frente a los esquemas impuestos por los tecnócratas de la *Harvard Business School*. Haití deberá insertarse en los parámetros de la eficiencia capitalista” (SEITENFUS, 2016, p. 306).

⁸⁰ Instrumento que mede o grau de diferença entre os rendimentos dos grupos mais ricos e dos mais pobres de uma população em escala de 0 (igualdade total) a 100 (ultraconcentração de riqueza).

resistência às diretrizes propostas pela MINUSTAH e que propõem modelos alternativos de desenvolvimento econômico e organização política e social ao país, dentre os quais se destacam a Plataforma Haitiana de Luta por um Desenvolvimento Alternativo (PADPA) e a Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos (POHDH) (SAINT JEAN, 2013, p. 137). Não obstante, as diretrizes propostas pela MINUSTAH e assimilada pelo Governo Haitiano nos eixos político e institucional reforçam um modelo de democracia e governança excludente de processos de participação popular direta e acesso dos movimentos sociais organizados aos processos decisórios, conforme se analisa na seguinte subseção.

3.3.2 As diretrizes da MINUSTAH nas esferas política e institucional

A partir das diretrizes estabelecidas para a MINUSTAH na Resolução do Conselho de Segurança da ONU que deu origem à Missão (S/RES/1542 [2004]) e com base nas categorizações apresentadas no capítulo anterior, é possível classificá-la como uma operação de *peacebuilding* de caráter multidimensional. Assim, entre as orientações do CSNU para a MINUSTAH, o processo de promoção da governança democrática e do desenvolvimento institucional aparece como um dos pilares fundamentais (S/RES/1542 [2004], p. 3). Embora à primeira vista esses objetivos possam parecer bastante adequados para a resolução da grave situação de instabilidade política vivenciada pelo Haiti à época do envio da Missão, uma análise a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais permite o questionamento e problematização acerca de “a quem e a que propósitos” serve a configuração política e institucional avançada no país a partir das ações da MINUSTAH.

Em primeiro lugar, ressalta-se que as diretrizes políticas e institucionais propagadas pela Missão não são definidas estritamente pelo CSNU, mas sim por um conjunto de organizações internacionais que, como indicam Paul Cammack (2003, p. 38), Robert Cox (2007, p. 120) e Stephen Gill (1995, p. 412-413), têm a sua atuação notadamente caracterizada pela tentativa de adequação dos países periféricos ao modelo de governança política e econômica próprio da atual ordem mundial neoliberal – as democracias liberais, o ‘Estado mínimo’ e a economia de livre mercado. Ainda de acordo com os autores, uma das principais ferramentas utilizadas pelas OIs para realizar e legitimar esse objetivo é a publicação de relatórios, recomendações e projetos especificamente orientados para o ‘desenvolvimento’ dos países da periferia global (idem). Logo, as recomendações e diretrizes comumente propostas pelas organizações internacionais a esses países contém um viés de perpetuação e legitimação ideológica da ordem mundial hegemônica (COX, 2007, p. 120).

Especificamente no caso das operações de paz contemporâneas, esse processo se dá através da convergência do “consenso sobre *peacebuilding*” em torno dos ditames da paz liberal (RICHOMOND, 2010, p. 21), conforme se verifica nas diretrizes políticas e institucionais propostas pela MINUSTAH.

Nesse sentido, o primeiro documento publicado no âmbito da MINUSTAH contendo recomendações para o Haiti nos eixos político e institucional foi o *Interim Cooperation Framework 2004-2006* (2004) (doravante, ICF). Sua elaboração se deu conjuntamente entre a ONU, a Comissão Europeia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, todas elas organizações internacionais apontadas por Paul Cammack (2006, p. 1) e Robert Cox (1981, p. 146-147) e Stephen Gill (1995, p. 413) como instituições comprometidas com a propagação de práticas e valores capitalistas neoliberais. O documento determina o fortalecimento da governança política no Haiti enquanto área prioritária para a atuação da MINUSTAH, devendo ser inicialmente composta por quatro sub-eixos: (1) segurança, policiamento e atividades de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR); (2) justiça, instituições penitenciárias e direitos humanos; (3) processo eleitoral e (4) promoção do diálogo nacional (ICF, 2004, p. 11-12). O treinamento da Polícia Nacional Haitiana (PNH) também aparece entre as diretrizes centrais para a Missão na área de governança política e institucional (ibidem, p. 13).

Por um lado, nota-se nessas diretrizes a proposição de uma relação intrínseca entre a estabilidade política e a segurança, concebida em termos especialmente repressivos – com ênfase nas forças policiais e nas instituições penitenciárias do país. Tal enfoque em forças repressivas e punitivas, como afirma Michael Pugh (2004, p. 41), pode ser analisado como uma expressão do papel das operações de paz enquanto instrumentos de contenção de revoltas populares orientadas contra o modelo de governança neoliberal, perpetrado por essas mesmas operações ao seguir o “consenso sobre *peacebuilding*” em torno dos ditames da paz liberal. De fato, esse caráter se verifica no Haiti. Keir Forgie (2014, p. 61-64), Mullings, Werner e Peake (2010, p. 269) e Franck Seguy (2014, p. 87-89) convergem ao denunciar a utilização das tropas militares da MINUSTAH e das forças da PNH para atividades de repressão violenta contra manifestações populares contrárias à presença da Missão no país e às diretrizes políticas e econômicas propostas por ela.

Nesse sentido, o Banco Mundial (2006, p. 33), por exemplo, reporta 424 mortes violentas resultantes de confrontos entre a população do país e forças da MINUSTAH ou da PNH treinada pela Missão. Já Keir Forgie (2014, p. 62) denuncia a utilização das tropas da Missão para reprimir atividades de movimentos sociais haitianos, por vezes decorrendo em

vítimas civis fatais, como nos protestos contra o aumento nos preços de alimentos em 2008. Outro exemplo, reportado em relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2008, p. 217), é a violenta repressão das tropas das Nações Unidas contra um grupo de cerca de 10 mil pessoas que protestavam em *Cité Soleil* no ano de 2006, exigindo o retorno de Aristide e a remoção das forças estrangeiras do país. De acordo com o relatório, a repressão das tropas ocasionou pelo menos 30 mortes, dentre elas a de mulheres e crianças (idem). Consta ainda no relatório que:

Em resposta às críticas de organizações dos direitos humanos que denunciaram o massacre, a MINUSTAH justificou suas ações alegando estar combatendo as chamadas gangues de Cite Soleil. Porém, as imagens registradas pelo HIP [*Haiti Information Project* – projeto de mídia popular alternativa do país] mostram que as tropas da ONU atiraram de helicóptero em civis desarmados. A agência de notícias Inter Press Service (IPS) documentou as condições do bairro imediatamente após o ataque e mostrou evidências de buracos de bala de alto calibre em muitas casas. [...] [Há ainda acusações de que a] MINUSTAH tem participado, juntamente à Polícia Nacional Haitiana, de execuções sumárias e prisões arbitrárias [...] no país (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 218, tradução nossa).⁸¹

Por outro lado, as diretrizes apresentadas especialmente nos dois últimos sub-eixos do *Interim Cooperation Framework 2004-2006* direcionam-se mais diretamente ao processo de redemocratização proposto pela MINUSTAH (ICF, 2004, p. 12). Nesse sentido, o documento apresenta uma concepção de democracia estritamente em termos de promoção de eleições diretas, com calendários eleitorais bem definidos e de modo a garantir a máxima participação popular através do exercício do voto para a escolha de representantes para cargos governamentais (ibidem, p. 16-17). Ressalta-se que esta perspectiva está igualmente presente no mandato do CSNU que deu origem à Missão, que apresenta em seu eixo de “governança democrática” uma perspectiva essencialmente voltada para o apoio técnico à promoção de eleições municipais, parlamentárias e presidenciais o quanto logo possível no Haiti [S/RES/1542 [2004], p. 3]. Trata-se de uma característica apontada por Ian Taylor (2010, p. 162) como típica do modelo de democracia proposto pela paz liberal, estritamente focado em aspectos técnicos e procedimentais do exercício democrático, sem prever a participação ativa e inclusão direta da população nos processos decisórios estatais.

Seitenfus (2016, p. 108) contribui com essa crítica ao afirmar que as

⁸¹ “In response to the criticism by human rights organizations that denounced the massacre, MINUSTAH justified their actions by claiming to be combating so-called gangs in Cite Soleil. However, the images shot by HIP showed that UN troops shot unarmed civilians from helicopters. The news agency Inter Press Service (IPS) documented the conditions in the neighborhood immediately following the attack and showed evidence of high-caliber bullet holes in many homes. The director of HIP, Kevin Pina, accuses MINUSTAH of taking part along with the Haitian National Police in summary executions and arbitrary arrests, and concludes that ‘In this context, it is hard to continue seeing the UN mission as an independent and neutral force in the country’” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 218).

organizações internacionais sob o âmbito da MINUSTAH recomendam um modelo de democracia essencialmente representativa, liberal, pretensamente universal e rigidamente baseada nos moldes ocidentais. Tal modelo, para o autor, desconsidera uma série de particularidades locais haitianas, como o histórico de não-adesão às “regras do jogo” democrático, diversas intervenções externas e sucessivos golpes de Estado (idem). O resultado de tal desconsideração seria a rejeição popular ao modelo de democracia que a MINUSTAH busca implementar no país (ibidem, p. 104). Nas eleições presidenciais de 2011, por exemplo, apenas cerca de 23% dos haitianos compareceram às urnas para votar, dos quais 77% votaram branco ou nulo (idem). Além disso, o processo eleitoral foi marcado pelo não reconhecimento dos resultados oficiais por parte de diversos candidatos da oposição, atos de violência contra locais de voto e denúncias de ingerências externas por parte dos EUA, França e Canadá⁸² (ibidem, p. 490-503).

Ricardo Seitenfus (2016, p. 108) indica ainda que o modelo de democracia avançado pela MINUSTAH decorre na marginalização de amplos setores da população do Haiti. Quanto a essa marginalização, Franck Seguy (2014, p. 307) aponta que o “diálogo nacional” proposto pela Missão – conforme previsto no quarto sub-eixo do ICF (2004, p. 12) – se dá de maneira limitada, sem atingir efetivamente os processos decisórios, e com a participação apenas de parcelas restritas da sociedade civil do país. Mais especificamente, Seguy (2014, p. 307-308) argumenta que os movimentos sociais haitianos de contestação à ordem capitalista neoliberal, majoritariamente campesinos (cerca de 60% da população do país), são sistematicamente excluídos dos poucos mecanismos de diálogo com a população sob o âmbito da MINUSTAH.

Ainda de acordo com Seguy (2014, p. 307), esse fator se deve à atuação das organizações internacionais no sentido de incentivar a participação estritamente de organizações da sociedade civil haitiana dispostas a negociações e busca por concessões dentro da “ordem burguesa” consolidada no país, rechaçando as organizações com atuação de luta e resistência a essa ordem. Assim, o autor identifica um forte papel das OIs no sentido de construir uma hegemonia ideológica neoliberal junto à sociedade civil haitiana, moldando a atuação desta de acordo com os padrões de inserção dependente do Haiti na economia capitalista internacional (idem).

Destaca-se que a construção dessa hegemonia promove o delineamento do modelo democrático proposto pela MINUSTAH em direção ao empoderamento das elites

⁸² Para mais sobre o conturbado processo das eleições presidenciais de 2011 no Haiti, sugere-se a leitura de (SEITENFUS, 2016, p. 423-450).

nacionais, articuladas com as elites transnacionais e favoráveis à ordem mundial neoliberal, conforme observado por Cammack (2006, p. 7), Pugh (2004, p. 46) e Taylor (2010, p. 170) com relação às operações de paz em geral, e por Mullings, Werner e Peake (2010, p. 296), Seguy (2014, p. 307) e Seitenfus (2016, p. 515) especificamente no caso do Haiti. Avança-se assim uma forma de democracia “poliárquica”, favorável à formação de governos de elites locais aliadas aos capitalistas transnacionais, no qual a participação das massas populares é limitada à escolha entre representantes dessas elites através de eleições estritamente procedimentais (ROBINSON, 2013, p. 230). Assim, perspectivas de uma democracia econômica e social, bem como de uma participação direta e constante da população nos processos decisórios do Estado, são excluídas nesse modelo contemporaneamente disseminados pelas organizações internacionais em escala global (idem).

Ricardo Seitenfus (2016, p. 423) nota a incidência desse aspecto no Haiti, indicando que as eleições de 2011 foram disputadas estritamente por membros da elite do país, com o único candidato de maior respaldo popular sendo impedido de competir por uma série de manobras jurídicas golpistas da oposição. Como consequência, conforme acrescenta Franck Seguy (2014, p. 100), foi eleito o candidato Michel Martelly, cujo lema de governo era “*Haiti: open for business*” (“Haiti: aberto para os negócios”). Quanto às primeiras medidas de Martelly ao chegar ao poder, Seguy (2014, p. 98-99) identifica um perfil notadamente neoliberal, decorrendo principalmente na expulsão de milhares de camponeses de suas terras em prol dos grandes latifundiários haitianos e das empreiteiras e empresas transnacionais ligadas a atividades de construção civil, indústria têxtil e mineração.

Pensando nos sub-eixos de dimensão securitária/repressiva e democrática/restritiva propostos pelo ICF (2004, p. 11-12) ao Haiti no âmbito político e institucional a partir das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais, é possível identificar um potencial da MINUSTAH no sentido de, por meio de suas diretrizes e ações, conter a formação de “blocos históricos” (COX, 2010, p. 110-111; GRAMSCI, 1975, p. 632) alternativos à ordem mundial hegemônica neoliberal. Para tanto, a Missão utiliza dois principais tipos de ferramentas de legitimação ideológica junto à sociedade civil haitiana. A primeira são as recomendações das organizações internacionais atuando sob sua alçada, como indica Franck Seguy (2014, p. 307-308). A segunda é o uso da força pelos efetivos militares da Missão e pela PNH treinada por ela, com o intuito de reprimir manifestações civis contrárias a essa ordem, como denuncia Keir Forgie (2014, p. 62). Desde uma leitura mais notadamente Gramsciana, verifica-se nessas diretrizes tanto a aplicação da tentativa de construção de consenso – via democracia representativa – quanto do apelo à coerção – através

do uso da força – em torno da hegemonia neoliberal que se busca construir no Haiti.

Outra característica marcante das recomendações no setor de governança política e institucional propostos sob o âmbito da MINUSTAH está presente desde o *Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper* desenvolvido pelo FMI em 2008. De maneira semelhante ao ICF (2004), o documento do FMI (2008, p. 49-51) também apresenta uma ênfase nas áreas de Justiça (especialmente de caráter punitivo e no setor penitenciário) e de Segurança, chegando a recomendar o “estabelecimento de um cordão securitário em torno das zonas abrigando criminosos” no país (FMI, 2008, p. 51, tradução nossa).⁸³ Contudo, há um enfoque maior na área das capacidades de administração pública do Estado haitiano, cujas debilidades são apontadas como fator determinante para o “atraso” no desenvolvimento econômico do país (ibidem, p. 27). Como solução, o documento sugere que o enfoque da reforma de governança política e institucional do Haiti conduzido pela MINUSTAH se dê na descentralização da administração pública do país, de modo a fragmentar o poder político do país em unidades territoriais menores (ibidem, p. 65). Tal processo permitiria aumentar a competitividade dos diversos territórios do país para a atração de investimentos privados, e daria às administrações locais maior autonomia para promover incentivos favoráveis à atração de capital externo, processo apontado como essencial para o desenvolvimento do Haiti (ibidem, p. 69-70).

A proposição de descentralização da administração pública no eixo político e institucional está diretamente relacionada à promoção de “polos de desenvolvimento” prevista nas diretrizes do eixo econômico apresentadas ao Haiti sob o âmbito da MINUSTAH. Ambas fazem parte de uma mesma lógica que Michael Pugh (2005, p. 25) aponta como típica das operações de *peacebuilding* liberal: a tentativa de diminuição da capacidade de o Estado Nacional gerir a economia do país, reduzindo as funções governamentais à construção de um cenário favorável para que os atores privados assumam o protagonismo econômico. Especificamente no caso do Haiti, Franck Seguy (2014, p. 84) indica que a “descentralização” da administração pública proposta pela MINUSTAH é territorialmente organizada de acordo com os locais de instalação de “zonas francas industriais de exportação”, de maneira especialmente benéfica às empresas transnacionais que se instalam nessas zonas.

A partir de 2010, com a perspectiva de completa reconstrução do país no cenário pós-terremoto, tanto o modelo procedimental de democracia quanto a proposta de “descentralização” administrativa foram intensificados no Haiti, seja pelas diretrizes das

⁸³ “Establishment of a security cordon around the zones sheltering criminals, hiding stolen vehicles, and holding kidnapped individuals” (FMI, 2008, p. 51).

organizações internacionais atuantes na MINUSTAH, seja pela assimilação dessas diretrizes pelo próprio Governo Haitiano. Nesse sentido, o PARDH traz em seu eixo de “reconstrução institucional” uma concepção de democracia estritamente baseada na observância do calendário eleitoral e na inclusão dos partidos políticos nos processos decisórios de reconstrução do país (GOVERNO DO HAITI, 2010, p. 42), excluindo perspectivas de inclusão e participação direta da população em geral e de movimentos da sociedade civil organizada do país, de maneira conforme com as limitações do modelo poliárquico criticado por Robinson (2013, p. 130) e Taylor (2010, p. 170). Outrossim, o documento segue as recomendações feitas pelas OIs nos anos anteriores, incluindo uma perspectiva de “descentralização” da administração pública e a indicação das esferas de Justiça e Segurança como prioritárias, dando ênfase a aspectos repressivos como o fortalecimento da Polícia Nacional Haitiana (PNH) e do sistema penitenciário do Haiti (ibidem, p. 44-46).

No que diz respeito à atuação das organizações internacionais, no *UN Integrated Framework for Haiti 2010-2011*, a ONU igualmente apresenta uma concepção de democracia estritamente representativa e procedimental, comprometendo-se com o apoio técnico às eleições presidenciais previstas para 2011 no Haiti (ONU, 2010, p. 10). O Conselho de Segurança da organização apresenta uma perspectiva semelhante, outorgando à MINUSTAH a função de organizar e realizar o processo eleitoral no cenário pós-terremoto (S/RES/1927 [2010], p. 3). O CSNU também reforça a perspectiva de treinamento e capacitação da Polícia Nacional Haitiana (PNH) pelas forças da Missão (S/RES/2070 [2012], p. 4). Além disso, o órgão manifesta expresso apoio à perspectiva de “descentralização” governamental no Haiti:

7. Congratula-se a atuação do Governo haitiano para reforçar a capacidade das instituições responsáveis por garantir a segurança e o estado de direito em todos os níveis, inclusive a favor da descentralização, e solicita à MINUSTAH [...] que continue a apoiar as prioridades do Governo em matéria de descentralização aos níveis central e departamental [...], afim de [...] favorecer a boa governança em todos os níveis (S/RES/2070 [2012], p. 4, tradução nossa).⁸⁴

A perspectiva de descentralização também está fortemente presente no *Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper* publicado pelo FMI em 2014, que chega a propor a redação de uma nova Constituição para o país (FMI, 2014, p. 77). O documento enfatiza a necessidade

⁸⁴ “7. Se félicite de ce que le Gouvernement haïtien fait pour renforcer les capacités des institutions chargées de garantir la sécurité et l’état de droit à tous les niveaux, y compris à la faveur de la décentralisation, et demande à la MINUSTAH, [...] de continuer à appuyer les priorités du Gouvernement en matière de décentralisation aux niveaux central et départemental [...], afin de donner à l’État haïtien les moyens d’étendre son autorité et sa présence à l’ensemble du pays, et de favoriser la bonne gouvernance à tous les niveaux” (S/RES/2070 [2012], p. 4).

de se “desconcentrar” a capacidade de governo da administração central, “diluindo-a” em maior autonomia para os “polos de desenvolvimento” regionais e locais (idem). Assim:

Maior acesso a serviços públicos para a população e para os negócios deve ser assegurada por todo o país. Para isso, é importante expandir os esforços para desconcentrar o governo central e modernizar a [...] administração nos 12 polos de desenvolvimento regionais e 42 polos de desenvolvimento locais, de acordo com as suas funções específicas (FMI, 2014, p. 77, tradução nossa).⁸⁵

Uma vez mais, Franck Seguy (2014 p. 90-105) apresenta uma perspectiva bastante crítica com relação à incidência desse tipo de recomendação em terreno haitiano. Para exemplificar sua perspectiva, o autor apresenta um estudo de caso do Parque Industrial de Caracol (PIC), criado em 2011 como resultado de negociações entre a Secretaria de Estado dos EUA (à época liderada por Hillary Clinton), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a companhia têxtil sul-coreana Sae-A Trading e sob o marco da maior autonomia concedida à região nordeste do Haiti como parte do processo descentralização da administração pública do país (SEGUY, 2014, p. 92). Porém, apesar de os defensores da descentralização argumentarem que este processo conduziria a um maior empoderamento dos governos locais e à maior proximidade entre as ações destes governos e as demandas da população, o que se verifica no caso de Caracol é o contrário dessa alegação (ibidem, p. 94).

De acordo com Seguy (2014, p. 95-96), os verdadeiros beneficiários da descentralização foram os proprietários das indústrias têxteis que se instalaram na região, que conseguiram incentivos fiscais que dificilmente teriam conquistado nos trâmites com a administração central do Estado haitiano. Seguy (2014, p. 95-96) reporta que em um dado momento o próprio prefeito de Caracol foi proibido de adentrar os portões do PIC, cuja instalação resultou na expulsão de 366 famílias camponesas de suas terras (idem). Apesar dos reclames e protestos dessas famílias contra irregularidades presentes nesse processo de expropriação, as autoridades políticas regionais não assumiram nenhum posicionamento com relação ao caso (ibidem, p. 98).

O caráter repressivo das diretrizes políticas e institucionais propostas no contexto da MINUSTAH, igualmente criticado, entre outros, por Seguy (2014, p. 87-89), também se verifica no referido documento do FMI (2014). Nesse sentido, há a ênfase no fortalecimento na gestão da Justiça e da Segurança, especialmente em quatro esferas principais: (1) a capacidade de as cortes aplicarem a lei e a ordem, emitindo sentenças; (2) o

⁸⁵ “Increased access to public services for the population and businesses must be ensured throughout the country. Thus it is important to expand efforts to deconcentrate the central government and modernize its administration at the 12 regional development poles and 42 local development poles, according to their specific functions” (FMI, 2014, p. 77).

reforço da rede de prisões e centros de detenção do Haiti; (3) a criação de um novo Exército haitiano e (4) a garantia do direito à propriedade no país (FMI, 2014, p. 78). Além disso, o documento sugere que os eixos de Justiça e Segurança são os únicos que devem ser deixados exclusivamente sob a responsabilidade do Estado haitiano, cabendo a provisão de demais necessidades básicas da população à entidades do setor privado (ibidem, p. 86). Uma perspectiva semelhante pode ser observada no *Haiti: Towards a new narrative – Systematic Country Diagnostic*, documento publicado pelo Banco Mundial em 2015. Entre as recomendações presentes nele, está a capacitação do Estado haitiano para que utilize o seu poder coercitivo para garantir os direitos de propriedade no país (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 8).

Verifica-se assim a tentativa de delineamento do Estado enquanto responsável por duas atividades principais. Em primeiro lugar, conforme previsto no quarto eixo proposto pelo FMI, enquanto mantenedor das condições jurídicas e securitárias necessárias para a perpetuação dos interesses privados no país. Em segundo lugar, enquanto aparelho repressor de movimentos que ameacem a perpetuação e legitimação desses interesses. Nesse sentido, destaca-se que parte das organizações internacionais que propõem o fortalecimento no setor de Segurança no Haiti justificam suas propostas em termos dos custos que a “criminalidade” e a “insegurança” acarretam para o setor dos negócios, mais que da possível ameaça que representam para a população do país, conforme se verifica nos documento do Banco Mundial (2006, p. 34; 2015, p. 34) e do FMI (2008, p. 51; 2014, p. 78). Quiçá as medidas tomadas nessa área tenham sido benéficas para as empresas e o setor privado atuantes no Haiti; no que tange à população em geral, o próprio Banco Mundial (2015, p. 34) reporta que entre os anos de 2007 e 2012, mesmo com a presença das tropas da MINUSTAH, as taxas de homicídio duplicaram no país, passando de cerca de 5.1 para 10.2 assassinatos anuais a cada 100 mil habitantes.

Por fim, outra importante característica apresentada pelo *Haiti: Towards a new narrative – Systematic Country Diagnostic* publicado pelo Banco Mundial (2015) é a expressa manifestação de que o auxílio internacional prestado ao Haiti sob o âmbito da MINUSTAH não é, em absoluto, ‘gratuito’. No documento, prevê-se a capacitação do Estado haitiano para uma melhor arrecadação na receita pública, deixando-se claro que “em troca desses rendimentos, espera-se que o Estado provenha serviços centrais e um ambiente favorável para o setor privado” no país (BANCO MUNDIAL, p. xv, tradução nossa)⁸⁶. Reforça-se, portanto,

⁸⁶ “In return for these revenues, the State is expected to provide key services and a level playing field for the private sector” (BANCO MUNDIAL, 2015, p. xv).

a perspectiva de Michael Pugh (2004, p. 54) ao indicar que há um preço a se pagar pela assistência humanitária oferecida pelas operações de paz às sociedades devastadas por conflito, sendo esse preço a sujeição e dependência aos modelos de governança propostos por essas operações sob os princípios normativos da paz liberal.

No caso das atuação das OIs sob o âmbito da MINUSTAH especialmente no eixo político e institucional, verifica-se a materialização desse processo na proposição de diretrizes que: (1) avançam um modelo de democracia tendente à perpetuação das elites no poder e à marginalização da participação direta de movimentos da sociedade civil do país; (2) disseminam um modelo de governança do Estado que prioriza o setor privado em detrimento da população haitiana e (3) apresentam uma perspectiva de repressão coercitiva dos movimentos contestadores a ordem a que se tenta adequar o funcionamento do Haiti. Tais diretrizes, como avaliam Beverley Mullings, Marion Werner e Linda Peake (2010, p. 269), são especialmente favoráveis às elites nacionais e internacionais comprometidas com a perpetuação e legitimação de uma ordem mundial neoliberal em escala efetivamente global.

CONCLUSÃO

A análise dos documentos do Sistema ONU, do FMI, do Banco Mundial e do Governo Haitiano realizada na seção anterior permitiu constatar que a promoção da democracia e da inserção liberal no mercado internacional constituem nos dois principais pilares da atuação da MINUSTAH desde o seu envio ao Haiti. Logo, pode-se categorizar a Missão como uma operação de *peacebuilding* orientada pelos ditames da paz liberal. A partir das contribuições da Teoria Crítica das Relações Internacionais, portanto, é possível analisar a MINUSTAH como uma ferramenta arquitetada pelas organizações internacionais para promover a inclusão e adequação do Haiti aos parâmetros de governança política e econômica característicos da atual ordem mundial neoliberal. São eles o “Estado enquanto agência do mercado” e a inserção subserviente, principalmente enquanto fornecedor de mão de obra barata, a uma economia fragmentada e transnacionalizada, como previsto por Robert Cox (1999, p. 12-15).

Conforme se apresentou na primeira seção do capítulo, a situação de grave instabilidade política, social e econômica e conflito civil violento que levaram à ativação da MINUSTAH é fruto de processos seculares no Haiti. De fato, um longo histórico de exploração colonial, tentativa de isolamento internacional, imposição da dívida externa, ação predatória por parte das potências imperialistas, intervenções militares diretas e regimes

autoritários compõe a raiz estrutural da vulnerabilidade externa e instabilidade interna do país. Na perspectiva de Ricardo Seitenfus (2016, p. 98-99), por exemplo, as consequências desse histórico na cultura política haitiana consiste em um dos principais desafios para a promoção da democracia no país. Mais que isso, as especificidades históricas e políticas haitianas inviabilizam a mera replicação de um modelo de democracia representativa ocidental no Haiti (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 294-295; SEITENFUS, 2016, p. 85).

O mesmo pode ser afirmado com relação à abertura econômica e inserção indiscriminada do Haiti nas dinâmicas de competitividade do mercado internacional. Ao longo da história do país, os vínculos financeiros e comerciais com grandes potências capitalistas serviram para a legitimação e justificação de intervenções e ingerências destas em terreno haitiano (SEGUY, 2014, p. 174). Mais recentemente, a incipiente adoção do neoliberalismo durante o período ditatorial de Baby Doc conduziu a uma grave crise econômica no Haiti, a qual se seguiram décadas de instabilidade política, social e econômica (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010, p. 287-288).

Não obstante, conforme apresentado na segunda seção e analisado em maior profundidade na terceira, as organizações internacionais sob o âmbito da MINUSTAH apresentam uma perspectiva de atuação voltada justamente para a promoção de uma democracia liberal representativa e de diretrizes econômicas neoliberais no Haiti, de acordo com os ditames da paz liberal. Tal afirmação pôde ser verificada no estudo dos documentos do Sistema ONU, FMI, Banco Mundial e do Governo Haitiano, que se comprometem com uma concepção de democracia em termos estritamente representativos e procedimentais; com privatizações massivas e fomento ao protagonismo do setor privado no cenário econômico haitiano; com a descentralização da administração central; a minimização da capacidade de o Estado intervir na economia para fins além da concessão de condições apropriadas para os investimentos externos, dentre outras medidas próprias do receituário neoliberal.

Uma análise desde a Teoria Crítica das Relações Internacionais acerca desses processos, como a avançada na seção três desse capítulo, permite constatar a função desempenhada pelas organizações internacionais centrais na disseminação e legitimação ideológica da hegemonia da atual ordem mundial capitalista neoliberal (CAMMACK, 2006, p. 1-3; COX, 1999, p. 120; GILL, 1999, p. 412-415). Mais especificamente, essa análise permite identificar as operações de *peacebuilding* orientadas pela paz liberal – como a MINUSTAH – enquanto ferramentas centrais nesse processo, conforme previsto por Cammack (2006, p. 1); Pugh (2004, p. 54; 2005, p. 25) e Taylor (2010, p. 170). Especificamente no caso da MINUSTAH, nota-se a instrumentalização da Missão para

promover a expropriação de camponeses de suas terras em prol da instalação de parques industriais voltados para a exportação, impelindo a população expropriada a uma assimilação forçada enquanto mão de obra industrial de baixo custo e, dessa forma, impondo as práticas e disciplinas próprias do capitalismo neoliberal sobre o Haiti (SEGUY, 2014, p. 91-93).

Conforme igualmente exposto na terceira seção, as consequências da atuação da MINUSTAH têm sido em grande parte danosas para os setores mais pobres da população do país, com a intensificação das desigualdades sociais, expropriação de camponeses de suas terras e continuidade de grandes índices de pobreza, desemprego e subemprego no país, bem como com o aumento exponencial das taxas de homicídio mesmo com a presença das tropas da Missão. Não obstante, as reivindicações de movimentos sociais organizados contrárias à permanência da MINUSTAH no país e às diretrizes neoliberais impostas por ela ao Haiti são sistematicamente marginalizadas dos processos decisórios, e mesmo violentamente rechaçadas pelas tropas da Missão (CASSÉUS; PAYEN, 2013, p. 79; FORGIE, 2014, p. 62). Nota-se assim que, além de atuar no sentido de disseminar e legitimar ideologicamente as configurações políticas e econômicas próprias da ordem mundial hegemônica, a MINUSTAH também é instrumentalizada para conter movimentos de contestação a esta ordem.

Assim, conforme ressaltado por Mullings, Werner e Peake (2010, p. 269), as diretrizes da Missão são especialmente favoráveis à ordem mundial neoliberal hegemônica e às forças sociais local e transnacionalmente beneficiadas por essa ordem em três características principais: (1) ao favorecer a invasão do capital externo sobre o país, aproveitando-se da exploração da mão de obra barata proveniente da expropriação dos camponeses de suas terras; (2) enfraquecendo a capacidade de o Estado haitiano governar, limitando as funções do aparato estatal à criação de um “ambiente favorável aos investimentos do setor privado” e buscando “minimizá-lo” por meio das propostas de descentralização e (3) reprimindo resistências políticas à agenda neoliberal imposta sobre o país. Assim, Ricardo Seitenfus (2016, p. 187) acrescenta que o modelo político e econômico avançado pela MINUSTAH em direção ao Haiti consistiria meramente em uma “nova vestimenta para uma velha prática intervencionista no país” (SEITENFUS, 2016, p. 191, tradução nossa)⁸⁷. Em perspectiva semelhante, Franck Seguy (2014, p. 298) conclui que com as diretrizes impostas a partir da MINUSTAH, “o que se vê no Haiti não passa da transformação do país em uma nova forma de colônia. Não nas formas clássicas antigas de colônia de uma metrópole, mas é uma colônia do capital transnacional”.

⁸⁷ “[A MINUSTAH] se trata de un nuevo ropaje para la vieja práctica intervencionista extranjera en Haití” (SEITENFUS, 2016, p. 191).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral que motivou a pesquisa resultante na presente monografia foi a realização de uma análise da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) – operação de paz enviada ao país em abril de 2004 para solucionar a situação de conflito civil violento à época vivenciada pelo Haiti – a partir da perspectiva da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Nesse sentido, cada um dos três capítulos em torno dos quais se organiza este trabalho apresentou contribuições essenciais para a análise proposto. Assim, no primeiro capítulo foram apresentados os conceitos centrais da Teoria Crítica das Relações Internacionais com os quais posteriormente se construiu a análise. Destacam-se aqui principalmente as concepções de Robert Cox (1981; 1996; 1999; 2007), Stephen Gill (1995, p. 412-415) e Paul Cammack (2006, p. 1-6) acerca do papel contemporaneamente exercido pelas organizações internacionais no sentido de legitimar ideologicamente e disseminar em escala global modelos de organização política e econômica favoráveis à perpetuação de uma ordem mundial neoliberal.

Mais especificamente, como lembra Robert Cox (1981, p. 145-147; 1996, p. 192-205; 1999, p. 9-12), o modelo de organização política imposto aos países sob o marco desta ordem é uma “forma de Estado” minimizado à função de adequação das políticas econômicas nacionais aos imperativos de liberalização econômica indiscriminada da economia mundial. Quanto ao modelo econômico, o autor destaca uma “forma de organização da produção” transnacionalizada e fragmentada, na qual cabe aos Estados periféricos uma inserção subordinada essencialmente baseada na provisão de mão de obra barata e condições favoráveis para os investimentos externos protagonizados pelo capital transnacional. Destaca-se ainda a análise de Robert Cox (1981, p. 136-144) no sentido de indicar que este modelo ideologicamente legitimado e materialmente disseminado principalmente pelas organizações internacionais é especialmente favorável às forças sociais hegemônicas no interior da ordem mundial, compostas por uma articulação entre elites transnacionais radicadas nos países centrais e suas aliadas em países periféricos.

Com relação às contribuições para a análise da MINUSTAH apresentadas no Capítulo 2, inicialmente enfatizam-se os conceitos de “operações de *peacebuilding*” e de “paz liberal”. Conforme se indicou no decorrer do capítulo, as operações de *peacebuilding* são aquelas orientadas para a resolução das causas estruturais dos conflitos violentos, principalmente a partir da promoção de modelos de governança política e econômica capazes de promover uma paz autossustentável e de longa duração (RICHMOND, 2004, p. 37). A paz

liberal, por sua vez, aparece como o princípio normativo que orienta os modelos de governança avançados pelas operações de *peacebuilding* (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 23-34). Fazem parte desse princípio normativo a retomada dos argumentos Iluministas de “paz democrática” e “paz pelo comércio” (RICHMOND, 2005, p. 25), de modo que as orientações propostas pelas operações de paz sob o marco da paz liberal consistem na proposição das democracias liberais orientadas para o livre mercado enquanto modelo de governança universal essencial para a construção da paz internacional (PARIS, 2002, p. 639-641). Destaca-se que tal perspectiva é generalizada no entendimento das principais organizações internacionais acerca da construção da paz, de modo que as diretrizes da paz liberal compõem o cerne do “consenso sobre *peacebuilding*” que permeia as operações de paz contemporâneas (RICHMOND, 2004, p. 91-92), dentre elas a MINUSTAH.

Ainda no segundo capítulo, apresentam-se as críticas às operações de paz contemporâneas realizadas a partir de perspectivas próprias da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Parte dessas críticas apresentam um apontamento das operações de *peacebuilding* orientadas pela paz liberal enquanto manifestações de “teorias de solução de problemas” (PUGH, 2004, p. 40-42; TAYLOR, 2010, p. 169-170). Nesse sentido, Michael Pugh (2005, p. 24-35), por exemplo, indica que as diretrizes geralmente propostas pelas operações de paz contemporâneas para promover a recuperação econômica de países devastados por conflitos apresentam um enviesamento no sentido de inserir esses países de maneira indiscriminada nas dinâmicas de abertura e competitividade da economia internacional capitalista.

Assim, são apresentadas diretrizes como o protagonismo do setor privado, a necessidade de orientação dos recursos públicos para a criação de condições favoráveis para investimentos externos, as privatizações generalizadas, dentre outras medidas que em última instância reforçam a adequação dos países periféricos aos imperativos econômicos de uma ordem mundial neoliberal, tendo como consequência o enfraquecimento da capacidade de os Estados pós-conflito proverem bens públicos essenciais para a sua população (PUGH, 2005, p. 25-33). Ian Taylor (2010, p. 160-162) acrescenta um agravante a esse processo, indicando que o modelo de democracia liberal “poliárquico”, estritamente representativo e procedimental, proposto sob o marco da paz liberal tende ao empoderamento das elites locais de sociedades devastadas por conflitos e à retirada do controle das populações destes países aos processos econômicos que permeiam suas vidas cotidianas.

Logo, verifica-se que as diretrizes políticas e econômicas disseminadas para Estados e sociedades devastados por conflitos sob o âmbito das operações de *peacebuilding*

orientadas pela paz liberal apresentam um enviesamento no sentido da perpetuação e legitimação ideológica de uma ordem mundial neoliberal (PUGH, 2004, p. 40-41; TAYLOR, 2010, p. 167-170). Além disso, como indica Edward Newman (2009, p. 49) também a partir de uma perspectiva desde a Teoria Crítica das Relações Internacionais, as diretrizes supracitadas próprias das operações de *peacebuilding* liberal tendem a beneficiar majoritariamente as forças sociais hegemônicas no interior desta ordem, geralmente às custas da exploração das sociedades pós-conflito, em especial da mão de obra barata encontrada nestas. Ainda a partir deste marco teórico, Michael Pugh (2004, p. 41) menciona a utilização dos contingentes militares das operações de paz para a contenção dos movimentos populares de contestação às diretrizes neoliberais impostos por elas.

Analisando esse conjunto de processos desde uma perspectiva notadamente Gramsciana, nota-se que as operações de paz, especialmente as de *peacebuilding* liberal, são ferramentas de legitimação e perpetuação da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal, de maneira favorável às forças sociais dominantes no interior dessa ordem. Por um lado, as diretrizes políticas e econômicas propostas pelas organizações internacionais sob o âmbito das operações de paz procura avançar o aspecto consensual dessa hegemonia, especialmente a partir dos princípios normativos da paz liberal. Por outro lado, a utilização dos contingentes militares dessas operações de paz permanece como uma possibilidade coercitiva latente, caso o aspecto consensual seja insuficiente para a manutenção da hegemonia. De maneira semelhante ao que aponta Pugh (2004, p. 41), percebe-se nesse processo a instrumentalização das operações de paz não somente para legitimar e perpetuar a hegemonia de uma ordem mundial neoliberal, mas também para impedir, se necessário com o uso da força, o surgimento de “blocos históricos” (GRAMSCI, 1975, p. 632) alternativos a essa ordem.

A partir dessas perspectivas e contribuições, desenvolve-se a análise da MINUSTAH sob as lentes da Teoria Crítica das Relações Internacionais apresentada no Capítulo 3. Assim, é efetivamente no terceiro capítulo que se responde à questão que motivou a realização deste trabalho, a saber: de que maneira a MINUSTAH está relacionada com a perpetuação da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal? Recordar-se que a hipótese inicialmente proposta era a de que a Missão, mais especificamente a partir das organizações internacionais atuantes sob sua esfera, seria uma ferramenta de disseminação da democracia liberal orientada para o livre mercado, de maneira favorável ao funcionamento e à legitimação ideológica da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal.

A partir da análise das diretrizes propostas ao Haiti pelo Sistema ONU, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial no contexto da MINUSTAH, foi

possível identificar a Missão como uma operação de *peacebuilding* orientada pelos princípios normativos da paz liberal, portanto comprometida com a promoção de uma democracia liberal e uma economia de livre mercado enquanto modelo de governança ideal para o Estado haitiano. Conforme se expôs acima, as diretrizes da paz liberal promovem uma forma de organização do Estado e da produção coerente com aquelas que Robert Cox (1999, p. 9-12) caracteriza como próprias de uma ordem mundial neoliberal. Nesse sentido, a análise dos documentos das principais OIs atuantes sob o âmbito da MINUSTAH sob as lentes da Teoria Crítica das Relações Internacionais permitiu a confirmação da hipótese inicialmente formulada como verdadeira.

Tendo em vista essa confirmação, cabe agora apresentar outros elementos centrais identificados ao longo da análise crítica da MINUSTAH realizada no Capítulo 3. Dentre eles, verifica-se que as diretrizes propostas pela documentos publicados especialmente pelo FMI e pelo Banco Mundial contém os aspectos apontados por Michael Pugh (2005, p. 25-30) como próprios do viés neoliberal das operações de *peacebuilding* contemporâneas, a saber: a inserção do país na economia capitalista global, a redução da gestão do Estado na economia, a compressão dos espaços públicos e a busca por fluxos de investimentos externos, em especial via privatizações e exportações, como elementos fundamentais para promover o crescimento econômico. Como indica Franck Seguy (2014, p. 91-92), as consequências da incidência dessas diretrizes em terreno haitiano são a expropriação de terras de famílias camponesas para a instalação de zonas francas industriais voltadas para o setor têxtil no país, majoritariamente compostas por empresas transnacionais; a assimilação forçada dessas famílias enquanto mão de obra barata na produção industrial e a intensificação da expansão do modo de produção capitalista e do regime de disciplina assalariada por todo o país, inclusive junto a parcelas da população historicamente caracterizadas por outros tipos de interações econômicas e sociais. Nota-se nesse processo a perspectiva de Paul Cammack (2006, p. 1) ao apontar as operações de paz como uma ferramenta central utilizada pelas organizações internacionais para disseminar as práticas e disciplinas capitalistas neoliberais em direção aos países periféricos.

A isso, somam-se os altos índices de desemprego, subemprego, baixíssimos salários e a intensificação das desigualdades sociais no Haiti desde o início da atuação da Missão (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 20-24). Seguindo a argumentação de Mullings, Werner e Peake (2010, p. 296), é possível perceber nesses dados que os benefícios gerados pela atuação da MINUSTAH no país se concentram exclusivamente junto aos setores da elite econômica haitiana vinculada ao capital transnacional, às custas das classes menos

favorecidas do país. Destaca-se, porém, que esse processo não é aceito de maneira totalmente passiva pela população haitiana, que tem organizado uma série de manifestações populares contrárias à manutenção da Missão no país (SAINT JEAN, 2013, p. 137). Nesse sentido, destacam-se as já mencionadas Plataforma Haitiana de Luta por um Desenvolvimento Alternativo (PADPA) e Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos (POHDH), que têm se mobilizado para a construção de um projeto político e econômico alternativo ao proposto pela MINUSTAH, propriamente desenvolvido pela sociedade civil haitiana articulada com outros movimentos sociais em escala regional e internacional para fortalecer a resistência contra a atuação das Nações Unidas e das demais organizações internacionais componentes da Missão no Haiti (ibidem, p. 140).

Não obstante, as reivindicações populares e propostas pautadas pelos movimentos sociais do país não têm obtido grande respaldo nas esferas da MINUSTAH e no governo haitiano principalmente por dois motivos. O primeiro deles, como pontuam Thierry Casséus e Félix Payen (2013, p. 79), é a ausência de mecanismos de participação popular nos processos deliberativos das principais agências envolvidas com a Missão, caracterizadas por estruturas hierárquicas não democráticas. A isso, somam-se as limitações do próprio modelo de democracia proposto pela paz liberal e disseminado pela MINUSTAH – conforme proposto nas resoluções do Conselho de Segurança e nos demais documentos do Sistema ONU concernentes ao Haiti –, estritamente focalizado nos processos eleitorais e em aspectos técnicos e procedimentais do exercício democrático, sem prever a participação ativa e inclusão direta dos movimentos da sociedade civil nos processos decisórios estatais (TAYLOR, 2010, p. 162).

O segundo motivo, conforme já se mencionou, é genericamente apontado por Michael Pugh (2004, p. 41) quando o autor menciona o papel das operações de paz enquanto instrumentos de contenção de revoltas orientadas contra a ordem mundial de cunho neoliberal que estas buscam implementar nos Estados periféricos. Especificamente com relação ao Haiti, Keir Forgie (2014, p. 61-63) Mullings, Werner e Peake (2010, p. 269) e Franck Seguy (2014, p. 87-89) convergem ao denunciar a utilização de tropas da MINUSTAH e da Polícia Nacional Haitiana (PNH) para reprimir manifestações populares contrárias à presença da Missão e das diretrizes impostas sob a liderança desta no país, bem como para a desmobilização de movimentos proponentes de uma ordem alternativa à submissão aos ditames da democracia representativa sob uma economia neoliberal apresentada como modelo único pelas forças internacionais presentes no Haiti.

Com base no até aqui exposto, verifica-se a realização do objetivo geral a que

se propôs esse trabalho: a análise da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) sob a ótica de Teoria Crítica das Relações Internacionais, de modo a promover uma compreensão acerca da relação desta operação de paz com a legitimação ideológica e perpetuação da hegemonia de uma ordem mundial neoliberal. Nesse sentido, conforme indicado acima, constatou-se também a veracidade da hipótese formulada acerca da questão que motivou a realização da investigação resultante nesta monografia. Ressalta-se ainda que os objetivos específicos – (1) apresentar os principais conceitos, perspectivas e debates, tanto no interior da Teoria Crítica das Relações Internacionais e perspectivas semelhantes quanto nos estudos acerca das operações de paz, que possam contribuir para a análise da MINUSTAH; (2) traçar uma breve contextualização da história do Haiti, de modo a contribuir para o entendimento das raízes estruturais dos problemas políticos, sociais e econômicos que culminaram na situação de vulnerabilidade externa e grave instabilidade interna que levaram à ativação da MINUSTAH; (3) tecer uma crítica às diversas consequências negativas da atuação da Missão em terreno haitiano, em especial no que diz respeito a sua incidência danosa sobre os setores mais pobres da população do país – também foram cumpridos, respectivamente nos Capítulos 1, 2 e 3.

Cabe agora indicar possíveis futuras avenidas de investigação acerca do tema aqui apresentado. Em primeiro lugar, destaca-se que ainda sob o marco da Teoria Crítica das Relações Internacionais, uma linha de pesquisa interessante seria no sentido de analisar a composição das empresas nacionais e transnacionais e dos investimentos privados predominantes no país desde o início da atuação da MINUSTAH, perspectiva que possibilitaria nomear mais precisamente as “forças sociais hegemônicas” nacionais e transnacionais que se beneficiam das diretrizes econômicas propostas pela Missão. Outra possibilidade de pesquisa de fundamental importância, que pode ser realizada desde o escopo da Teoria Crítica até a partir de perspectivas pós-coloniais, é a investigação das práticas e concepções tradicionais de “paz” e “reconciliação” presentes na sociedade haitiana, bem como das possibilidades de inclusão dessas perspectivas no processo de pacificação corrente no país, de modo a promover eventuais alternativas à narrativa hegemônica da paz liberal.

Por fim, ressalta-se que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi oficialmente finalizada em 15 de outubro de 2017 (S/RES/2350 [2017]). Não obstante, na mesma resolução do Conselho de Segurança que deu fim à MINUSTAH, já se previa a criação da Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), que entrou em vigor no dia seguinte ao término oficial de sua antecessora (idem). A MINUJUSTH é majoritariamente composta por componentes civis,

tendo por objetivo o fortalecimento do estado de direito e construção de longo prazo das instituições políticas e jurídicas do país (idem). Assim, uma vez mais, nota-se o envio de uma força internacional com funções primordialmente orientadas para a reconfiguração do sistema de governança do haitiano. Nesse sentido, indica-se o acompanhamento e a posterior análise da nova empreitada da Organização das Nações Unidas sobre o país como uma promissora futura linha de pesquisa acerca dos processos de resolução de conflitos e construção da paz no Haiti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. FONTES PRIMÁRIAS

BANCO MUNDIAL. **Haiti: Towards a new narrative** – systematic country diagnostic. 2015. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/642131467992805241/pdf/99448-SCD-Box393200B-PUBLIC-DOI-10-1596-K8422-PUBDATE-9-8-15.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BANCO MUNDIAL. **IDA at Work** - Haiti: Restoring Hope, Delivering Credibility. 2009. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/IDA/Resources/IDA-Haiti.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Social Resilience and State Fragility in Haiti: A Country Social Analysis**. 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALANALYSIS/1104894-1115795935771/20938696/Haiti_CSA.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Country and Lending Groups**. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>>. Acesso em: 26 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/1542 (2004). **Resolução 1542 (2004)**. 2004. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/1576 (2004). **Resolução 1576 (2004)**. 2004. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1576\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1576(2004))>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/1608. **Resolução 1608 (2005)**. 2005. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1608\(2005\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1608(2005))>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/1927 (2010). **Resolução 1927 (2010)**. 2010. Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/n1038965.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/2070 (2012). **Resolução 2070 (2012)**. 2012. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/res2070_fr.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/841 (1993). **Resolução 841 (1993)**. 1993. Disponível em: <<https://daccess-ods.un.org/TMP/7374382.61508942.html>>. Acesso em: 28 out. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/RES/940(1994). **Resolução 940 (1994)**. 1994. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/940>>. Acesso em: 28 out. 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper**. 2008. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2008/cr08115.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper – Progress Report**. 2012. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr1275.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Haiti: Poverty Reduction Strategy Paper (2014)**. 2014. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/Haiti-Poverty-Reduction-Strategy-Paper-41617>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI. **Plano de Ação para a Recuperação Nacional e o Desenvolvimento do Haiti** (PARDH). 2010. Disponível em: <http://www.recoveryplatform.org/assets/publication/Action_Plan_12April_haiti.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), **Nasyonzini an Ayti**. Cholera Response Fact Sheet. 2016. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/august_cholera_factsheet_ok_202c092c2016_ok_1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **An Agenda for Peace**. 1992. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **UN Integrated Strategic Framework for Haiti 2010-2011**. 2010. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/haiti/docs/document-de-reference/Integrated%20Strategic%20Framework%20for%20Haiti%202010-2011.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID); BANCO MUNDIAL; COMISSÃO EUROPEIA. **Haiti: Interim Cooperation Framework 2004-2006**. 2004. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/EBDF031CF51E35A985256ED0006E1155-wb-hti-13jul.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report: New Dimensions of Human Security**. 1994. Disponível em: <http://hdrnet.org/426/1/hdr_1994_en.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Human Rights in Brazil 2007**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioingles2007.pdf#page=217>>. Acesso em: 26 out. 2017.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. 2008. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Haiti - Storms: Fact Sheet #3, Fiscal Year 2009**. 2008. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/54DF202AB1526096492574EA0002B333-Full_Report.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

B. FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Guilherme Mattos de. A Decisão do Brasil de Participar da Minustah no Contexto da Implementação de Políticas Públicas. **Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro**, v. 21, n. 46, p. 108-140, 2006.

ADOLF, Antony. **Peace: A World History**. Cambridge: Polity, 2010.

ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Zahar, 1985.

AMMITZBOELL, Katarina. Unintended consequences of peace operations on the host economy from a people's perspective. In: AOI, C.; DE CONING, C.; NEWMAN, E. (Eds.). **Unintended Consequences of Peacekeeping Operations**. New York: United Nations University Press, 2007, p. 69–89.

ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 152–168, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/358/35848208/>>.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 5. ed. São Paulo: Contraponto/Editora UNESP, 2012.

ASWHORTH, Lucian M. Did the realist-idealist great debate really happen? A revisionist history of international relations. **International Relations**, v. 16, n. 1, p. 33-51, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/YKjvQF>>. Acesso em: 17 set. 2017.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AZAR, Edward. **The management of social protracted conflict: theory and cases**. 1990.

BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995.

BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. **Understanding Peacekeeping**. 2. ed. Cambridge: Polity, 2010.

BÉNOT, Yves. A destruição dos índios da área caribenha. In: FERRO, Marc (Org.). **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 48–59.

BIATO, Marcel. Brazil's mission in Haiti. In: **Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond**. New York: United Nations University Press, 2011, p. 191–205.

BLANCO, Ramon. Del mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, v. LIV, n. 2 (216), p. 266–318, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/599/59941335002.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BLANCO, Ramon. Normalizando anormais na sociedade internacional: operações de paz, Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais**, p. 83–107, 2017.

BOOTH, Ken. Security and emancipation. **Review of International Studies**, v. 17, n. 4, p. 313–326, 1991. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/6306024/booth1991emancipationsecurity.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1504117071&Signature=wVqOGtHHdVTJgQykSWEIc4mrvS0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSecurity_and_emancipation.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BOSELIE, Bas. **Neocolonialism and Development in Haiti: a Case Study on Development Aid and Local Struggles After the Earthquake of 2010**. Monografia de Bacharelado em Geografia Humana, Radboud University Nijmegen, Nimega, 2011. Disponível em: <<http://theses.uhn.nl/bitstream/handle/123456789/2589/2011%20Boselie.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 nov. 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar, 1988.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto internacional**, v. 33, n. 2, p. 315, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n2/a03v33n2.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2017.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew. Introduction. In: BUCHILL, S.; LINKLATER, A. (Eds.). **Theories of International Relations**. 3. ed. Palgrave Macmillan, 2005. Introdução, p. 1-28.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

CALL, Charles. The fallacy of the “Failed State”. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 8, p. 1491–1507, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Charles_Call/publication/228346162_The_Fallacy_of_the_27Failed_State%27/links/55721c4708aeacff1ffa53a0/The-Fallacy-of-the-Failed-State.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CAMMACK, Paul. The Governance of Global Capitalism: A New Materialist Perspective.

Historical Materialism, v. 11, n. 2, p. 37–59, 2003.

CAMMACK, Paul. UN Imperialism: Unleashing entrepreneurship in the developing world. **Papers in the Politics of Global Competitiveness**, 2006.

CANESIN, Carlos Henrique. A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais – em busca de uma possível francofonia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 123-136, 2008.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2006. Capítulo 7, p. 163–189.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASSÉUS, Thierry; PAYEN, Félix. L’action communautaire en Haïti: enjeux et perspectives. **Revue Intervention**, v. 132, p. 72–82, 2013. Disponível em: <<http://www.cetri.be/IMG/pdf/haiti-4.pdf>>.

CELLAMARI, Giovanni. **Le operazion di peace-keeping multifunzionali**. G. Giappichelli Editore, 1999.

CHANDLER, David. **Empire in Denial: The Politics of State-Building**. London: Pluto Press, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados: o abuso de poder e o ataque à democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHOPRA, Jarat. Building state failure in East Timor. **Development and Change**, v. 33, n. 5, p. 979–1000, 2002.

COX, Robert W. Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. **Review of international studies**, v. 25, n. 1, p. 3-28, 1999. Disponível em: <<http://socialeconomyaz.org/wp-content/uploads/2011/01/Cox-civil-society-at-the-millennium.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 101-123.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Disponível em: < https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public-docs/Internationale_Beziehungen/cox.pdf>. Acesso em 19 set. 2017.

COX, Robert W. The global political economy and social choice. In: COX, R; SINCLAIR, T. (Eds.). **Approaches to world order**. Cambridge University Press, 1996. p. 191-208.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Zahar, 1986.

DE CHEVALLIER, Gerard. The “MINUSTAH experience”. In: **Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond**. New York: United Nations University Press, 2011, p. 191–205.

DE CONING, Cedric; AOI, Chiyuki; THAKUR, Ramesh. Unintended Consequences of Peacekeeping. 2007. Disponível em: <http://eas.europa.eu/archives/ifs/publications2006-2009/articles/book2/book_vol2_part2_chapter23_unintended_consequences_of_peacekeeping_cedric_de_coning,_chiyuki_aoi_and_ramesh_thakur.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2017.

DESROCHES, Reginald; COMERIO, Mary; EBERHARD, Marc; *et al.* Overview of the 2010 Haiti Earthquake. **Earthquake Spectra**, v. 27, n. S1, p. S1–S21, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/4DzDsP>>. Acesso em: 25 out. 2017.

DEVETAK, Richard. Critical Theory. In: BUCHILL, S.; LINKLATER, A. (Eds.). **Theories of International Relations**. 3. ed. Palgrave Macmillan, 2005. Capítulo 6, p. 137-160.

DEVETAK, Richard. The Project of Modernity and International Relations Theory. **Millennium**, v. 24, n. 1, p. 27-51, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/WVWh3N>>. Acesso em 18 set. 2017.

DINIZ, Eugênio. O Brasil e as Operações de Paz. **Relações Internacionais do Brasil–Temas e Agendas. São Paulo: Saraiva**, v. 2, p. 303-337, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/EG3grq>>. Acesso em 17 nov. 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Florianópolis: Insular. 2015.

DUFFIELD, Mark. **Global governance and the new wars: The merging of development and security**. New York: Zed Books Ltd., 2001.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora 34, 2007.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics**. University of California Press, 2014.

FELDBAUM, Harley; LEE, Kelley; PATEL, Preeti. The national security implications of HIV/AIDS. **PLoS Medicine**, v. 3, n. 6, p. 774–778, 2006.

FONTOURA, Natalia Rayol. **Heróis ou vilões? o abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0710402_09_Indice.html>. Acesso em: 26 out. 2017.

FORGIE, Keir. US Imperialism and Disaster Capitalism in Haiti. In: **Good intentions: norms and practices of Imperial Humanitarianism**. Montréal: Alert Press, 2014, v. 4. (The New Imperialism). Disponível em: <http://openanthropology.org/Good_Intentions_Ch2_Haiti_Disaster_Capitalism_Forgie.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Security, Territory, Population**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**, v. 8,

n. 2, p. 81–117, 1971. Disponível em:
<<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002234337100800201>>. Acesso em:
30 ago. 2017.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291–305, 1990. Disponível em: <<https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, p. 167–191, 1969. Disponível em: <http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

GILL, Stephen. Globalisation, market civilisation, and disciplinary neoliberalism. **Millennium**, v. 24, n. 3, p. 399-423, 1995.

GOMES, Aureo. Da paz liberal à virada local: analisando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 3, p. 46–76, 2013. Disponível em:
<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/2988/1691>>. Acesso em:
3 set. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi Editore, 1975. GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio B. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, v. 58, n. 1, p. 151-173, 2013. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/download/8691/9031>>. Acesso em 17 set. 2017.

GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. A MINUSTAH como uma Missão Civilizatória: uma análise crítica da política internacional para a estabilização do Haiti. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 8, n. 3, p. 259–275, . Disponível em:
<<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/313/313>>. Acesso em: 25 out. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista**/trad. Flávio Beno Siebeneichler. WMF Martins Fontes, 2012.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. Basingstoke: The Macmillan Press, 1994.

HEINE, Jorge; THOMPSON, Andrew S. Conclusion: Fixing Haiti. *In: **Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond***. New York: United Nations University Press, 2011, p. 247–258.

HEINE, Jorge; THOMPSON, Andrew S. Introduction: Haiti’s governance challenges and the international community. *In: **Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond***. New York: United Nations University Press, 2011, p. 1–24.

HELMAN, Gerald; RATNER, Steven. Saving Failed States. **Foreign Policy**, v. 89, p. 3–20, 1992.

HERZ, Mônica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 46, p. 85–104, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a07.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2015.

HILL, Jonathan. Beyond the Other? A Postcolonial Critique of the Failed State Thesis. **African Identities**, v. 3, n. 2, p. 139–154, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Las Revoluciones Burguesas: Europa 1789-1848**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1971.

HOLLIS, Martin. The last post? In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 2008. Capítulo 14, p. 301-308.

HORKHEIMER, Max. **Critical theory: Selected essays**. A&C Black, 1972.

JAMES, C.R.L. **Los Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture y la Revolución de Haití**. Madrid: Turner Publicaciones, 2003.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. **Stability**, v. 2, n. 1, p. 1–16, 2013.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KAPLAN, Morton A. The new great debate: Traditionalism vs. science in international relations. **World Politics**, v. 19, n. 1, p. 1-20, 1966.

KAY, Tamara. Labor transnationalism and global governance: the impact of NAFTA on transnational labor relationships in North America. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 3, p. 715-756, 2005. Disponível em: <http://tamarakay.com/assets_d/15131/download_media/kay-ajs-2005_122.pdf>. Acesso em 20 set. 2017.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 4. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

KENT, Vanessa. Protecting civilians from UN peacekeepers and humanitarian workers: Sexual exploitation and abuse. In: **Unintended Consequences of Peacekeeping Operations**. New York: United Nations University Press, 2007, p. 44–66.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, p. 379-396, 1988.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2015.

KOTZÉ, Dirk. Democratisation and development: a difficult relationship. In: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010, p. 213–234. (Capítulo 11).

LAPID, Yosef. The third debate: On the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LINKLATER, Andrew. Critical theory. In: GRIFFITHS, Martin (Ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. Routledge, 2007. Capítulo 5, p. 47-59.

LINKLATER, Andrew. The achievements of critical theory. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 2008. Capítulo 13, p. 279-300.

LITTLE, Richard. The growing relevance of pluralism? In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 2008. Capítulo 3, p. 66-86.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAC GINTY, Roger. Gilding the lily? International support for indigenous and traditional peacebuilding. In: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010, p. 347–366. (Capítulo 18).

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os artigos federalistas 1777-1788: edição integral**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MALACALZA, Barbabé. Modelos de Cooperación Internacional para el Desarrollo en Haití. Discursos, Prácticas y Tensiones. **Relaciones Internacionales**, v. 25, p. 53–76, 2014. Disponível em: <<https://revistas.uam.es/rrii/article/viewFile/5207/5652>>. Acesso em: 26 out. 2017.

MANIGAT, Leslie. Haiti: da hegemonia francesa ao imperialismo americano. In: FERRO, Marc (Org.). **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 243–253.

MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man: Studies in the ideology of advanced industrial society**. Routledge, 2013.

MATIASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**, 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

MENESES SILVA, Marco Antonio de. Teoria crítica em relações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 27, n. 2, p. 249-282, 2005.

MENEZES, Wagner. **Direito internacional na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2007.

MITRANY, David. The functional approach to world organization. **International Affairs**, v. 24, n. 3, p. 350-363, 1948.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MULLINGS, Beverley; WERNER, Marion; PEAKE, Linda. Fear and Loathing in Haiti: Race and Politics of Humanitarian Dispossession. **ACME: An International Journal for a Critical Geographies**, v. 9, n. 3, p. 282–300, 2010. Disponível em: <<https://www.acme-journal.org/index.php/acme/article/view/870/726>>. Acesso em: 26 out. 2017.

NADARAJAH, Suthaharan; RAMPTON, David. The limits of hybridity and the crisis of liberal peace. **Review of International Studies**, v. 41, n. 1, p. 49-72, 2015. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37593234/Nadarajah_Rampton_Limits_RIS_final_accepted_2014_Article.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1510364453&Signature=e1KNv30vltEc5K3TgVczRo2N%2FSE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe_limits_of_hybridity_and_the_crisis_o.pdf>. Acesso em 10 nov. 2017.

NEWMAN, Edward. “Liberal” peacebuilding debates. In: AOI, C.; DE CONING, C.; NEWMAN, E. (Eds.). **New perspectives on liberal peacebuilding**. New York: United Nations University Press, 2009, p. 26–54. Capítulo 2.

NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver. Introduction. In: **New perspectives on liberal peacebuilding**. New York: United Nations University Press, 2009, p. 3–26. Disponível em: <<http://collections.unu.edu/eserv/UNU:2527/ebrary9789280811742.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2017.

NICHOLLS, David. Ideologias e movimentos políticos no Haiti, 1915-1945. In: FERRO, Marc (Org.). **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 254–256.

NICHOLSON, Michael. The continued significance of positivism? In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 2008. Capítulo 6, p. 128-148.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. Neorealism and neoliberalism. **World Politics**, v. 40, n. 2, p. 235-251, 1988.

PACHECO, Fábio Cordeiro; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O Brasil na MINUSTAH influenciando o Brasil no Cone Sul: evidências preliminares da contribuição da diplomacia militar à inserção soberana. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, v. 7, n. 29, p. 131-137, 2013.

PARIS, Roland. **At War’s End: building peace after civil conflict**. Cambridge University

Press, 2004.

PARIS, Roland. International peacebuilding and the “mission civilisatrice”. **Review of International Studies**, v. 28, p. 637–656, 2002. Disponível em: <http://aix1.uottawa.ca/~rparis/RIS_Oct_2002.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

PATROLA, José Luis; GOMES, Thalles. Tropas de Desestabilización. **Africa, América Latina, cuadernos: Revista de análisis sur-norte para una cooperación solidaria**, v. 49, p. 147–153, 2011.

PECEQUILO, Cristina Sorenau. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PERALES, José Raúl. Haiti and the regional dynamics of international cooperation. *In*: **Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond**. New York: United Nations University Press, 2011, p. 1–24.

PETTERSSON, Thérèse; WALLENSTEEN, Peter. Armed Conflicts, 1946-2014. **Journal of Peace Research**, v. 52, n. 4, p. 536–550, 2015.

POWELL, Robert. Anarchy in international relations theory: the neorealist-neoliberal debate. **International Organization**, v. 48, n. 2, p. 313-344, 1994.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47–111, 1949. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/2443/1767>>. Acesso em: 7 set. 2017.

PROSPERE, Renel; GENTINI, Alfredo Martin. O Vodou no universo simbólico haitiano. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 11, n. 73–81, 2013. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2408/2071>>. Acesso em: 23 out. 2017.

PUGH, Michael. Peacekeeping and Critical Theory. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 39–58, 2004.

PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. **International Journal of Peace Studies**, v. 10, n. 2, p. 23–42, 2005.

REZENDE, Lucas Pereira. Uma nova abordagem para o estudo do engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU. **Política Externa**, v. 21, n. 3, p. 163-176, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/XTM3Ra>>. Acesso em 17 nov. 2017.

RICHMOND, Oliver P. Formação da Paz e Infraestruturas Locais para a Paz. **Universitas. Relacoes Internacionais**, v. 11, n. 2, p. 73-89, 2013. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/2535/2162>>. Acesso em 10 nov. 2017.

RICHMOND, Oliver. A genalogy of peace and conflict theory. *In*: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010, p. 14–38. (Capítulo 1).

RICHMOND, Oliver. **Peace in IR**. London: Routledge, 2008.

RICHMOND, Oliver. **The transformation of peace**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

RICHMOND, Oliver. UN peace operations and the dilemmas of the peacebuilding consensus. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 83–101, 2004.

ROBERTS, David. Beyond the metropolis? Popular peace and post-conflict peacebuilding. **Review of International Studies**, v. 37, n. 5, p. 2535–2556, 2011.

ROBINSON, William. Promoting polyarchy: 20 years later. **International Relations**, v. 27, n. 2, p. 228–234, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/William_Robinson17/publication/270711710_Promoting_polyarchy_20_years_later/links/55f71c5308aec948c466d897/Promoting-polyarchy-20-years-later.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. Política externa e política de defesa no Brasil: Civis e militares, prioridades e a participação em missões de paz. **e-cadernos ces**, n. 06, p. 143-158, 2009. Disponível em: <<http://eces.revues.org/359>>. Acesso em 17 nov. 2017.

RODRÍGUEZ, Isabel. Teoría de las Relaciones Internacionales: del Primer al Tercer debate. In: BELLO, Daniel (Ed.). **Manual de Relaciones Internacionales: Herramientas para la comprensión de la disciplina**. Santiago de Chile: RIL, 2013. Capítulo III, p. 85-126.

RUSSETT, Bruce. **Grasping the Democratic Peace: principles for a post-Cold War world**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SAINT JEAN, Franck. Haïti: terre de résistance à la recherche d'une nouvelle émancipation populaire. **Alternative Sud**, v. 20, n. 137, 2013. Disponível em: <<http://www.cetri.be/IMG/pdf/haiti-4.pdf>>.

SALOMÓN, Mónica. Nuevas corrientes en la teoría de las Relaciones Internacionales. In: BELLO, Daniel (Ed.). **Manual de Relaciones Internacionales: Herramientas para la comprensión de la disciplina**. Santiago de Chile: RIL, 2013. Capítulo IV, p. 127-166.

SANTIAGO, Ana Elisa. O conceito de paz sob a perspectiva antropológica. **Anais da XV Semana de Relações Internacionais: os desafios da política externa e segurança no século XXI**, 2017. Disponível em: <<http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=MjI4MTk=>>>. Acesso em: 26 out. 2017.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCOT, Thiago; RODELLA, Aude-Sophie (2016). Sifting through the Data: labor markets in Haiti through a turbulent decade (2001-2012). **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 7562, publicado em: [worldbank.org](http://documents.worldbank.org/curated/en/373231468195013040/pdf/WPS7562.pdf) [http://documents.worldbank.org/curated/en/373231468195013040/pdf/WPS7562.pdf]. Acesso em: 23 out. 2017.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/tese-franck%20seguy.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

SEITENFUS, Ricardo. **Reconstruir Haití: entre la esperanza y el tridente imperial**. Santo Domingo: CLACSO, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160406021600/Seitenfus.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

SETH, Sanjay. Postcolonial theory and the critique of international relations. **Millennium**, v. 40, n. 1, p. 167-183, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/1447641.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

SINGER, J. David. The level-of-analysis problem in international relations. **World Politics**, v. 14, n. 1, p. 77-92, 1961. Disponível em: <<http://jonathanrenshon.com/Teaching/NPS/ResearchDesign/Levels%20of%20Analysis%20Problem%20in%20IR.pdf>>. Acesso em 19 set. 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. [s.l.]: Nova Cultura, 1988.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 2008. Capítulo 1, p. 11-46.

SOARES, Ana Loryn; SILVA, Elton Batista da. A Revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). **Ameríndia**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/view/1380/1286>>. Acesso em: 23 out. 2017.

SODUPE, Kepa. **La teoría de las Relaciones Internacionales a comienzos del siglo XXI**. Editora Universidade do País Basco, 2003.

SORJ, Bernardo. Segurança, Segurança Humana e América Latina. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 3, p. 40-59, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-64452005000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2017.

TAYLOR, Ian. Liberal peace, liberal imperialism: a gramscian critique. In: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010, p. 154-175. (Capítulo 8).

THEOBALD, Andrew G. **Watching the war and keeping the peace: the United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO) in the Middle East, 1949-1956**. Tese (doutorado), Queen's University, Kingston, Ontario, Canadá, 2009. Disponível em: <http://qspace.library.queensu.ca/bitstream/handle/1974/1892/Theobald_Andrew_G_200905_PhD.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2017.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como elemento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

VEZINA, Renee. Combating impunity in Haiti: why the ICC should prosecute sexual abuse by UN peacekeepers. **Ave Maria International Law Journal**, v. 1, n. 2, p. 431–460, 2012. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2239478>. Acesso em: 26 out. 2017.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory**. Nova York: Longman, 2010.

WÆVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 2008. Capítulo 6, p. 149-185.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world-economy: The states, the movements and the civilizations**. Cambridge University Press, 1984.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/gries/articles/IntPol/Wendt.1992.IO.Anarchy.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

WERNER, Karolina. Rediscovering Indigenous Peacebuilding Techniques: The Way to Lasting Peace? **Africa Peace and Conflict Journal**, v. 3, n. 2, p. 60–73, 2010.

WILLIAMS, Paul. Security Studies: An Introduction. In: **Security Studies: An Introduction**. Oxford: Routledge, 2008, p. 1–12. (Capítulo 1).